

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

**OCUPAÇÃO E GESTÃO TERRITORIAL DE INDÍGENAS *MBYÁ-GUARANI*:
Análise a partir da formação da Aldeia *Itanhaen*, em Santa Catarina – Brasil**

JUAN CARLOS AGUIRRE NEIRA

Florianópolis, agosto de 2008.

JUAN CARLOS AGUIRRE NEIRA

**OCUPAÇÃO E GESTÃO TERRITORIAL DE INDÍGENAS *MBYÁ-GUARANI*:
Análise a partir da formação da Aldeia *Itanhaen*, em Santa Catarina – Brasil**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Celso Fantini
Co-Orientadora Proposta: Maria Dorothea Post Darella

FLORIANÓPOLIS
2008

AGUIRRE NEIRA, Juan Carlos

Ocupação e Gestão Territorial de Indígenas *Mbyá-Guarani*: Análise a partir da formação da Aldeia *Itanhaen*, em Santa Catarina – Brasil. Juan Carlos Aguirre Neira – Florianópolis, 2008.

170 f.: fig., tab.

Orientador: Orientador: Prof. Dr. Alfredo Celso Fantini

Co-Orientadora Proposta: Maria Dorothea Post Darella

Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Agrárias.

Ref. Bibliográficas

: f. 147 - 153

1. Indígenas Guarani. 2. Ocupação Territorial. 3. Aldeia *Itanhaen*. 4. Gestão I. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS**

DISSERTAÇÃO

Submetida por *Juan Carlos Aguirre Neira*

Como um dos requisitos para obtenção do grau de **Mestre em Agroecossistemas**

Aprovada em 29/08/2008

**Prof. Dr. Alfredo Celso Fantini
Orientador**

**Prof. Dr. Alfredo Celso Fantini
Coordenador**

BANCA EXAMINADORA

Presidente _____
Prof. Dr. Sandro Luis Schlindwein

Membro _____
Dra. Flávia Cristina de Mello

Membro _____
Prof. Dr. Daniel José da Silva

Membro _____
Prof. Dr. Paul Richard Momsem Miller

OFREZCO

Al autor de la vida, consumidor de la fe,
A sus criaturas, esparcidas por esta tierra,
En especial a los Guaraní, aguerridos,
valientes y perseverantes.

DEDICO

A Hernando, Mercedes, Héctor y Paola,
Mi más grande inspiración,
Caricia divina hecha carne.

AGRADECIMENTOS

Ao todo o povo Guarani, em especial àqueles que me encontraram no caminho:

A Felipe Brizoela e a sua família, sempre bem recebido; A Hyral Moreira e a Leonardo Wera Tupã, palavras acertadas em momentos chave; a toda a comunidade de *Tekoa Itanhaen* e a Timóteo de Oliveira e família, que me permitiram compartilhar um pouca da vida na aldeia e da sua sabedoria.

Esta caminhada não seria a mesma sem a maravilhosa presença de muitas pessoas, a elas um agradecimento especial:

A Dorothea, mais que orientadora, conselheira, amiga, inspiração,

A todos os membros do setor de etnologia indígena do Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral da UFSC, colegas ombro a ombro,

Ao Professor Alfredo Fantini, apoio, guia, uma mão amiga,

Os colegas do mestrado, todos e cada um deles,

A Janete, funcionária impecável do PGA,

Ao corpo docente do PGA, vozes no deserto,

Ao CNPq pela bolsa que possibilitou meus estudos no Brasil,

A Houston Four, parceiro e amigo, membro da comunidade,

A Gabriel, Daiane e Fernanda, grandes amigos do caminho,

A Alejandro, O grande martelo nas mãos de Tor,

A Ivón, Scherezada nas muitas e tantas noites,

A Andrea, incondicional até no final,

A Mercedes, Hernando, Paola e Héctor, apoio e fé incondicional,

“MUCHAS GRACIAS”!!!

“Os povos indígenas em todo o mundo são a memória viva [...] são povos-testemunha de que outros modos de vida, outros modos de pensamento existem”.
*(Bartomeu Melià)*¹

¹ In: CIMI, 2001, p. 13.

TÍTULO: Ocupação e Gestão Territorial de Indígenas Mbyá-Guarani: Análise a partir da formação da Aldeia *Itanhaen*, em Santa Catarina - Brasil

Autor: Juan Carlos Aguirre Neira

Alfredo Celso Fantini (Orientador)

Maria Dorothea Post Darella (Co-Orientadora)

RESUMO

Atualmente, os processos de regularização fundiária para comunidades indígenas no Brasil geram novos espaços de interação entre as populações tradicionais e setores da sociedade majoritária. No caso dos indígenas Guarani no sul do país, alguns episódios conflituosos demonstram a necessidade de um melhor diálogo intercultural, pois se evidencia uma compreensão ainda insuficiente por parte dos não índios sobre a forma Guarani de pensar a ocupação territorial e de gerenciar o uso dos recursos disponíveis. Visando contribuir nessa questão, a presente dissertação analisou o sistema de ocupação e gestão territorial de indígenas *Mbya-Guarani* e a sua dinâmica de adaptação no contexto atual. Com um enfoque qualitativo, a pesquisa se desenvolveu em várias aldeias Guarani em Santa Catarina, através de entrevistas semi-estruturadas a vários informantes chave. Além disso, o estudo do processo de formação da aldeia indígena *Itanhaen*, localizada no município catarinense de Biguaçu, permitiu analisar a dinâmica de ocupação e adaptação. No decorrer da pesquisa se observaram no Estado comportamentos preconceituosos e xenofóbicos em contra de vários grupos Guarani, fruto do desconhecimento generalizado e a desinformação preponderante na mídia do Estado. Assim mesmo, a pesquisa retratou uma enorme capacidade de adaptação do sistema de organização territorial guarani que, mantendo seus princípios cosmológicos que definem sua identidade, flexibilizam seu padrão de ocupação territorial de forma criativa. No fim, conseguiu-se esboçar um modelo Guarani de ocupação do espaço e de gerenciamento dos recursos disponíveis, permitindo definir elementos que contribuem ao diálogo entre sistemas de gestão no uso dos recursos naturais, visando à consolidação de sistemas mais duradouros.

Palavras chave: Indígenas Guarani, Ocupação Territorial, Aldeia *Itanhaen*, Gestão territorial.

TITULO: Ocupación y Gestión territorial de Indígenas Mbyá-Guarani: Análisis a partir de la Formación de la Aldea Itanhaen, en Santa Catarina – Brasil.

Autor: Juan Carlos Aguirre Neira

Alfredo Celso Fantini (Orientador)

Maria Dorothea Post Darella (Co-orientadora)

RESUMEN

Actualmente los procesos de regularización de tierras para comunidades indígenas en el Brasil generan nuevos espacios de interacción entre las poblaciones tradicionales y sectores de la sociedad mayoritaria. En el Caso de los indígenas Guarani en el sur del país, algunos conflictos demuestran la necesidad de un mejor diálogo intercultural, ya que se evidencia que la comprensión sobre la forma Guarani de pensar la ocupación territorial y la administración de los recursos disponibles es aun insuficiente. Procurando contribuir con este aspecto, esta disertación analizó el sistema de ocupación y gestión territorial de indígenas Mbyá-Guarani y su dinámica de adaptación en el contexto actual. A través de un enfoque cualitativo, la investigación se desarrolló en varias aldeas en el Estado de Santa Catarina, por medio de entrevistas semi-estructuradas a interlocutores clave. Adicionalmente, el estudio del proceso de formación de la aldea Indígena *Itanhaen*, ubicada en el municipio de Biguaçu, permitió analizar la dinámica de ocupación y adaptación. En el transcurso de la investigación se observaron en el Estado algunos comportamientos prejuiciosos y xenofóbicos en contra de varios grupos Guarani, producto del desconocimiento generalizado y la desinformación predominante en los medios de comunicación del Estado. De igual forma, la pesquisa evidenció una enorme capacidad de adaptación del sistema de organización territorial Guarani que, manteniendo sus principios cosmológicos que definen su identidad, flexibilizan su patrón de ocupación territorial de forma creativa. Finalmente, se consiguió esbozar un modelo Guarani de ocupación del espacio y de administración de los recursos disponibles, permitiendo identificar elementos que contribuyen al diálogo entre sistemas de gestión en el uso de los recursos naturales, procurando consolidar sistemas mas duraderos.

Palabras clave: Indígenas Guarani, Ocupación Territorial, aldea Itanhaen, Gestión territorial.

TITLE: Territorial occupation and management of Natives Mbya-Guarani: Analysis from the formation of the village Itanhaen, in Santa Catarina, Brazil.

Authors: Juan Carlos Aguirre Neira

Alfredo Celso Fantini (Adviser)

Maria Dorothea Post Darella (Co-Adviser)

ABSTRACT

Nowadays in Brazil the land regularization for native people is prompting a more frequent interaction between the traditional population and sectors of the surrounding society. In the case of the Guarani native people, in the south part of the country, some conflicts show that it is necessary to improve an intercultural dialogue, because the non-native population do not understand sufficiently the guarani's way of thinking, about the territorial occupation and the management of the available resources. With this initiative, the present investigation analyzed the natives *Mbya-Guarani's* system of the management and territorial occupation, as well as their dynamic of adaptation. With a qualitative focus, the investigation was made in some guarani's hamlets in Santa Catarina State. Using the semi-structural interviews on key interlocutor natives. Additionally, the study of the process of formation of a hamlet *Itanhaen*, localized in the municipality of Biguaçu, granted to analyze the dynamic of occupation and adaptation. Through this investigation, we observed prejudice and xenophobic behaviors in the State, against some guarani's communities, this is probably a product of the ignorance and preponderant disinformation in the State. In the same way, the research showed a big capacity of adaptation of the Guarani territorial organization system that, maintaining the cosmologic principles that defined their identity, adjust their pattern of territorial occupation in a creative form. Finally, we achieved to sketch a guarani's occupation model of the space and the management of the available resources, allowing us to identify elements that contribute to the dialogue between systems of management of the natural resources, in order consolidate more lasting systems.

Key words: Guarani Mbyá Natives, territorial occupation, village Itanhaen, territorial management.

LISTA DE SIGLAS

- ABA** – Associação Brasileira de Antropologia
- CCR** – Câmara de Coordenação e Revisão (da PGR)
- CEPAL** – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
- CELADE** – Centro Latino-americano de Demografia
- CF** – Constituição Federal
- CGID** – Coordenadoria Geral de Identificação e Delimitação (FUNAI)
- CIMI** – Conselho Indigenista Missionário (CNBB)
- CTI** – Centro de Trabalho Indigenista
- DAF** – Diretoria de Assuntos Fundiários (FUNAI)
- DANE** – Departamento Nacional de Estatística (Colômbia)
- DNIT** – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (MT)
- DOU** – Diário Oficial da União
- DOUF** – Diário Oficial da Unidade Federativa
- EIA** – Estudo de Impacto Ambiental
- ELETROSUL** – Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (MME)
- FUNAI** – Fundação Nacional do Índio (MJ)
- FUNASA** – Fundação Nacional da Saúde (MS)
- GT** – Grupo Técnico
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INDEC** – Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina
- INEI** – Instituto Nacional de Estatística e Informática (Peru)
- ISA** – Instituto Sócio-ambiental
- OIT** – Organização Internacional do Trabalho
- ONG** – Organização Não-Governamental / Órgão Não-Governamental
- PGR** – Procuradoria Geral da República
- PR** – Procuradoria da República
- SC** – Santa Catarina
- UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Processo administrativo de demarcação de terras Indígenas segundo o Decreto 1775 de 8 de janeiro de 1996.....	30
Figura 2.	Ocupações atuais de aldeias guarani (Ladeira e Matta, 2004, p. 7) junto com a localização da província de Caaguazú no Paraguai e a área aproximada de influência do Aquífero Guarani.....	72
Figura 3.	Etnozoneamento de acordo com o relevo e a vegetação.....	85
Figura 4.	Construção conceitual de um <i>tekoa</i> a partir Freitas (2006), Ladeira e Matta (2004), Litaiff 2004), Felipim (2001), Litaiff e Darella (2000), Funes (1998) e Noelli (1993).....	90
Figura 5.	Entrada ao imóvel, antes e depois da aquisição.....	98
Figura 6.	Localização da aldeia <i>Itanhaen</i> no Estado de Santa Catarina (Adaptado de Microsoft Encarta 2007©).....	99
Figura 7.	Detalhe da localização de <i>Tekoa Itanhaen</i> . (Adaptado de Microsoft Encarta 2007 © e Google Earth, 2008 ©).....	100
Figura 8.	Ponto de acesso à aldeia <i>Itanhaen</i> e relevo da área. (Adaptado de Google Earth, 2008 ©).....	101
Figura 9.	Organização produtiva da antiga fazenda Morro da Palha. (Adaptado de Google Earth, 2008 ©).....	102
Figura 10.	Organização das benfeitorias da antiga fazenda Morro da Palha.....	103
Figura 11.	Caco de barro encontrado pelo cacique na área.....	105
Figura 12.	Plantação de eucalipto, palmeira real e remanescente de mata secundária.....	106
Figura 13.	Zoneamento da região próxima à aldeia.....	108
Figura 14.	Projeção de uso das áreas da aldeia.....	110
Figura 15.	Genealogia da família extensa pioneira na aldeia e a ocupação das casas.....	116
Figura 16.	Grupo familiar do Timóteo de Oliveira.....	117
Figura 17.	Dinâmica de ocupação dos primeiros moradores da aldeia (junho-setembro /2007).....	118
Figura 18.	Seu Albino e Dona Vitória na frente da sua casa, em Itanhaen.....	119
Figura 19.	Dinâmica de ocupação dos primeiros moradores da aldeia (outubro-dezembro /2007).....	121
Figura 20.	Genealogia de todos os moradores da aldeia até dezembro de 2007 e a distribuição nas casas.....	122
Figura 21.	Dinâmica de ocupação dos moradores da aldeia (janeiro-março/2008).....	126
Figura 22.	Ilustração do processo de Chegada e construção das casas por parte dos Guarani provenientes de Ribeirão Silveira em SP.....	127
Figura 23.	Uso dos recursos até março de 2008 e localização das casas mais afastadas da entrada.....	129
Figura 24.	Representação das relações entre a desinformação, e os comportamentos preconceituosos e xenofóbicos.....	131
Figura 25.	Forma de mobilidade tradicional para dois grupos familiares hipotéticos <i>Mbya-Guarani</i>	138
Figura 26.	Forma de mobilidade atual para duas aldeias hipotéticas <i>Mbya-Guarani</i>	139
Figura 27.	Construção conceitual do modelo de gestão dos recursos em <i>Tekoa Itanhaen</i>	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	População indígena em países da América Latina.....	43
Quadro 2.	Situação Fundiária das Terras Indígenas Guarani em SC.....	48
Quadro 3.	Resumo dos dados da situação Fundiária das Terras Indígenas Guarani em SC.....	50
Quadro 4.	Relação dos eventos acontecidos na aldeia entre junho e setembro de 2007...	118
Quadro 5.	Relação dos eventos acontecidos na aldeia entre outubro e dezembro de 2007.....	120
Quadro 6.	Relação dos eventos acontecidos na aldeia entre janeiro e março de 2008.....	125

NOTA SOBRE A GRAFIA USADA

A grafia adotada para as palavras guarani constantes nesse trabalho obedeceu a obra de Robert A. Dooley: “Léxico Guarani, dialeto *Mbya* com informações úteis para o ensino médio, a aprendizagem e a pesquisa lingüística” (2006).

Cabe apontar que todas as palavras guarani que se encontram neste texto estão em itálico. Contudo, nas citações dos autores que utilizam palavras guarani, conservou-se a grafia adotada por estes. Vale observar que o termo guarani quando se refere ao grupo em questão é sempre iniciado com maiúscula e não é pluralizado, por se tratar de etnônimo.

SUMÁRIO

RESUMO	8
RESUMEN	9
ABSTRACT	10
LISTA DE SIGLAS	11
LISTA DE FIGURAS	12
LISTA DE QUADROS	13
APRESENTAÇÃO	18
INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1. PRELIMINARES.	
1.1 DIREITOS TERRITORIAIS E OS INDÍGENAS GUARANI	22
1.1.1 A luta pelos direitos indígenas no Brasil.....	22
1.1.2 Os indígenas Guarani e o território.....	24
1.1.3 A demanda dos Guarani em Santa Catarina: a terra.....	27
1.1.4 Legislação indígena e regularização fundiária, elementos relevantes.....	28
1.1.4.1 Demarcação de terras.....	28
1.1.4.2 Processo de Aquisição de áreas em SC.....	33
1.2 PERCURSO METODOLÓGICO	35
1.2.1 Objetivo geral.....	35
1.2.2 Objetivos específicos.....	35
1.2.3 Abordagem metodológica.....	35
1.2.4 Metodologia de campo.....	36
CAPÍTULO 2. A QUESTÃO INDÍGENA NO BRASIL	
2.1 UM PASSADO ADVERSO	40
2.1.1 Demografia indígena.....	40
2.1.2 A América latina índia em números.....	41
2.1.3 O Brasil índio na América latina.....	42
2.1.4 Os Guarani em números.....	44
2.2 OS GUARANI EM SC, UMA MINORIA INCONVENIENTE?	45
2.2.1 A desinformação.....	46
2.2.1.1 “Muita terra para pouco índio”.....	46
2.2.1.2 “Com tanta demarcação para o índio, não vai ficar terra para o branco”.....	51
2.2.1.3 Os interesses por trás da desinformação.....	52
2.2.2 “Esses índios não plantam nem uma linha de cebola”, o preconceito infundado.....	54
2.2.3 “Os ‘hermanos’ invasores” A agressiva xenofobia.....	61

CAPÍTULO 3: MODO DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL *MBYA GUARANI*.

3.1	ATRAVÉS DOS OLHOS DO GUARANI	65
3.1.1	A Cosmogonia Mbya Guarani, uma breve resenha.....	66
3.1.2	Transcender para a plenitude, motor da perseverança na ocupação territorial.....	68
3.2	TERRITÓRIO GUARANI: Concepção multidimensional	69
3.3	MOBILIDADE GUARANI: “TECENDO” O TERRITÓRIO.	74
3.4	TEKOA GUARANI: MAIS QUE ALDEIA	76
3.4.1	Concepção da relação com a natureza.....	79
3.4.2	Etnozoneamento (organização de uso dos espaços).....	83
3.4.2.1	<i>Yvy Yvate</i> ou <i>Yvy Ywate</i> /Morro, Serra.....	84
3.4.2.2	<i>Yvy Á</i> / Encosta.....	86
3.4.2.3	<i>Yvy Angüy</i> / Planície.....	87

CAPÍTULO 4: MODO DE OCUPAÇÃO GUARANI EM *TEKOA ITANHAEN*.

4.1.	ANTECEDENTES	91
4.1.1.	A família extensa de Timóteo de Oliveira e Luiza Benites.....	91
4.1.2.	Processo de aquisição de área para a comunidade Guarani proveniente de <i>Tekoa Marangatu</i>	93
4.2.	DESCRIÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO	98
4.2.1.	Localização da aldeia.....	98
4.2.2.	Características do local.....	101
4.2.3.	A Fazenda Morro da Palha.....	102
4.2.4.	Critérios para a eleição da área.....	103
4.2.5.	Zoneamento da aldeia e a organização dos espaços e das atividades.....	107
4.2.6.	Processo de ocupação da área.....	116
4.2.6.1.	Etapa 1. Junho - Setembro/2007.....	116
4.2.6.2.	Etapa 2. Outubro – dezembro/2007.....	120
4.2.6.3.	Etapa 3. Janeiro - Março/2008.....	123

CAPÍTULO 5: ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1.	DESESTRUTURANDO A INCONVENIÊNCIA.	131
5.2.	DEMARCAR/ ADQUIRIR, GARANTIR.	132
5.3.	OCUPAÇÃO TERRITORIAL: UM PADRÃO MUITO FLEXÍVEL	135
5.3.1.	Território: persistência.....	137
5.3.2.	Mobilidade: adaptação.....	137
5.3.3.	<i>Tekoa</i> , ambiente de transformações.....	139

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
7. ANEXOS	154
Anexo 1. Termo de consentimento livre e esclarecido.	
Anexo 2. Entrevista com o Antropólogo Eduardo Viveiros de Castro.	
Anexo 3. Manifestação pública pelo fim do preconceito.	
Anexo 4. Artigo: Esqueça o preconceito e conheça nossos possíveis vizinhos.	
Anexo 5. Artigo jornal A Verdade (foto).	
Anexo 6. Reportagem revista Veja.	

APRESENTAÇÃO

- *Você é antropólogo, não é?...*
- *Não... Eu sou agrônomo!!!*

Desta maneira começaram algumas conversas com pessoas que achavam pouco comum que um profissional das Ciências Agrárias estivesse vinculado a questões indígenas. O ter que responder repetidas vezes a razão de minha motivação de trabalhar com essas populações como Engenheiro Agrônomo causou-me certa surpresa, pois na Colômbia não é difícil encontrar dentro desse campo profissional o cenário indígena. A experiência no trabalho com indígenas *Paeces* no Sul da Colômbia e agora com os Guarani em Santa Catarina me faz constatar que não existe um diálogo adequado entre o pensamento indígena e algumas áreas do conhecimento que chamamos científico, que poderia contribuir significativamente no processo de melhoria de situações-problema na sociedade global.

Exemplo disso é a proeminente e às vezes exclusiva presença das Ciências Humanas no trabalho com grupos étnicos, que contrasta com o agir bastante tímido dos agrônomos nesse campo, apesar de serem estas questões também de caráter rural, fundiário e de produção.

Na verdade, esta situação não é gratuita. Na maioria dos casos, os profissionais das Ciências Agrárias, embebidos com justíssimas razões na intrincada temática rural dos camponeses, da produção e da posse da terra têm, por conseguinte, pouco espaço para ter contato com a dimensão indígena, freqüentemente esquecida por várias esferas da sociedade.

O tema indígena, longe de ser um assunto exclusivo dos livros de história, é uma realidade atual. Os indígenas não são do passado, eles compartilham o presente conosco. Por isso, e considerando ainda sua existência pré-colombiana, devem ser

tratados com igualdade, devem também ser reconhecidos seus direitos e serem incluídas suas perspectivas nas discussões acadêmicas, concretizando o diálogo de saberes, tantas vezes proclamado na academia, mas pouco efetivado.

Desde esta perspectiva, nesta dissertação procuro contribuir na discussão do assunto de maior relevância para os Guarani hoje em dia: a questão fundiária. No tocante a esta temática, reflito sobre suas formas de ocupação territorial nas condições atuais, motivados por um forte senso de identidade e de perseverança.

Considero que o Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas é espaço idôneo para estudar essas questões. Sua intencionalidade interdisciplinar e sistêmica contribui significativamente para aguçar perspectivas inovadoras na abordagem de situações-problema, reconhecendo a diversidade biológica e cultural como chave para operar Agroecossistemas sustentáveis.

Com este trabalho plasmo minha convicção. Aposto na diversidade biológica e cultural que em essência se coadunam, mas que erroneamente costumamos abordar isoladamente. Acredito que esta situação de permitir múltiplas possibilidades pode nos aproximar, não somente a sistemas de produção mais justos, senão a formas de agir menos insustentáveis.

Bem-vindo! Espero que esta caminhada seja igualmente rica para você, assim como foi para mim.

INTRODUÇÃO

Santa Catarina é um dos Estados brasileiros com maior presença de indígenas Guarani em seu território. Não entanto, possui um governo que se mostra claramente contra a regularização fundiária para estas comunidades. Apesar desta situação, os Guarani perseveram em manter sua configuração territorial, procurando o reconhecimento de seus direitos fundiários e que se garanta o acesso a recursos suficientes para reproduzir sua cultura na região que historicamente ocupam.

Trazer ao espaço acadêmico a questão territorial dos Guarani para contribuir na compreensão da problemática e para a construção de alternativas, estimulam a realização desta dissertação.

Para refletir sobre a situação fundiária atual e a forma como os Guarani pensam e ocupam seu território, realizei visitas a várias aldeias no Estado e entrevistas com importantes lideranças que contribuíram nesta pesquisa como interlocutores-chave. As aldeias visitadas inicialmente foram Morro dos Cavalos, *Mbiguaçu* e *Pindoty*, localizadas nos municípios de Palhoça, Biguaçu e Araquari, respectivamente. Nestas aldeias realizei o diagnóstico preliminar e os primeiros contatos que definiram o segundo momento da pesquisa: O estudo de caso em *Tekoa Itanhaen*. Esta aldeia, localizada no município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, foi um espaço privilegiado para analisar a efetivação do pensamento Guarani em termos territoriais e fundiários, visto que é uma área escolhida por eles mesmos e adquirida recentemente, o que permitiu identificar seus critérios e interesses além de conseguir fazer um seguimento ao processo de ocupação desde o início.

Além do anterior, informações de campo adicionais foram obtidas durante minha participação como profissional de apoio no Projeto denominado: “Fortalecimento da

Agrobiodiversidade Guarani: Ações de intercâmbio de espécies vegetais entre aldeias de Santa Catarina” (atualmente em execução), que objetiva apoiar a várias comunidades do Estado em atividades chave para contribuir com a continuidade da sua cultura. Este projeto abrange além de *Itanhaen*, outras quatro aldeias no Estado: *Takuaty* (José Boiteux), *Mbiguaçu* (Biguaçu), Limeira (Entre Rios) e *Yakã Porã* (Garuva),

O presente estudo está organizado em 5 capítulos, assim definidos:

De maneira introdutória, no primeiro capítulo, esboço o tema dos direitos fundiários indígenas, a relação dos Guarani com o território e a situação fundiária atual no Estado. Logo depois, apresento uma breve descrição dos elementos mais relevantes da legislação indígena e da regularização fundiária. O capítulo finaliza com a descrição do percurso metodológico desenvolvido na pesquisa. No segundo capítulo contextualizo a realidade indígena na América Latina e particularmente no Brasil, através de informações demográficas. Logo depois, discuto a percepção predominante que a sociedade não-indígena tem dos Guarani em Santa Catarina. No terceiro capítulo abordo o modo de ocupação dos *Mbya-Guarani* a partir de três elementos: Território, Mobilidade e Aldeia Guarani, concepções que se embasam na sua cosmologia e direcionam seu agir. No capítulo seguinte relato o processo de eleição e aquisição da área onde se situa atualmente a aldeia Indígena *Itanhaen*, assim como suas principais características. Depois apresento o processo de ocupação da aldeia e a organização dos espaços. O quinto capítulo contém a análise das informações obtidas na pesquisa, assim como a discussão com o referencial teórico. A dissertação conclui com referências bibliográficas e anexos.

CAPÍTULO 1.

PRELIMINARES

1.1 DIREITOS TERRITORIAIS E OS INDÍGENAS GUARANI

*“Esta terra tem dono”
Sepé Tiaraju*

Muito já se escreveu sobre os índios Guarani. Por décadas, diferentes disciplinas do conhecimento têm constituído um acervo bibliográfico bastante nutrido sobre esta etnia. Durante os últimos anos, estas diversas vozes evidenciam com ênfase cada vez maior a principal pauta que têm essas minorias no Brasil: *“terra é nossa maior necessidade²”*. Efetivar esse direito das populações pré-colombianas no Brasil é um caminho longo e ainda tortuoso.

1.1.1 A luta pelos direitos indígenas no Brasil

Como em quase toda América Latina, o Brasil é um país etnicamente mega-diverso no qual se luta para garantir condições de igualdade e respeito para todos seus habitantes. Neste sentido, a conjuntura do final da ditadura militar e a necessidade histórica de maior inclusão social e participação cidadã no final do século XX impulsionaram uma profunda renovação legislativa.

Com a Constituição Federal promulgada em 1988 se alcançaram importantes conquistas a favor dos povos indígenas. Segundo Santos (1995), essa carta magna é uma

² Expressão utilizada por Maria Dorothea Post Darella, antropóloga pesquisadora do Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral da UFSC, quando manifestou que no processo da duplicação da BR 101, as aldeias guarani no litoral de SC e no RS foram unânimes em dizer que a medida mitigadora precípua é terra. Declaração feita durante a Sessão Extraordinária da Câmara dos Vereadores do Município de Tijucas, em Santa Catarina, no dia 10 de setembro de 2007.

das mais avançadas no referente aos direitos indígenas, já que inova a legislação do país, colocando o respeito à diversidade étnica e cultural dos indígenas como princípio norteador das relações entre o Estado e essas comunidades. O mesmo autor também expressa que:

Além da constituição federal – que dedica especificamente aos índios um capítulo e outras nove disposições esparsas – existem outros parâmetros que regulam a situação dos índios no Brasil: trata-se de um conjunto de decretos, leis e normas que estabelecem procedimentos administrativos e disciplinadores de reconhecimento e proteção dos direitos indígenas. (*Idem*, 1995, p. 91)

A existência desses instrumentos legais vigentes poderia sugerir que o caminho para a defesa dos direitos indígenas estaria garantido, porém a realidade é outra. Apesar de avanços e conquistas durante anos, em grande parte graças ao trabalho de organizações indígenas e indigenistas, ainda há muito caminho a percorrer, em muitos casos as leis ainda vigentes são inoperantes ou precisam ser renovadas³.

Entidades como o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o Instituto Socioambiental (ISA)⁴ denunciam que grande parte das populações indígenas no território brasileiro ainda sofrem situações de injustiça e até de agressão⁵. No caso dos indígenas Guarani, a situação fundiária (tema central desta dissertação) é denunciada como crítica.

Brighenti (2004, p. 111), avaliando a territorialidade Guarani e a ação do Estado num estudo comparado entre o Brasil e a Argentina, conclui que para os dois países:

(...) a meta atual do Estado não é mais a integração/incorporação cultural do indígena, como vinha ocorrendo até recentemente, mas a fragmentação e a desintegração enquanto povo, dificultando a migração tradicional e não garantindo espaços suficientes para sua reprodução física e cultural.

³ No que respeita ao denominado Estatuto do Índio (Lei n. 6001 de 1973, ainda em vigência), documento que fundamenta os direitos indígenas no Brasil, no Congresso Nacional tramita desde 1991, projeto de novo estatuto denominado: Estatuto dos Povos Indígenas, em função da necessidade de haver uma legislação condizente com os tempos atuais.

⁴ Estas organizações não governamentais são as mais importantes do país no trabalho com comunidades indígenas.

⁵ Ver o relatório 2003-2005 do CIMI denominado “A violência contra os povos Indígenas do Brasil” (CIMI, 2006).

1.1.2 Os indígenas Guarani e o território

Esta etnia é considerada como uma das mais importantes da parte meridional do continente americano, sendo a mais conhecida em termos arqueológicos, etnográficos, históricos e lingüísticos (NOELLI, 2000). A relevância dos Guarani não radica simplesmente nestas abundantes evidências deixadas por eles durante séculos, senão também pela perseverança em manter a identidade étnica, pese a um contato prolongado de quase 500 anos com uma sociedade majoritária, orientada mais para uma redução das particularidades que interessada em manter as diferenças.

Quando chegaram os barcos europeus ao continente americano, a denominada grande família Tupi-Guarani habitava de forma descontínua desde a desembocadura do Amazonas até o estuário do rio da Plata e chegava até o início das terras andinas no interior do continente (SAGUIER, 1980). Particularmente, os Guarani ocupavam a porção do litoral desde São Paulo até o Rio Grande do Sul, estendendo sua presença nas bacias dos rios Paraná e Uruguai até o rio Paraguai no oeste e até o rio Tietê ao norte. (CLASTRES, 1978).

Segundo Noelli (2004, 1996), a gênese cultural dos Guarani está situada em algum lugar da bacia dos rios Madeira-Guaporé, no sudoeste da Amazônia, expandindo-se para o sul e conquistando paulatinamente uma vasta área, chegando a povoar grande parte dos atuais territórios do Brasil, Paraguai, Argentina, Guiana, Bolívia, Peru e Equador. Os indígenas reconhecidos como propriamente Guarani centravam-se entre os rios Paraná e Paraguai (LADEIRA, 1992).

Para La Salvia e Brochado (1989) esse território de ocupação guarani em época pré-colonial constituía um espaço aproximado de 1.200.000 km².

Em 1580, o litoral de Santa Catarina e Paraná e os campos de Curitiba foram quase esvaziados pela colonização européia, restando poucos núcleos Guarani em regiões do Mato Grosso do Sul e Paraguai. Já em 1700, pequenos grupos sobreviventes habitavam o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, oeste do São Paulo, e as províncias argentinas de Buenos Aires, Corrientes e Misiones (NOELLI, 2004).

Entre os Séculos XVIII e XIX, os Guarani que não foram submetidos, refugiaram-se nas matas subtropicais da região do Guairá paraguaio e dos Sete Povos, sendo observados pela literatura etnográfica no início do século XX poucos remanescentes Guarani no litoral sudeste (LADEIRA, 1992).

Hoje em dia podem se identificar três parcialidades Guarani que sobrevivem no Brasil, dos 14 grupos Guarani que foram descritos nos séculos XVI e XVII (CHAMORRO, 1999): os *Kaiová*, os *Chiripá* e os *Mbya*.

No que diz respeito às distinções entre os grupos Guarani, Assis e Garlet (2004, p.37) apontam que: “O critério lingüístico é o mais utilizado, entretanto sabe-se que ele é insuficiente para uma análise etnológica mais consistente. Pressupondo-se obviamente que todos são Guarani, a partir disso não se possui clareza se é pertinente apontar Kaiowá, Ñandeva e Mbyá como subgrupos Guarani ou parcialidades, ou etnias”.

Os *Kaiová* estão localizados no Brasil majoritariamente ao Sul do Estado de Mato Grosso do Sul, limitando sua ocupação ao norte com as nascentes dos rios Ivinheima e Apa e ao sul com o rio Iguatemi. Para o Leste, chegam até os departamentos paraguaios de Amambay, Canindeyu, San Pedro e Concepción (ASSIS E GARLET, 2004).

Em contraste, para os mesmos Assis e Garlet (2004), os *Nhandeva* apresentam uma ocupação mais dispersa, ocupando os Estados do Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul no Brasil e os departamentos de San Pedro,

Amambay, Canindeyu, Caaguazu e Alto Paraná no Paraguai e na província de Misiones na Argentina).

Por outro lado, os *Mbya* estão presentes no leste do Paraguai (Departamentos de Caguazu, Guairá, Cazapá, San Pedro, Concepción, Alto Paraná e Itapuá), norte da Argentina (Província de Misiones) e até recentemente no Uruguai. No Brasil, encontram-se no interior e no litoral do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Pode-se verificar também a presença guarani nos Estados do Pará, Tocantins e Maranhão, conforme Ladeira (2001) e Assis e Garlet (2004).

Os *Mbya* ocupam com maior intensidade o litoral do Brasil, junto à Mata Atlântica ainda existente, vivendo portanto, em áreas muito menores daquelas antigamente habitadas.

Recentemente, os Guarani no Sul do Brasil alcançaram uma maior visibilidade, principalmente em função das suas mobilizações para assegurar terras, nas regiões historicamente ocupadas por eles, a fim de garantir as condições que lhes permitam viver de acordo com a sua cultura (LITAIFF, 2004). Este propósito está ligado a sua noção de território, que comporta mais que um simples espaço geográfico ocupado e que a legislação de demarcação de terras no Brasil dificilmente consegue satisfazer. Sob esta luz, Ladeira (2003, p. 6) afirma:

O território indígena implica no espaço físico onde as sociedades desenvolvem relações sociais, políticas e econômicas definidas por suas tradições, culturas e cosmologias. Nesse sentido, o conjunto de terras demarcadas para os Guarani não corresponde, nem qualitativamente nem quantitativamente, ao conjunto de áreas ocupadas e pleiteadas por eles e que condizem com sua noção de território.

Esta situação obriga os Guarani a se posicionarem em relação à problemática da insuficiência de terras diante da sociedade majoritária, situação que obviamente gera inúmeros conflitos interculturais.

1.1.3 A demanda dos Guarani em Santa Catarina: a terra

Os Guarani, por motivos religiosos e étnicos, não disputam a terra e a demarcação tem sentido diferente em seu sistema cultural. Além disso, não é qualquer terra que lhes interessa. Visam pontos especiais num vasto território que histórica e socialmente dominam. Certo desapego e fragilidade quanto à permanência nas aldeias contrasta com o propósito firme de caminhar à procura de lugares especiais, não havendo contradição. A terra, ou os lugares que procuram, encontra-se, ainda hoje, nos mesmos “limites” pré-estabelecidos pelos antepassados míticos (LADEIRA, 1994).

Porém, apesar da existência de evidências consistentes que respaldam o uso e a ocupação tradicional dos Guarani em muitos locais no Estado de Santa Catarina⁶, esses não são argumentos suficientes para garantir plenamente os direitos constitucionais territoriais.

Diante desta situação, durante os últimos 20 anos, instituições governamentais e não governamentais, assim como os próprios Guarani através de suas organizações, juntaram esforços que hoje permitem reconhecer grandes avanços.

Fruto da mobilização para efetivar seus direitos fundiários consignados na constituição de 1988, em SC existem atualmente 22 áreas oficialmente reconhecidas como de ocupação Guarani, quando em 1990 havia apenas duas: *Mbiguaçu* e Morro dos Cavalos.

Apesar dessas conquistas, ainda falta muito caminho por percorrer. Dos 1320 guarani que habitam hoje o Estado, 912 (69%) ocupam áreas que não possuem situação jurídica definida ou que o processo está em andamento, tendo a maioria delas situações conflituosas, seja por estarem sobrepostas a Unidades de Conservação e/ou em terras

⁶ Noelli (2004) afirma que foram identificados até o momento cerca de 3.000 evidências arqueológicas relacionadas a ocupações guarani na região sul do Brasil, assim como nos países vizinhos.

indígenas pertencentes a outras etnias⁷, seja pela presença de moradores não-índios contrários à regularização.

É surpreendente observar que embora esse panorama seja pouco alentador, os Guarani continuam perseverantes na busca de estratégias para consolidar seus direitos, resistindo, se adaptando, ocupando locais adequados às suas especificidades culturais.

Diante dessa situação, as vias legais que possibilitam os direitos fundiários dos indígenas no Brasil, viraram bastião de resistência para garantir espaços próprios para a reprodução da sua cultura e evitar a assimilação por parte da sociedade nacional.

1.1.4. Legislação indígena e regularização fundiária, elementos relevantes.

Atualmente as formas de regularização fundiária para comunidades indígenas no Brasil são: a demarcação como terras tradicionalmente ocupadas e a aquisição por via de medida mitigadora por obras de infra-estrutura. À continuação vão ser descritos de forma sucinta os principais instrumentos legais para cada uma destas formas de regularização fundiária.

1.1.4.1. Demarcação de Terras.

Este procedimento administrativo se fundamenta no Artigo 231 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que reconhece aos índios os direitos originais sobre as terras que tradicionalmente ocuparam, cabendo à união sua proteção e demarcação. Visando esse objetivo, esse artigo define que as terras passíveis de serem demarcadas devem se caracterizar por serem:

⁷ No caso de Santa Catarina, índios Kaingang e Xokleng.

- Áreas habitadas pelos índios em caráter permanente;
- Áreas utilizadas para suas atividades produtivas;
- Áreas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar; e
- Áreas necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos costumes e tradições.

Além do anterior, as terras denominadas como tradicionalmente ocupadas se destinam a sua posse permanente e usufruto exclusivo dos recursos naturais, sendo terras inalienáveis, indisponíveis e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

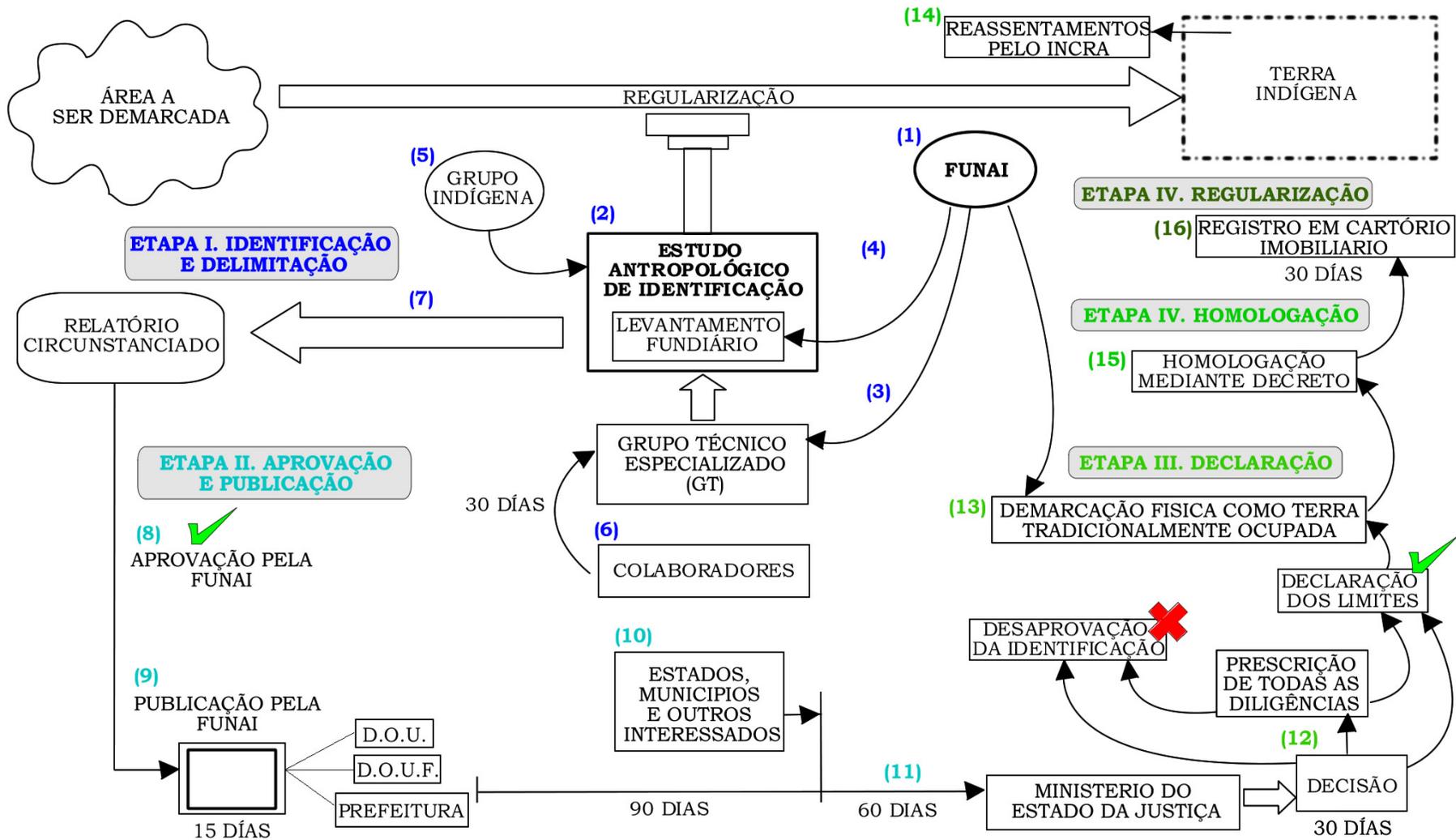
Para dar aplicabilidade ao disposto nesse Artigo 231, assim como no conhecido Estatuto do índio⁸, foram promulgados o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e a Portaria MJ nº 14, de 9 de Janeiro de 1996, que estabelece as regras sobre a elaboração do Relatório circunstanciado de identificação e delimitação de Terras Indígenas, referido no decreto 1.775.

Dada a pertinência do processo demarcatório para esta dissertação, à continuação é descrito e diagramado o procedimento administrativo para conhecimento do leitor.

Segundo o decreto 1.775/96, o processo demarcatório pode ser definido pelas seguintes etapas (Ver figura 1):

⁸ O art. 2º, inciso IX do Estatuto do índio estabelece como responsabilidades da União e demais autoridades envolvidas: “*garantir aos índios e comunidades indígenas, nos termos de Constituição, a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhes o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes*”.

Figura 1. Processo administrativo de demarcação de terras Indígenas segundo o Decreto 1775 de 8 de janeiro de 1996. Diagrama desenhado pelo autor.



I. ETAPA DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO (terra indígena a ser estudada ou em estudo pela Fundação Nacional do Índio –FUNAI).

- (1) As terras indígenas serão demarcadas por iniciativa e sob orientação do órgão federal de assistência ao índio (FUNAI).
- (2) A demarcação de terras deverá ser fundamentada por um estudo antropológico de identificação.
- (3) A FUNAI designará um grupo técnico especializado (GT), coordenado por antropólogo, para realizar estudos complementares de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e o levantamento fundiário necessários à delimitação.
- (4) O levantamento fundiário se realizará, quando necessário, conjuntamente com a FUNAI.
- (5) O grupo indígena envolvido participará do procedimento em todas as suas formas.
- (6) O GT solicitará, quando for o caso, a colaboração de membros da comunidade científica ou de outros órgãos públicos. Esta colaboração deve ser no prazo de 30 dias, a partir da constituição do GT.
- (7) Concluídos os trabalhos de identificação e delimitação, o GT apresentará relatório circunstanciado à FUNAI.

II. ETAPA DE APROVAÇÃO E PUBLICAÇÃO (limites aprovados pela FUNAI e publicados).

- (8) Aprovação do Relatório por parte da FUNAI.

- (9) 15 dias depois de recebido o relatório, a FUNAI deverá publicar resumo do mesmo no Diário Oficial da União, no Diário Oficial da Unidade Federativa e na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.
- (10) Desde o início do processo demarcatório, até 90 dias depois da publicação, estados, municípios e demais interessados poderão se manifestar diante do processo demarcatório, seja para denunciar vícios do relatório circunstanciado ou para pleitear indenizações.
- (11) Nos 60 dias posteriores, a FUNAI deverá encaminhar o respectivo procedimento juntamente com pareceres relativos às razões e provas apresentadas ao Ministério do Estado da Justiça.

III. ETAPA DE DECLARAÇÃO (limites reconhecidos pelo Ministério da Justiça, viabilizando a demarcação física da área)

- (12) 30 dias depois o recebimento do processo, o Ministério do Estado da Justiça tomará uma das seguintes decisões:
- Desaprovar a identificação,
 - Prescrever todas as diligências que julgue necessárias, com prazo de 90 dias para serem cumpridas,
 - Declarar, mediante Portaria, os limites da terra indígena e determinar sua demarcação física.
- (13) Declarados os limites da área, a FUNAI promove a sua demarcação física,

- (14) Enquanto o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em caráter prioritário, procederá ao reassentamento de eventuais ocupantes não-índios.

IV. ETAPA DE HOMOLOGAÇÃO

- (15) Mediante decreto pelo Presidente da República se homologa a terra indígena.

V. ETAPA DE REGULARIZAÇÃO

- (16) Como último passo, no prazo de 30 dias após da homologação, a terra é regularizada com o registro no cartório de imóveis do(s) município(s) e no Serviço de Patrimônio da União (SPN).

1.1.4.2. Processo de Aquisição de áreas em SC.

À diferença do processo de demarcação descrito anteriormente, sustentado pela Constituição Federal e que rege todo o território brasileiro, a aquisição de imóveis para comunidades indígenas faz parte de uma política específica e com aplicabilidade local.

A aquisição de áreas está inserida no Programa de Compensação Sócio-Ambiental de Apoio às Comunidades Indígenas Guarani (PACIG), residentes na área de influência da BR 101, trecho Florianópolis/SC – Osório/RS, em virtude da ampliação da capacidade e modernização deste corredor rodoviário. Esse programa foi constituído em 1998 e teve sua confirmação e garantia de execução com a assinatura do convênio PP 0025/2002-00, celebrado entre a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o

Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transportes (DNIT) com uma duração de 4 anos (2002-2006).

As comunidades indígenas Guarani beneficiadas com as medidas de mitigação e compensação, afetadas pelos impactos sócio-ambientais da duplicação da Rodovia foram: Morro dos Cavalos, Massiambu, Cachoeira dos Inácios/Marangatu e Cambirela em SC, e Campo Bonito, Barra do Ouro, Varzinha e Riozinho em RS.

O projeto visava como medidas específicas apoiar a cada uma dessas comunidades através de três subprogramas: Infra-estrutura (construção de casas, escola, posto médico, etc.), Sócio-económico-Ambiental (aquisição de animais, benfeitorias rurais, consultoria técnica, aquisição de equipamentos, etc.) e Fundiário (aquisição de áreas para fins de ocupação e venda de artesanato).

Dada a escala deste tipo de programas de apoio a comunidades indígenas para aquisição de terras, junto com os processos de demarcação consignados na Constituição, suscita-se um efeito cada vez mais notório para a sociedade majoritária. Este processo faz com que a questão indígena tenha cada dia mais relevância, particularmente no Sul do país, devido ao delicado tema fundiário, razão que substantiva a pertinência em abordar seu estudo com esta dissertação.

1.2. PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa visa os objetivos seguintes:

1.2.1. Objetivo Geral

Analisar o sistema de ocupação e gestão territorial dos indígenas *Mbya-Guarani*, assim como a dinâmica de adaptação, a partir do processo de formação da aldeia *Itanhaen* no Estado de Santa Catarina.

1.2.2. Objetivos específicos

- Definir e caracterizar princípios que direcionam a ocupação territorial dos *Mbya-Guarani* e que fazem parte da sua cosmologia.
- Descrever o modo de ocupação e administração dos recursos por parte de uma comunidade *Mbya-Guarani*, no processo de formação da aldeia *Itanhaen*, município de Biguaçu.
- Refletir sobre o modo como os *Mbyá-Guarani* adaptam e efetivam sua visão de mundo e seu sistema de gestão no uso e administração dos recursos.

1.2.3. Abordagem metodológica

Dadas as características específicas do tema de investigação, o trabalho se orientou como uma pesquisa qualitativa, procurando que segundo compreender de forma detalhada os significados e as características situacionais apresentadas pelos informantes (RICHARDSON, 1999).

Nas visitas às aldeias, foram obtidas as informações através de observação direta em campo, entrevistas gravadas em meio digital, registro fotográfico, diário e caderneta de campo, registro de pontos geográficos com GPS e uso de fotos de satélite (subministradas por Google Earth©). Vale à pena destacar que todos os dados foram

tratados de forma legal e moralmente aceitável, com autorização expressa e assegurada das lideranças locais, através do termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo 6).

Neste trabalho se procura considerar aos informantes como interlocutores chave, pois além de ser escolhidos por sua relevância dentro da organização indígena (lideranças políticas e/ou religiosas), procurou-se que o processo fosse um diálogo.

As entrevistas realizadas podem ser catalogadas como semi-estruturadas, já que se abordavam diferentes temas a modo de conversa, permitindo que as pessoas respondessem nos seus próprios termos e deixando que o pesquisador estivesse livre para ir além das respostas, a partir de perguntas normalmente específicas (MAY, 2004).

1.2.4. Metodologia de campo e coleta de dados

Organizei a pesquisa em três etapas. Na fase preparatória, a partir da revisão do estado da arte (consulta de bibliografia geral e específica) e das conversas regulares com o setor de etnologia indígena do Museu Universitário da UFSC, consolidei a proposta de trabalho para a pesquisa. Esta primeira etapa concluiu com duas conversas com o cacique Felipe Brizoela da aldeia *Pindoty* (10/10/06 e 21/11/06), para fazer os primeiros contatos e preparar o terreno para a fase seguinte.

A segunda etapa foi de caráter exploratório e consistiu em visitar várias aldeias do Estado para apresentar e discutir com as lideranças Guarani o projeto de pesquisa para começar o processo de coleta de dados. Essa fase foi muito importante, pois era indispensável que a minha presença fosse bem vista e que os Guarani consultados fizessem parte do processo de estruturação e ajustes da proposta de pesquisa. Para esse processo visitei novamente a aldeia *Pindoty*, em duas oportunidades (19-20/05/07 e 30/06/07 a 1/07/07). Nestas visitas, as conversas com o cacique Felipe Brizoela foram

fundamentais para orientar a proposta de pesquisa e visualizar outros interlocutores-chave que contribuiriam significativamente no processo.

Um dos interlocutores chave indicados na seqüência por Felipe foi Leonardo *Wera Tupã*, importante liderança Guarani do Estado, que foi entrevistado em três oportunidades (05/05/07 e 14-15/07/07) na aldeia Morro dos Cavalos.

Minha participação no seminário denominado: “Sistemas Agroflorestais e Fauna silvestre: Construindo propostas de sustentabilidade nas Aldeias indígenas Guarani do Litoral de Santa Catarina”⁹, foi o espaço para poder entrar em contato com outras lideranças Guarani do Estado. Fruto da confiança ganhada consegui marcar a primeira visita à aldeia *Itanhaen* (7-9/07/07), liderada pelo cacique Timóteo de Oliveira assim como as conversas com Hyral Moreira e com Alcindo Moreira, cacique e liderança religiosa respectivamente (17-19/07/07).

As informações coletadas com esses interlocutores-chave permitiram-me consolidar e direcionar a proposta de trabalho, que se concentrou na Aldeia do cacique Timóteo, dando assim início à etapa três: o estudo de caso.

Escolhi essa aldeia para o estudo principalmente pela disposição do cacique em dedicar tempo e energia para apoiar a pesquisa e pela oportunidade sem precedentes de estudar uma aldeia em processo de formação numa área que foi adquirida e não demarcada como terra tradicional, o que proporciona um cenário rico para discutir questões fundiárias e territoriais.

Outra razão para escolher esta aldeia foi ter a possibilidade de presenciar passo a passo o processo de ocupação de uma terra já regularizada, onde podia se expressar a vontade do Guarani sem restrição alguma, transformando o espaço de uma fazenda a uma aldeia Guarani.

⁹ O seminário foi realizado nos dias 11 até 15 de junho de 2007 e fazia parte do projeto “Capacitação na área de Desenvolvimento Sustentável e Revitalização cultural nas Terras indígenas Guarani, Xocling e Kaigang de Santa Catarina”

Durante a primeira visita a aldeia *Itanhaen*, assim como nas quatro visitas posteriores (7-14/09/07, 27/10/07, 18-20/03/08 e 12/06/08) fiz caminhadas para reconhecer a área de dar seguimento ao processo de ocupação com fotos e pontos referenciados com GPS, para elaborar mapas com imagens de satélite. As conversas que aconteceram às vezes ao redor do fogo, às vezes durante as caminhadas foram gravadas e todo o processo foi complementado com um diário e uma caderneta de campo. Durante as visitas observei a forma ocupação das casas existentes por parte dos Guarani, e a relevância dos nexos familiares para a localização e construção de novas casas, assim como a organização e distribuição dos espaços para diferentes usos.

Os depoimentos apresentados neste documento dos interlocutores-chave: Hyral Moreira, Felipe Brizoela, Leonardo Wera Tupã e Timóteo de Oliveira foram obtidos por mim durante as visitas às aldeias nas datas assinaladas acima (salvo em casos explicitados). As transcrições foram feitas por mim e nelas existem alterações de concordância, adicionando ou suprimindo trechos que não ficaram claros ou audíveis.

Esse processo de coleta de dados foi complementado com a minha participação no projeto denominado: “Fortalecimento da Agrobiodiversidade guarani: Ações de Intercâmbio de Espécies Vegetais entre as Aldeias de Santa Catarina”¹⁰. Esta experiência permitiu participar no diagnóstico ecológico e social das aldeias Guarani: *Takuaty*, município de José Boiteux (8-11/04/08), Limeira, no município de Entre Rios (23/04/08), *Yakã Porã*, no município de Garuva (19-21/04/08) e na aldeia *Mbiguaçu* (16-17/04/08).

¹⁰ O Projeto consiste em encadear ações de pesquisa, de saberes tradicionais, de troca de material vegetal e ATER entre os guarani, de forma a fortalecer a agrobiodiversidade étnica, além de dar visibilidade às autoridades públicas sobre a produção de alimentos tradicionais. Projeto financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – e executado pelo Projeto Rondon Brasil, Antiga Associação Estadual dos Rondonistas de Santa Catarina – Projeto Rondon.

Com exceção do capítulo 1, todo o documento foi construído com as informações obtidas em campo. As fotos, diagramas e a adaptação de mapas são da minha autoria.

CAPÍTULO 2

A QUESTÃO INDÍGENA NO BRASIL

Para iniciar a descrição sobre a situação atual dos Guarani em SC, em um primeiro momento vou abordar a herança histórica, a partir de dados demográficos, para depois aprofundar na situação atual dos indígenas no Estado.

2.1 UM PASSADO ADVERSO

2.1.1 Demografia indígena

“Tão afáveis, tão pacíficos, são eles... que juro a Vossas Majestades que não há no mundo uma nação melhor. Amam a seus próximos como a si mesmos, e sua conversação é sempre suave e gentil, e acompanhada de sorrisos, embora seja verdade que andam nus, suas maneiras são decentes e elogiáveis”

*Cristóvão Colombo aos Reis de Espanha
(in: PINSKY, 1994, p. 24).*

Que curioso encontrar um depoimento como esse, impregnado de tolerância e até de admiração, escrito pelo próprio “descobridor”, referindo-se aos habitantes da terra “descoberta no além do mar”. O paradoxal dessa afirmação é o já constatado fato de que nestes mais de 500 anos, os acontecimentos sucedidos estiveram impregnados de muitos elementos, menos de tolerância e respeito.

Inúmeros livros e documentos já foram escritos sobre esse controvertido período da história americana, conformando assim um oceano bibliográfico. Como forma para abordar este assunto, utilizo a demografia indígena com o objetivo de dimensionar o processo de dizimação dos indígenas através da análise de dados populacionais de povos ainda existentes na América Latina, apontando a situação brasileira e, particularmente, a dos Guarani no Estado de Santa Catarina.

2.1.2 A América latina índia em números

A conquista e posterior colonização ibérica do continente americano se caracterizaram pelo interesse predominantemente econômico. A procura de novas rotas de comércio com o oriente e o aproveitamento indiscriminado dos recursos encontrados nas terras recém-descobertas para incrementar o poderio econômico das duas coroas em disputa, impediu que até nossos dias chegassem dados populacionais confiáveis, muitos deles também adulterados e até deformados por interesses políticos e religiosos.

Vários autores de diferentes áreas já tentaram dimensionar o número aproximado de indígenas que habitavam o território americano antes da chegada dos europeus. Porém, não existem fontes históricas precisas sequer para a demografia de porções do continente. Por exemplo, estimativas que vão desde um milhão até mais de cinco milhões de habitantes para o atual território brasileiro evidenciam que as informações são bastante divergentes¹¹, sendo qualquer aproximação suscetível de questionamento.

Além disso, a inexistência de cálculos confiáveis se deve também a grandes migrações por parte de vários grupos indígenas¹², o que produz uma série de informações erráticas e até contraditórias.

Monteiro (1995, p. 224) expressa que:

As estimativas mais ponderadas, que oscilam entre dois e quatro milhões para o território brasileiro, cometem sérios enganos ao transportar cálculos referentes aos séculos XVII, XVIII ou

¹¹ Por um lado, a FUNAI (2007) estima que somente na bacia amazônica existissem 5,6 milhões de habitantes. Por outro lado, autores como Steward (1949), Lugon (1968) e Hemming (1978) *apud* Ribeiro (1995), consideram que para o território brasileiro, paraguaio e do Rio da Prata a população aproximada seria de mais de um milhão, três milhões e 2,4 milhões de habitantes respectivamente. Depois de citar estes autores, Ribeiro (*Idem*, 1995), considera mais provável o valor de 5 milhões de habitantes para o mesmo espaço geográfico. Para o antropólogo Eduardo Viveros de Castro, professor do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Brasil: “*fala-se de uma população pré-colombiana entre 4 e 5 milhões*” (in: PINHEIRO e GREENHALGH, 2007).

¹² Para citar alguns exemplos, no Brasil os Tupinambá migraram do litoral para o Médio Amazonas a partir do século XVI, os Kayowá migraram do Paraguai e do Mato Grosso do Sul para o Vale do Paranapanema e litoral sul do Brasil a partir do século XIX, os Avá-Canoeiro que migraram das regiões das minas de ouro de Goiás para o Rio Tocantins no século XVIII, os Guajajara, que a partir do século XVI se deslocaram para o interior do estado de Tocantins e os Waiãpi, originários do rio Xingu, atualmente estabelecidos no Amapá. (MONTEIRO,1995)

XIX ao marco zero de 1500. John Hemming, por exemplo, em seu livro *Red Gold*, arrola os Tupinambá do Maranhão [...] como componentes da população de 1500, quando na verdade são grupos que migraram para esses lugares na segunda metade do século XVI. Mais grave: inclui os Avá-Canoeiro, grupo recomposto a partir do século XVIII, que sequer existia em 1500.

Apesar dessas lacunas estatísticas e da precariedade da demografia indígena na América Latina, dados recentes das populações sobreviventes em alguns países podem contribuir para descrever a magnitude do extermínio sofrido nas terras colonizadas pelas coroas espanhola e portuguesa.

2.1.3 O Brasil Índio na América latina

Resultados demográficos publicados por organizações nacionais e agências internacionais entre 2001 e 2005 sobre a população indígena ainda existente em vários países de América Latina, permitem evidenciar a enorme heterogeneidade entre os países e o caso particular existente no Brasil, como vislumbrado no Quadro 1.

Neste quadro é significativo destacar que, sendo o Brasil o país mais extenso da América do Sul¹³ é também o que tem, proporcionalmente, a menor quantidade de índios no seu território (0,4%). Essa condição, de uma diminuta minoria imersa no vasto território brasileiro, permite supor em que dimensão essas populações foram dizimadas e assimiladas em comparação com os outros países latino-americanos.

¹³ A área territorial oficial do Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, (2007) é de 8.514.876,599 km². Esta superfície somente é superada no mundo pela Austrália, os Estados Unidos, Canadá, China e Rússia.

Quadro 1. População indígena em países da América Latina.

Países e datas do censo	Resultados dos Censos		
	População Total	População indígena	% de população Indígena
Bolívia (2001) *	8 090 732	5 358 107	66,2
Guatemala (2002) *	11 237 196	4 433 218	39,5
Panamá (2000) *	2 839 177	285 231	10,0
México (2000) *	97 014 867	7 618 990	7,9
Honduras (2001) *	6 076 885	440 313	7,2
Equador (2001) *	12 156 608	830 418	6,8
Chile (2002) *	15 116 435	692 192	4,6
Colômbia***	41 468 384	1 392 623	3,3
Costa Rica (2000) *	3 810 179	65 548	1,7
Paraguai (2002) *	5 183 074	87 568	1,7
Argentina**	36 260 130	603 758	1,6
Peru****	26 152 265	299 218	1,2
<i>Brasil (2000) *</i>	<i>169 872 856</i>	<i>734 127</i>	<i>0,4</i>

Fontes:

- * CELADE-CEPAL, processamentos especiais dos microdados dos censos. (CEPAL & CELADE, 2005, p. 8)
- ** INDEC. Pesquisa Complementar de Povos Indígenas (ECPI) 2004-2005. Complementaria do Censo Nacional de População, lares y casas 2001.
- *** DANE, Censo General 2005. Población censada (DANE, 2005)
- **** INEI, Censos Nacionales 2005: X de Población y V de Vivienda (INEI, 2007)

Analisando comparativamente esses dados, o Equador¹⁴, por exemplo, com uma área quase 30 vezes menor que a brasileira, possui perto de 100.000 indígenas a mais que o Brasil, sem considerar que a mesma CEPAL afirma que este dado é subestimado. (CEPAL & CELADE, 2005).

Costa Rica e Paraguai, países também comparativamente minúsculos, possuem uma proporção quatro vezes maior de indígenas nos seus territórios. Até mesmo a Argentina tem uma proporção quatro vezes maior de índios numa superfície duas vezes menor que o Brasil¹⁵.

Também se pode observar que a reduzida população indígena no Brasil contrasta com a grande diversidade étnica no seu território. Nesse sentido, a FUNAI (2007) afirma que: “[...] *Em termos estimativos, os lingüistas têm aceitado que cerca de 1.300*

¹⁴ A república do Equador possui 256.370 Km², segundo dados do Ministério de Turismo do Equador (2007).

¹⁵ Segundo o Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina / INDEC (2007) a superfície total da república é de 3.761.274 km².

línguas diferentes eram faladas pelas muitas sociedades indígenas então existentes no território que corresponde aos atuais limites do Brasil?

Sobre os povos que atualmente sobrevivem no Brasil, as organizações que trabalham em assuntos indígenas manejam dados divergentes. O CIMI (2007) estima em cerca de 240 os povos indígenas no Brasil. Porém, afirma que este dado é só uma estimativa, pois se desconhece o número de grupos não contatados. Segundo a FUNAI (2007), existem 215 sociedades indígenas no Brasil e cerca de 60 grupos isolados. De acordo com o ISA (2007) os povos indígenas contemporâneos somam 227.

A grande proporção e diversidade indígena, estimada a partir dos dados lingüísticos e demográficos disponíveis, sugere a severidade do processo dizimador e assimilador sobre os índios que habitaram estas terras.

2.1.4 Os Guarani em números

Assis e Garlet (2004, p. 39) afirmam que o tema da demografia relativo aos Guarani tem uma particular dificuldade que decorre da *“própria resistência levantada pelos indígenas que, em virtude de experiências históricas adversas, repelem com veemência as tentativas que visam quantificá-los”*, pois consideram que é mais uma das tentativas da sociedade majoritária de controlá-los. De todo modo, a Fundação Nacional de Saúde –FUNASA– faz estes registros e constantemente atualiza o levantamento.

Outro fator que dificulta essa tarefa é a mobilidade espacial que, segundo Ladeira (1992), além de ser uma estratégia apropriada de organização social e de preservação de seu espaço geográfico, contribui para reforçar a identidade étnica do grupo ante a sociedade envolvente.

Porém, Assis e Garlet (2004, p. 39) afirmam: “*mesmo que os dados apresentem limitações desta natureza, ainda assim eles são reveladores e significativos para uma análise das mudanças no perfil demográfico verificadas nos últimos anos*”.

Segundo Clastres (1973), citado por Balée (1992, p.39), os Guarani “*tiveram sua população estimada no momento do contato em torno de 1.500.000 habitantes, na região do Paraguai e Paraná, com uma densidade de população de quatro pessoas por quilômetro quadrado*”. Para Noelli (2004), no início do século XVI os Guarani viviam no auge geográfico e demográfico, abarcando uma grande parte do leste da América do sul, principalmente a bacia do rio da Plata, e com uma população de dois milhões de pessoas ou talvez mais.

Em contraste, atualmente a população Guarani pode ser estimada no continente, segundo Assis e Garlet (2004), em 65.000 pessoas, 31.530 delas no território brasileiro. Para o ISA (2007), dos 59.000 Guarani no continente, 34.000 habitam no Brasil. Posso concluir então, que se a população Guarani se aproximava a 2 milhões de pessoas antes da conquista, hoje em dia sobrevive cerca de 2,5% dessa população em território brasileiro.

2.2 OS GUARANI EM SC, UMA MINORIA INCONVENIENTE?

“...uma minoria incômoda para a expressão desenvolvimentista de uma nação em progresso, que precisava de terras para ampliar seu território, para fazer estradas e colonizar o interior”

(in: BROWN, Dee 1970, p. 6)

Esta afirmação foi escrita pelo jornalista e crítico literário Geraldo Galvão Ferraz na apresentação da versão brasileira do livro *Enterrem meu coração na curva do rio*, de Dee Brown (1970) e que trata sobre a dramática história dos índios norte-americanos durante os séculos posteriores à chegada dos primeiros colonos advindos da Grã Bretanha.

No Brasil, observo que os povos indígenas atualmente também são considerados como minorias incômodas, caso particular dos Guarani em Santa Catarina. Procurando argumentar esta afirmação, analiso fatos e acontecimentos recentes no Estado.

Fruto do trabalho de campo, da interação com indígenas Guarani no Estado de Santa Catarina e com instituições envolvidas, considero que existem três expressões de incomodidade: a desinformação, o preconceito e a xenofobia, elementos que busco aclarar a seguir.

2.2.1 A desinformação

A complexidade da questão fundiária dos Guarani no Estado é constantemente desconsiderada principalmente quando se ignoram as singularidades e a heterogeneidade étnica que possui. Cada comunidade no Estado apresenta um contexto particular, com questões de diferentes ordens, assim como as especificidades dos indígenas que as compõem. Portanto, uma generalização superficial, junto com a omissão e distorção são parte da desinformação.

2.2.1.1 “Muita terra para pouco índio”¹⁶

Apesar das várias tentativas de desmitificar a questão da demarcação de terras, a percepção contida nessa afirmação persiste no imaginário da sociedade brasileira. Reconhecendo que algumas etnias indígenas na região norte do país possuem atualmente condições que permitem, em certo grau, sua soberania, continuidade e auto-reprodução¹⁷, é importante deixar claro que a situação vivida por grande parte dos indígenas, em especial os Guarani, demonstra que as circunstâncias de bem-estar são

¹⁶ Afirmação tomada do documentário com o mesmo nome, produzido pela Associação Brasileira de Antropologia no ano 2002.

¹⁷ Os Wajãpi (AP), Araweté, Kayapó (PA), Yanomami, (RR) e Tikuna (AM) são exemplos de povos com áreas contínuas amplas destinadas para seu uso, conforme informação pessoal da pesquisadora Dra. Maria Dorothea Post Darella em 20/11/2007.

precárias para a grande maioria. A procuradora da República Deborah Duprat, atual coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (6ª CCR)¹⁸, expressava na Universidade de Brasília, no ano 2002, que 90% das comunidades indígenas estão praticamente em situação de indigência¹⁹.

No documento: Memórias da “Reunião de Planejamento dos Estudos Para Identificação e Delimitação das Terras Indígenas nas Regiões Sul e Sudeste do País: O Contexto Guarani e Tupi-Guarani”, realizada em setembro de 2007 em Brasília²⁰, registra que esse tipo de desinformações como um dos principais problemas que dificultam a regularização das terras Guarani no Sul:

A aparência de que a ocupação Guarani é grande é ilusória, pois o que está realmente assegurado aos Guarani é muito pouco. No mapa aparecem inúmeros pontos... mas na realidade as superfícies das Terras Guarani são exíguas e desgastadas. Além disso, muitas áreas que são consideradas como desocupadas pelos Guarani, assim estão porque delas foram expulsos. (FUNAI, 2007a, p. 10).

Vale ressaltar neste texto que a situação fundiária dos Guarani em SC não é privilegiada. Das 23 áreas ocupadas atualmente no Estado, 16 estão ainda sem legalização, o que representa, entre as áreas sem providência e as áreas em processo de legalização, que 57% da população Guarani do Estado não possui área garantida para viver (Ver Quadros 2 e 3).

¹⁸ Esta câmara é um órgão setorial de coordenação, de integração e de revisão do exercício funcional dos Procuradores da República, nos temas relativos aos povos indígenas e outras minorias étnicas.

¹⁹ Comentário verbalizado durante o lançamento do vídeo denominado “Muita terra para pouco índio”, na Universidade de Brasília, no dia 30 de outubro de 2002. Publicado por UnB Agência.

²⁰ Evento realizado pela Coordenação Geral de Identificação e Delimitação (CGID) / Diretoria de Assuntos Fundiários (DAF) da FUNAI/Brasília.

Quadro 2. Situação Fundiária das Terras Indígenas Guarani em SC.

ÁREAS SEM PROVIDÊNCIAS					
Total hab.	Aldeia/ Terra indígena	Hab.	Área (há)	Situação jurídica atual	Outros dados relevantes
119 (9%)	Massiambu	5	4,5	Área seqüestrada judicialmente	Estudo preliminar efetivado em 1999 pela FUNAI. A ser criado grupo técnico de identificação e delimitação pela FUNAI.
	Cambirela	25	Indef.	Sem providência	A ser criado grupo técnico de identificação e delimitação pela FUNAI.
	Amâncio	20	Indef.		
	Reta	32	Indef.		
	Yakã Porã	37	Indef.		
	Morro Grande	--	Indef.	Em estudo	Área ocupada em 2007, a ser objeto de estudo em agosto de 2008.
ÁREAS EM PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO					
617 (48%)	Pindoty	31	3.254	Delimitação aprovada pela FUNAI em 2008	No aguardo da expedição da Portaria Declaratória pelo Ministério da Justiça para posterior demarcação física e homologação dos limites identificados e delimitados nos termos do parecer da FUNAI n.º 16, 17, 18 e 19/PRES de 08/05/2008, publicado no DOU 12/05/2008. A TI Pindoty inclui as aldeias Pindoty/Jabuticabeira, Yvapurú e Conquista.
	Conquista	37			
	Jabuticabeira	27			
	Yvapurú	40			
	Tarumã	25	2.172		
	Tiaraju/Pirai	88	3.017		
	Morro Alto	81	893		
	Toldo	127	Indef.		A comunidade Guarani ocupa uma parte da TI Laklãnõ, mas reivindica uma área própria.
	Takuaty	47	Indef.		A comunidade Guarani ocupa uma parte da TI Laklãnõ, mas reivindica uma área própria.
	Limeira	114	Indef.		A comunidade Guarani vive na TI Xapecó, demarcada ao povo Kaingang. Reivindica uma área específica.

Quadro 2. Situação Fundiária das Terras Indígenas Guarani em SC (Continuação).

ÁREAS LEGALIZADAS					
Total hab.	Aldeia/ Terra indígena	Hab.	Área (ha)	Situação jurídica atual	Outros dados relevantes
584 (43%)	Morro dos Cavalos	99	1.988	Portaria declaratória do Ministério da Justiça, publicada no D.O.U. em 22/04/08	No aguardo da expedição da Portaria Declaratória pelo Ministério da Justiça para posterior demarcação física e homologação dos limites identificados e delimitados nos termos do parecer da FUNAI n.º 201/PRES de 17/02/2002, publicado no DOU 18/12/2002.
	Mbiguaçu	105	59	Área homologada. REG CRI E SPU. (05/05/2003)	A ser criado grupo técnico de identificação e delimitação de áreas de uso tradicional contíguas à TI, de responsabilidade da FUNAI.
	Itanhaen	90	216	Regularizada	Área indígena, adquirida pelo programa de medidas mitigadoras da duplicação da BR 101 em 2007 (Convênio DNIT/FUNAI, de 2002).
	Kuri'y	79	509	Regularizada	Área indígena, adquirida pelo programa de medidas mitigadoras da duplicação da BR 101 em 2007 (Convênio DNIT/FUNAI, de 2002).
	Tava'i	35	202	Regularizada	Área indígena, adquirida pelo programa de medidas mitigadoras da duplicação da BR 101 em 2007 (Convênio DNIT/FUNAI, de 2002).
	Marangatu	105	67	Regularização fundiária em fase de finalização	Terra Indígena. Área adquirida como medida mitigadora do Gasoduto Bolívia-Brasil. A ser criado grupo técnico de identificação e delimitação de áreas de uso tradicional contíguas à TI, de responsabilidade da FUNAI. Aguardando definição quanto a dominialidade do imóvel (em análise pela Administração regional de Curitiba).
	Araçai	71	2.721	Área com portaria declaratória do Ministério da Justiça (19/04/2007).	Os grupos familiares ora vivem na TI Toldo Chimbanguê II (Kaingang).

Fontes:

- PROCURADORIA DA REPUBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA (2007), FUNAI (2007a), ISA (2007), CTI (2007), comunicação pessoal com Oswaldo Bento Filho, funcionário administrativo da ONG, PROJETO RONDON BRASIL EM MARÇO DE 2008
- Decreto 1.775 de 8 de janeiro de 1996.
- Comunicação pessoal com a Dra. Maria Dorothea Post Darella, antropóloga pesquisadora do Laboratório de Etnologia Indígena, Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral da UFSC.
- Diário Oficial da União DOU N° 89, segunda-feira, 12 de maio de 2008.

Quadro 3. Resumo dos dados da situação Fundiária das Terras Indígenas Guarani em SC.

Situação Fundiária	No. De Aldeias/ Terras Indígenas	Habitantes		Área
		No.	%	Ha.
Áreas sem providências	5	119	9	Ind.
Áreas em processo de Regularização	11	617	48	Ind. (9.336)
Áreas Regularizadas	7	584	43	5.762
Total	22	1320	100	14.896

A complexidade da situação fundiária dos Guarani se deve em grande medida às especificidades e ao contexto diferenciado em que cada aldeia está imersa, o que requer invariavelmente uma análise minuciosa caso a caso.

No caso das áreas já legalizadas, poderia se dizer, por exemplo, que a situação está resolvida, todavia o panorama é distinto. Em Araçai, os grupos familiares Guarani ora vivem na TI Toldo Chimbangue II (Kaingang), devido a conflitos com a população não-índia que mora na área e não lhe permite o ingresso. Além disso, as comunidades que ocupam as aldeias também legalizadas como: *Mbiguaçu* e *Marangatu*, solicitaram estudo para ampliação, pois a área se mostra insuficiente para a população que ali habita.

Massiambu, uma das aldeias que estão em processo de legalização, é uma área seqüestrada judicialmente e desde 1999 e não se tem certeza quando inicia o processo de regularização. Por outro lado, as comunidades Guarani de Toldo, *Takuaty* e Limeira ocupam parte de terras indígenas de outros grupos étnicos, existindo tensões interétnicas. Por fim, as áreas Pindoty, Conquista, Jabuticabeira, *Yvypuru* e *Tarumã*, esperaram cinco anos para que a delimitação fosse aprovada pela FUNAI e aguardam a conclusão das demais etapas do processo demarcatório.

Pode-se evidenciar que apesar dos grandes avanços, existe ainda uma situação precária em termos territoriais para a maioria dos Guarani em SC e que esta situação

está muito distante daquela na qual se quer colocar o Guarani como possuidor de abundantes terras.

Outro elemento a considerar é que as terras regularizadas²¹ não pertencem aos índios; são da União. “*Eles não têm a propriedade, mas o usufruto, que é bem diferente*”, afirma o antropólogo Viveiros de Castro²². Para este Antropólogo, os índios realmente incomodam setores da sociedade brasileira (principalmente grandes empresários e latifundiários) porque as áreas indígenas de usufruto exclusivo saem do mercado fundiário, prejudicando interesses econômicos particulares.

Sob essa mesma luz, Oliveira (1987) afirma que a expressão infundada de muita terra para pouco índio também serve para confundir a opinião pública e reforçar o conflito com a enorme legião de trabalhadores rurais sem terras que existe no país. Daí advém a seguinte expressão:

2.2.1.2 “*Com tanta demarcação para o índio, não vai ficar terra para o branco*”.

Frente a esta afirmação Oliveira (1987) faz uma contundente argumentação. Considera que a intenção desses comentários é afirmar, erroneamente, que a regularização das terras indígenas estaria reduzindo a quantidade de terras disponíveis para a agricultura e outras atividades econômicas, ocasionando escassez de terras para os trabalhadores rurais não-indígenas.

Citando o INCRA, esse autor afirma que as terras aproveitáveis e não exploradas existentes em todo o Brasil somam quase 185 milhões de hectares, o que corresponde, aproximadamente, ao dobro de todas as terras indígenas, razão pela qual devem ser consideradas parte menor do estoque de terras que poderia ser destinado para programas governamentais de colonização e/ou reforma agrária.

²¹ Entenda-se que o termo terras regularizadas inclui tanto as demarcadas como as adquiridas (processos descritos no capítulo 1).

²² Entrevista para o Jornal O Estado de São Paulo em 20/04/2008. documento na íntegra no Anexo 2.

O autor também considera que *“Mesmo ressalvando-se as áreas urbanas e aquelas destinadas à proteção ambiental, ao uso das forças armadas etc., resta muita terra para a expansão das atividades econômicas, sem que seja necessário proceder à invasão do habitat das populações indígenas”* (idem, 1987, p. 5).

Além disso, afirma que os imóveis rurais cadastrados pelo INCRA correspondem a quase 70% do território nacional, havendo ainda 255 milhões de hectares de terras não-discriminados ou cadastrados pelo órgão fundiário. Conclui dizendo, que *“[...] É a extrema concentração da propriedade fundiária em mãos de poucos membros da sociedade brasileira e sua má ou falta de utilização que levam à larga margem da população rural a não dispor de terras para trabalhar, e não a grande extensão dos territórios indígenas”* (ibidem, 1987, p.4).

2.2.1.3 Os interesses por detrás da desinformação.

Com os argumentos anteriores, fica evidente que esses dois mitos referentes à abundância de terras e ao efeito antagônico da regularização fundiária sobre o desenvolvimento do meio rural e setor produtivo beneficiam inteiramente segmentos da população brasileira contrários aos direitos indígenas e que possuem interesses específicos nessa questão.

Corroborando o acima mencionado, a Procuradora da República Dra. Analúcia Hartmann²³ (apud MEDEIROS 2006, p. 40) afirma que: *“as forças políticas hegemônicas mostram-se claramente contrárias à demarcação de terras indígenas, sob o pretexto de que os índios no Estado [Santa Catarina] já dispõem de muita terra, referindo-se à terra indígena de Ibirama...”*.

²³ Procuradora responsável pelas questões Meio Ambiente, Índios e Minorias junto à Procuradoria da República em Santa Catarina. Esta intervenção deu-se no Seminário Terras Guarani no Litoral: Contexto Fundiário e Ambiental, ocorrido nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2005, na aldeia Morro dos Cavalos em Palhoça/SC.

O reconhecido antropólogo Dr. Silvio Coelho dos Santos afirmou na Conferência Regional dos Povos Indígenas, ocorrida em Florianópolis no mês de junho de 2005, que “*se fossem feitos estudos atuais na Terra Indígena [Ibirama], talvez não chegue a 10% a área passível de utilização pelos indígenas*²⁴”. (MEDEIROS, 2006, p. 40)

Esta oposição aos processos de regularização existentes no Brasil é denunciada pelo CIMI (2006, p. 18) em relatório denominado: “A Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil”:

Durante os anos de 2003, 2004 e 2005 os fazendeiros reagiram a estes protestos [indígenas] através de manifestações públicas, contratação de seguranças, divulgação de informações tendenciosas e inverídicas. Espalharam calúnias, bloquearam estradas, moveram ações de reintegração de posse. Foram ações organizadas, intimidadoras, cerceadoras e muito violentas contra as comunidades indígenas, que envolveram proprietários, parlamentares, autoridades do Poder Executivo e policiais. Essas reações têm sido muito frequentes nos estados de Mato Grosso do Sul, Roraima e Santa Catarina e revelam uma forte tendência, em diversas regiões do Brasil, de tentar impedir a aplicação dos direitos indígenas.

No que diz respeito ao Estado de Santa Catarina, também o CIMI afirma que (p.17):

Em SC, a articulação do governador do Estado, políticos locais e proprietários rurais contra os direitos indígenas, levou à criação de uma inconstitucional Comissão Especial²⁵, que, sob a desculpa de analisar os processos de regularização de terras indígenas, atua para impedir as demarcações desde setembro de 2004. Os membros da comissão divulgam, nos meios de comunicação regionais, que há um acordo entre o governo catarinense e o governo federal para a não-demarcação de terras antes de um parecer da comissão.

Em termos práticos essa desinformação, que consiste não somente em dados errôneos senão também omitidos, se transforma em uma forma de agressão às comunidades indígenas Guarani. Em primeiro lugar, atenta diretamente contra o direito

²⁴ Nesta área estão presentes atualmente três grupos étnicos: os Kaingang, os Xokleng e os Guarani. Além de existir tensões interétnicas entre eles, 66% da área foi ocupada pela Barragem Norte, cobrindo a maior parte das terras agricultáveis, sendo a população obrigada a ocupar áreas de encosta de Mata Atlântica, que estão protegidas pela legislação ambiental, o que ocasiona sérias restrições quanto ao uso do solo (MEDEIROS, 2006).

²⁵ O Ministro de Estado da Justiça através da Portaria no. 315, de 18 de fevereiro de 2008, publicada no DOU (Diário Oficial da União) no dia 19 de fevereiro de 2008, extinguiu a denominada “Comissão Especial de Natureza Institucional com a finalidade de proceder aos estudos e ofertar sugestões à solução das questões indígenas no estado de Santa Catarina”, revogando assim as portarias no. 2.711, de 23 de setembro de 2004 e no. 1.409 de 19 de julho de 2005, que versavam sobre a sua constituição.

à terra, um dos pilares que sustenta a sua cultura e, em segundo lugar, produz percepções distorcidas que contribuem na ampliação da discriminação e do preconceito.

2.2.2 “*Esses índios não plantam nem uma linha de cebola*”²⁶ o preconceito infundado.

A idéia errônea de que o Guarani é preguiçoso, que não gosta de trabalhar e que, por conseguinte, é vagabundo e interesseiro, é um preconceito recorrente, acentuado agora que os processos de regularização fundiária se tornam ainda mais conflituosos.

Para uma melhor compreensão da problemática, não se pode desconsiderar que esse tipo de preconceitos é fruto de herança histórica desde 1500. Para Souza (2002) a impossibilidade por parte dos colonos ibéricos e missionários jesuítas de compreender as profundas diferenças entre o sistema de produção e gerenciamento das riquezas das sociedades aborígenes e daquela típica da sociedade européia, gerou uma falsa idéia de que os Guarani não possuíam qualquer organização econômica. Além disso, essas avaliações parciais terminaram descrevendo os Guarani como “imprevidentes” e descuidados com aspectos econômicos considerados elementares para o padrão da economia clássica.

Esse autor também ressalta que a consequência direta desse pensamento eurocêntrico causou o etnocídio indígena ocorrido em toda América.

Infelizmente, essas percepções ultrapassadas ainda não foram superadas por alguns setores da nossa sociedade, evidenciando assim que o processo de compreensão da atual condição dos Guarani e de sua dinâmica social é ainda precário e parcial.

²⁶ Afirmação tomada pelo pesquisador em entrevista informal com um motorista de táxi, no município de Tijucas, no dia 7/7/2007.

Em primeiro lugar é um grande erro afirmar que sua mobilidade (às vezes são chamados erroneamente de nômades ou semi-nômades) esteja ligada a uma condição primitiva, ou seja, que se trata de uma sociedade arcaica.

Ladeira (2001, p. 114) citando Ramos (1996, p. 19) afirma que *“é um equívoco do senso comum atribuir sinais de nomadismo a todas as formas de mobilidade espacial dos índios”*. Com relação aos Guarani, esta mesma autora afirma que o caráter insidioso do termo pode ser usado para justificar a negação dos direitos à terra.

Os Guarani são exemplo de que a mobilidade não está diretamente relacionada a grupos humanos tomados como pouco “desenvolvidos”. O sistema de uso e posterior abandono de áreas dentro da Mata Atlântica permitiu tal sofisticação na utilização dos recursos naturais que, como foi mencionado anteriormente, conseguiram ser uma das maiores populações indígenas na América do Sul e ocupar, segundo Noelli (2004), uma das maiores extensões territoriais alcançadas por falantes de uma única língua pré-colombiana.

Assim como a sociedade Guarani não pode ser considerada “arcaica” por sua mobilidade, sua economia simples não pode ser definida como pouco sofisticada. Neste sentido, Souza (2002, p. 217) afirma que:

Assim como nas sociedades complexas, as sociedades simples possuem dois setores de atividades econômicas, que correspondem à divisão geral dos bens em duas categorias distintas, que são: os bens de “subsistência” e os bens de “prestígio”. Por isto, deve-se abandonar o conceito de economia de subsistência ou de auto-suficiência”, para caracterizar as economias primitivas, pois este conceito: ‘[...] enmascara el hecho de que esas economías no se limitan a la producción de bienes de subsistencia, sino que producen un “excedente” destinado al funcionamiento de las estructuras sociales (parentesco, religión, etc)’ ([GODELIER], 1978, p. 75).

Assim como aconteceu com os missionários e os primeiros colonizadores, hoje em dia ainda existe a dificuldade em reconhecer que a sofisticação do sistema econômico guarani pré-colombiano estava “nas relações familiares de produção, circulação e consumo de serviços/recursos/bens, subordinados pela lógica do dom e da

reciprocidade” (SOUZA, 2002), e não na produtividade e inclusão no mercado, como o pensamento ocidental costuma supor.

Adicionalmente, resulta paradoxal que qualificativos referentes à desobrigação com o trabalho e a uma suposta condição “primitiva” sejam usados para se referir a esses índios, pois seu eficiente sistema de produção é historicamente reconhecido. Noelli (1993) afirma, depois de estudar os primeiros cronistas (1528-1550), que “*todos sem exceção, descreveram que os Guarani tinham capacidade de abastecer as primeiras expedições que invadiam o interior da bacia platina e o litoral sul-brasileiro sem deixar de auto-sustentar-se*”. (1993, p.263)

Outro elemento cultural que se desconsidera é a visão de mundo dos Guarani, substrato de seu modo de ser, pensar e agir²⁷. Enquanto a atividade agrícola é considerada pela sociedade capitalista como uma forma de obter lucro, para a grande maioria dos Guarani é uma atividade com conotações diametralmente distintas. Para Souza (1987, 1990) o *modus vivendi* dos Guarani é típico de comunidades hortícolas voltadas para o ócio, reservando bastante tempo para festejos e repouso; a atividade produtiva é constantemente interrompida por outras atividades não-produtivas, possuindo o trabalho um sentido lúdico, não havendo uma fixação produtiva, como ocorre em sociedades industriais.

De forma categórica, Noelli (1994, p. 17) expressa: “*La sabiduría agrícola Guarani es un legado de incalculable riqueza*”.

De acordo com relatórios ambientais realizados recentemente em aldeias Guarani no litoral do Estado²⁸, em que pese à especificidade de cada aldeia e à ausência em muitas delas de condições para desenvolver manejo tradicional dos recursos, os

²⁷ Este tema será abordado no capítulo III.

²⁸ Destacam-se os relatórios ambientais da Terra Indígena *Tarumã*, de Paulo César Spyer Resende (2000) e de Adriana Felipim (2004b), o Laudo Antropológico e Agronômico *Tekoa Vy'a Porã* (Terra indígena Morro dos Cavalos) (Darella et al, 2004) sob responsabilidade do Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Guarani são descritos como possuidores de um admirável espírito de conservação dos recursos genéticos através das trocas inter-aldeias, da seleção de sementes e dos processos de reprodução e conservação *in situ*, desenvolvendo verdadeiros bancos de germoplasma. Também se caracterizam por possuírem um profundo conhecimento sobre o manejo e utilização de plantas medicinais, assim como o aproveitamento dos recursos naturais sem provocar profundos danos ecológicos, devido aos processos de ocupação intermitente num amplo território (RESENDE, 2000), podendo ser considerados como melhoradores dos seus cultivares (FELIPIM, 2004a) e “manejadores” da floresta²⁹ (DARELLA, 2004).

Sob essa mesma luz, autores como Felipim (2001; 2004a; 2004b), Ladeira (1992; 2001), Ladeira e Matta (2004), Freitas (2006) e Medeiros (2006), evidenciaram reiteradamente nos seus estudos a forma apurada como os Guarani, apesar da problemática fundiária anteriormente descrita, ainda manejam diferentes tipos de ambientes³⁰, destinando para cada um deles distintos graus de uso e aproveitamento dos recursos. Para Felipim (2004a, p. 5) *“A prática exercida pelos Mbya de restringir determinadas atividades em função de como os ambientes se apresentam em termos fisionômico-estruturais e sucessionais expressa, dentro de sua lógica de manejo, uma correlação “formações florestais mais maduras: menor intervenção no meio”.*

Assim mesmo, para esta autora devem ser desconsideradas, de uma vez por todas, as interpretações equivocadas que caracterizam as práticas guarani como exclusivamente predatórias, desconhecendo a “forte dependência dos Mbya com o

²⁹ Martínez-Crovetto, ao estudar os Mbya, depurou que de 639 plantas conhecidas, 590 tinham nome e 438 eram utilizadas na maior parte para fins medicinais, seguidas dos alimentares. Isso permite afirmar o extenso e intenso conhecimento botânico dos índios Guarani e especificamente dos Mbya há séculos, o que é corroborado pela língua portuguesa falada no Brasil, cujo vocabulário integrou mais de 10.000 palavras de origem tupi, relacionadas em grande quantidade à flora e à fauna. IN (DARELLA E LITAIF, 2000)

³⁰ Tema abordado no Capítulo 3.

ambiente natural” e os “[...] esforços por eles empregados para o acesso e conservação dos recursos contidos nos locais onde ocupam.” (*Ibidem*, 2004a, p. 3).

Finalmente, se esse sistema agrícola guarani foi capaz de manter por séculos um equilíbrio mais duradouro entre o aproveitamento e a conservação dos recursos, fica evidente que esse conhecimento passa a ser também relevante para a sociedade nacional, que procura com enorme urgência saídas para a atual crise ambiental.

Contraditoriamente, essa condição contrasta com a imagem dos Guarani frente à opinião pública. A simplicidade na dieta, a produção agrícola visualizada como reduzida, o comportamento supostamente predatório, os acampamentos considerados miseráveis na beira das estradas e a presença, cada vez mais freqüente, em ruas de cidades para vender artesanato (e às vezes para pedir esmola), são os elementos que caracterizam os Guarani para a sociedade majoritária. Porém, não se reconhece que essas situações são resultados de um processo histórico antagônico a sua continuidade como indígenas e não uma condição adotada por vontade.

Portanto, considero que essas circunstâncias devem ser percebidas como evidências de uma ausência de condições para se viver dignamente e não como provas de que é uma população preguiçosa que, como se diria coloquialmente, fica “*só encostada ao pé da imbaúba*”.

Apesar de nos encontrarmos no século XXI, esses preconceitos infelizmente continuam sendo acionados para desqualificar os Guarani no Estado, especialmente como resposta a processos de ocupação de famílias dentro de áreas em alguns municípios.

No ano 2007, a tentativa de regularização de uma área no município de Gaspar, para parte da comunidade da aldeia Morro de Cavalos recebeu uma resposta hostil, para

ela carregada de “*preconceito, discriminação e ignorância*”, como expressado na manifestação pública, datada de 14 de setembro, na qual os Guarani denunciam o caso.

A população Guarani afetada aponta nesse documento³¹, tornado público, que com o objetivo de impedir a sua presença, representantes do poder público do município, tendo conhecimento da intenção de aquisição de terra, publicaram decreto para torná-la de utilidade pública, impedindo a transação³². Também denunciam que logo depois, através de jornais locais e emissoras de rádio, foram vítimas de expressões que insinuavam que eram ladrões e preguiçosos:

Vamos ter moradores novos em Gaspar. Índios. Será que nós merecemos, povo gasparense? [...] O que virão fazer os índios em nossa cidade? Comer o peixe de quem trabalha, de que faz uma lagoa? [...] Não queremos isso, queremos políticas de apoio aos agricultores, que trabalham e merecem apoio.

Apesar dessa experiência negativa, a comunidade Guarani afetada reconhece no mesmo comunicado que o preconceito não é generalizado: “*são algumas pessoas e alguns órgãos públicos que têm pensamento preconceituoso*”.

A situação gerou tanto desconforto em Gaspar que o Jornal Metas, publicou uma matéria³³, explicitamente contrária ao preconceito. O artigo expressa: “*Algumas pessoas e entidades destilaram ódio racial contra esses que só querem comprar uma boa terra, direito de qualquer cidadão, para conseguirem viver do alimento que a terra lhes dá*”.

Essa reportagem contém a entrevista com Marcelo Benites, então cacique de Morro dos Cavalos, expondo a perspectiva da comunidade³⁴.

Outra situação de desconforto pela presença indígena foi o caso da aquisição da fazenda denominada Morro da Palha, município de Biguaçu, visando a ocupação para

³¹ Documento na íntegra no Anexo 3.

³² O diretor do Jornal Metas, José Roberto Deschamps, em artigo publicado na Edição Nº 422 - 12 a 14/09/2007, evidencia a pouca clareza no agir do município quando se pergunta se a decisão de desapropriar a área para implantar um horto florestal, ocorreu antes ou depois dos atos da FUNAI, visando sua aquisição.

³³ Edição Nº 426 - 26 a 28/09/2007

³⁴ Anexo 4 (Material na íntegra).

famílias da aldeia Marangatu, em Imaruí. Neste caso as reações foram recolhidas pelo Diário de Tijuca, “A Verdade” no mês de agosto de 2007. Na reportagem intitulada “*Governo do PT ‘abandona’ índios em Tijuca*”, se afirma que “*Os índios vivem de esmolas que pedem na região e da venda de alguns artesanatos também, além da caridade de algumas pessoas que ficam sensibilizadas com a situação*”³⁵. Essa (des)informação causou apreensão aos tijuquenses, assim como indignação das lideranças da aldeia. Nesse sentido, Afonso Cláudio *Karai* Tukumbó, representante da aldeia quando da Audiência pública ocorrida na Câmara dos Vereadores³⁶ assim expressou o desconforto:

Nós, da comunidade Guarani Tekoá Itanhãem, ficamos realmente abismados com a produção de alguns vereadores e do jornal A verdade de Tijuca. Infelizmente, ainda no século XXI, nós somos alvo de preconceito e discriminação. O preconceito e a discriminação são crimes conforme é dito na constituição brasileira, e são fruto da ignorância daqueles que desconhecem a riqueza cultural da etno-diversidade. A carta constitucional de 1988 é um ato jurídico da ruptura com o regime autoritário e da institucionalização dos direitos fundamentais do país. Ela consagra a plena igualdade, o valor da dignidade humana. Compramos a fazenda do Morro da Palha, com direito nosso, de direito em benefício a duplicação da BR 101, dentro de todas a legalidades nós temos direito, como qualquer outro cidadão, seja ele branco, negro, asiático ou índio. Não admitimos que nossa comunidade seja exposta à opinião pública da forma discriminatória e ignorante a qual como é exposta naquele jornal de Tijuca. Em nossa comunidade não existe nenhum pobre coitado, e nenhum de nós está pedindo esmola em Tijuca. Pobre de espírito é aquele que não consegue perceber as diferenças culturais e respeitar a outros seres humanos. Existem documentos que relatam a presença de indígenas no local aonde estão atualmente, até o ano de 1910, antes do empossamento da propriedade pelos brancos. Será que eles compraram aquela terra? Acreditamos que não, mas isso já passou e compramos a terra de volta, e não temos que pedir permissão para ninguém para morar ali, e ali ficaremos.

O Vereador Adalto Gomes, responsável pelo requerimento que deu origem a essa audiência, reconheceu, naquela oportunidade, que o preconceito é um problema que tem que ser combatido e que “*não dá para escamotear*” a situação.

Apesar da motivação inicial ter sido o preconceito, conseguiram-se avanços nessa audiência, pois o espaço viabilizou uma oportunidade para o encontro de várias instituições envolvidas com a questão indígena. Também foi uma oportunidade privilegiada para informar a grande parte da população local sobre a situação dos

³⁵ Anexo 5 (Material na íntegra).

³⁶ Sessão da Câmara de Vereadores de Tijuca, realizada no dia 10 de Setembro de 2007 para debater o impacto político e social da presença indígena no município.

Guarani no Estado e, particularmente, da aldeia recém adquirida, já que o evento estava sendo transmitido pela rádio local e vários jornais fizeram presença com os seus repórteres para cobrir a reunião.

2.2.3 “Os ‘hermanos’ invasores” A agressiva xenofobia

No campo das relações inter-étnicas, não existe um elemento que mereça maior cuidado para tratar que este, a xenofobia. Desafortunadamente, essa atitude, fruto de desinformação e preconceito, não está ausente dos processos de interação dos Guarani com a sociedade envolvente em Santa Catarina.

Um claro exemplo sobre essa questão é o artigo publicado pela revista *Veja*³⁷ no mês de março de 2007, que trata da questão da demarcação da TI (Terra Indígena) Morro dos Cavalos, município de Palhoça (EDWARD, 2007).

A necessidade de analisar a matéria jornalística nesta dissertação se embasa na grande cobertura desse meio de comunicação, sendo um dos principais veículos formadores de opinião no Brasil³⁸.

Nesse artigo, intitulado “*MADE IN PARAGUAI. A FUNAI tenta demarcar área de Santa Catarina para índios paraguaios, enquanto os do Brasil morrem de fome*”, de autoria de José Edward Lima, encontram-se expressões impróprias para uma revista considerada como uma das mais importantes no país. Já de início, a manchete questiona, apressadamente, a autenticidade étnica dos Guarani que moram na aldeia, colocando em dúvida a legitimidade dessa comunidade indígena.

Seguindo o texto, a expressão irônica: “*hermanos invasores*”, além de ter traços de xenofobia, estampa à população Guarani como invasora, podendo gerar conflitos

³⁷Anexo 6 (Reportagem na íntegra).

³⁸ Lideranças Guarani no Estado apresentaram queixa na Procuradoria da República por esta matéria jornalística. A procuradora Analúcia Hartman abriu procedimento contra o órgão de imprensa. Foi elaborado também um dossiê, contendo várias posições a respeito, escritas por autoridades e leigos no tema Guarani no Brasil, todas contrárias à matéria.

com as vizinhanças em todas as aldeias, não só em Santa Catarina, senão em todo o país.

A ausência de um adequado conhecimento da etnografia sobre os Guarani e sobre a problemática fundiária no Estado faz com que o repórter cometa erros crassos no decorrer de sua matéria. Considerar à população indígena em foco como pertencente exclusivamente a um país e restringir assim a sua mobilidade e seus direitos fundiários é ignorar os processos de deslocamento inerentes culturalmente e desconsiderar a pré-existência dessas civilizações, muito mais antigas que a formação de qualquer país latino-americano.

Timóteo de Oliveira, como cacique da Aldeia *Itanhaen* assim o expressa:

Então assim dividindo entre eles se entenderam, os espanhóis, os portugueses, aí que dividiram [...] ‘Aqui é Brasil, aqui é Venezuela, aqui é Peru, aqui é México, aqui é Chile, aqui é Colômbia, aqui é Equador’ [...] foram entre eles que dividiram, não foi o dono que dividiu [...] mataram a todos os índios que moram lá, agora dividem assim e assim, entre eles que fizeram isso, não entre os nativos. Todo isso que dividiram entre eles, não é o dono que está ali para dividir.

Existe uma extensa lista de autores que discorrem generosamente sobre as evidências arqueológicas e etnohistóricas de ocupação pré-colonial guarani no território brasileiro.³⁹ Além disso, inúmeros trabalhos acadêmicos especificam que a mobilidade Guarani abrange grupos residenciais no nordeste do Paraguai, em *Misiones* na Argentina e nas regiões Sul e Sudeste no Brasil, mantendo assim redes de consangüinidade e de afinidade. Por conseguinte, não existem Guarani brasileiros, argentinos ou paraguaios, em seu ponto de vista eles são Guarani.

Igualmente, afirmar, sem sustento bibliográfico definido, que os Embias (termo equivocado para se referir aos *Mbya*-Guarani), particularmente os moradores da aldeia Morro dos Cavalos, não possuem direito algum a terra por não terem relação com os extintos grupos indígenas que habitaram o litoral catarinense antes da chegada européia,

³⁹ Assis Carvalho (1981), Clastres (1978), Ladeira e Matta (2004), La Salvia e Brochado (1989), Melià (1991), Monteiro (1992) Noelli (1996, 2004) e Saguier (1980), entre outros.

evoca uma profunda imprecisão histórica e etnográfica. Histórica, por desconhecer os abundantes documentos que descrevem os processos migratórios com os quais os denominados Carijós (Guarani) evitaram sua extinção, deixando assim descendentes em áreas fora do alcance da coroa portuguesa. A imprecisão etnográfica incide em desconhecer que os índios que habitavam estas terras da América recém descoberta, compartilham uma identidade étnica, desde Paraguai até o Litoral Atlântico Sul⁴⁰.

Outro elemento que ajuda a corroborar a ocupação guarani no Brasil, e particularmente no litoral de Santa Catarina, é a toponímia, ou seja, o estudo da origem e significação dos nomes próprios de lugares. A abundância de palavras de origem guarani que designam e caracterizam lugares no litoral do Estado, evidencia além da pretérita ocupação, a intensidade com que esta se desenvolvia⁴¹. Seria então um contra-senso afirmar que a proeminente presença desses nomes não é um forte indício da ocupação, uso e manejo por parte dos Guarani nessa região⁴². “*O lugar que tem nome na língua do Guarani, é lugar de Mbya*” expressou seu Benito de Oliveira, importante liderança Guarani, em registro de Garlet (1997)⁴³.

Fica então evidente que a intenção de desconsiderar esse tipo de informações tem como propósito negar o direito a terra, como o afirma Ladeira (2001, p. 115):

Apesar das fontes históricas considerarem a costa Atlântica como território ocupado pelos Guarani na época da conquista, a presença guarani no litoral, é insistentemente tratada como recente... Assim os Guarani são considerados como estrangeiros, não pelo fato de serem Guarani, (e pertencerem a outra nação), mas com o fim de deslocá-los de sua base terrestre onde, de acordo

⁴⁰ Melià (1997) afirma que: “Cuando los cristianos llegaron al lugar donde se haría la Asunción, se percataron rápidamente de la identidad étnica de estos que aquí se llamaban Carijos, con los Carijos de la costa atlántica ya tratados en la isla de Santa Catalina, con los Guarani de las islas y los Chandules del litoral paranaense (*idem*, 1997, p. 17).

⁴¹ Darella (2004, p. 107) aborda amplamente a questão da toponímia na sua tese de doutorado. Ela afirma que: “Certos lugares são pontos de referência históricos e mitológicos importantes para os deslocamentos Mbya, ocorrendo entrelaçamento da nomenclatura guarani com a geografia, pois os índios Guarani denominavam regiões, rios, ilhas, locais específicos de acordo com aspectos importantes apreendidos da observação e identificação do ambiente.”

⁴² Para mais informação sobre topônimos ver: Tibiriçá, Luiz Caldas. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi*. São Paulo: Traço, 1985 e Dick, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

⁴³ Atualmente Benito de Oliveira vive na aldeia *Yvapuru* (Araquari, SC).

com as circunstâncias históricas e políticas, sempre incidirão interesses particulares da sociedade nacional.

Com os argumentos apresentados neste capítulo, espero ter esboçado a situação atual dos Guarani em Santa Catarina e com isso evidenciar que atitudes de tolerância e respeito devem substantivar a construção da nossa sociedade, tão diversa e rica.

Um primeiro passo para avançar nessa direção é gerar mais espaços de reflexão sobre o pensamento indígena, que permitam nos aproximar ao entendimento da sua perspectiva, de sua visão de mundo, ou seja, da forma como eles percebem e enxergam a sua realidade e a questão territorial, tema relevante para todos, por sermos habitantes do mesmo planeta.

CAPÍTULO 3

MODO DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL *MBYA-GUARANI*

3.1 ATRAVÉS DOS OLHOS DO GUARANI

EL ENEMIGO VERDADERO...

*Un día me encontré cara a cara con un tigre
y supe que era inofensivo.
En otra ocasión tropecé con una serpiente cascabel
y se limitó a hacer sonar las maracas de su cola y a mirarme pacíficamente.
Hace algún tiempo me sorprendió la presencia de una pantera
y comprobé que no era peligrosa.
Ayer fui atacado por una gallina,
el animal más sanguinario y feroz que hay sobre la tierra.
Eso fue lo que les dijo el gusanito [minhoquinha] a sus amigos*

(NIÑO, 1999)

Como acontece neste conto, só quando conheço o observador, percebo qual é a sua condição e o ponto de vista a partir do qual enxerga a realidade. Posso, então, compreender sua perspectiva, sua visão de mundo.

Assim mesmo, para entender um pouco melhor a perspectiva guarani sobre ocupação territorial, é fundamental identificar primeiro os conceitos nos quais embasa sua perspectiva, seu olhar.

É provável que na tentativa de compreender a visão guarani, nós, como investigadores (e mais ainda aqueles oriundos das áreas técnicas), querendo nos colocar nos sapatos dos índios, não nos detemos para pensar primeiro que talvez eles não os usam (ou pelo menos não da forma esperada). Por isso, antes de analisar como os Guarani percebem o território, é preciso dar um passo atrás e entender antes de tudo, ao menos de forma parcial, a sua cosmovisão, ou seja, sua visão de mundo.

Para o antropólogo Aldo Litaiff (2004), reconhecido especialista na temática da cosmogonia guarani, a mitologia pode orientar ações individuais e coletivas, de forma

direta e indireta⁴⁴. Nesse sentido, o autor em referência cita um interlocutor *Mbya* quando afirma: “*O nhande reko ram idjypy* [como denominam seus mitos] *mostra como nossa gente deve viver, como se deve agir com os juruá* [brancos] *e os outros índios*” (*idem*, 2004, p. 21). Eis aqui a relevância de considerar este tipo de relatos para entender questões como a concepção territorial.

3.1.1 A Cosmologia Mbya Guarani, uma breve resenha.

Reconhecendo que a cosmologia⁴⁵ guarani é um tema vasto e complexo demais para esta dissertação, procuro refletir brevemente sobre elementos relevantes do pensamento concernentes à criação e formação do universo (a cosmogonia), com os quais os *Mbya* Guarani sustentam sua perspectiva sobre ocupação territorial.

Segundo Litaiff (1999), para os *Mbya*, cinco mitos compõem o Grande Mito Guarani: O mito da Criação, da primeira terra, do dilúvio, dos irmãos Kuaray e Jacy (o Sol e a Lua) e da aquisição do fogo, conformando uma grande unidade.

Para abordar esse assunto, baseado nos escritos de Cadogan (1997 [1959]) e Clastres (1990 [1974]), proponho abordar esse Grande Mito em três partes: A Primeira Terra (passada), A Segunda Terra (atual) e a Terra Sem Males (ideal).

No início, a intervenção divina cria uma primeira terra perfeita (*Yvy tenonde*) na qual seus moradores possuíam status de deuses, podiam se comunicar com os animais e alcançar a perfeição. Todavia, a transgressão de condutas sociais originou o dilúvio e a destruição dessa primeira terra. Posteriormente, foi criada uma segunda terra ou terra nova (*Yvy Pyau*), disforme, imperfeita (*Yvy vai*). Esta terra, que corresponde à condição

⁴⁴ Para mais informação sobre mitologia guarani e a relação com a práxis, recomenda-se a Tese de Doutorado deste mesmo autor, intitulada: “Les fils du soleil: mythes et pratiques des indiens mbya-guarani du littoral du Brésil”, da Universidade de Montreal, Canadá.

⁴⁵ O conjunto de representações que, operando explícita ou implicitamente nos mais diversos aspectos da vida coletiva, forma a concepção que os membros de um grupo sociocultural têm a respeito do mundo; concepção de mundo; cosmovisão.

atual, é definida pelos Guarani como uma terra instável, precária e com possibilidade de uma nova destruição. Finalmente, *Nhanderu Ete Tenonde* (nosso pai verdadeiro primeiro), considerado o Deus supremo, depois de colocar novamente os seres vivos nessa segunda terra, deixou sua esposa grávida para trás (*Ñandecy* “Nossa Mãe”) e prosseguiu para a Terra sem Males (*Yvy Marã'eỹ*). Esta terra está relacionada aos conceitos de perfeição, plenitude, indestrutibilidade e imortalidade. Logo depois, *Ñandecy* decidiu seguir os vestígios deixados por *Nhanderu* na terra, percorrendo os passos dele em busca do caminho que leva à *Yvy Marã'eỹ*. Ciccarone (2001, p. 16), citada por Darella (2004), afirma que essa ação inaugura “o movimento da caminhada que dá origem ao mundo terreno”. *Kuaray*, filho de *Ñandecy*, depois da morte da sua mãe, consegue encontrar junto com *Jacy*, seu irmão por ele gerado, o caminho que leva à Terra sem Males, casa de seu pai, transcendendo ao nível dos astros, como sol e lua, respectivamente. Para Ciccarone (2001) se inicia desta maneira a caminhada guarani em direção à plenitude (*aguyje*). Desta maneira o paradigma da migração equivale ao mito da Segunda Terra, ou seja, cada caminhada intenta ser a recriação do mito, a refundação do mundo e da sociedade.

Para Litaiff (2004) com o episódio dos irmãos *Kuaray* e *Jacy*, caminhando por uma estrada à procura da morada de *Nhanderu*, os Guarani fazem analogia entre seguir regras e seguir um caminho. Desta forma, os mitos se estabelecem como pontos de referência em seus deslocamentos populacionais que seguem em direção ao leste, onde o sol nasce todos os dias. Assim o expressava um colaborador *Mbya* a Litaiff (2004, p. 27): “todas as manhãs *Kuaray* [o Sol] mostrar a casa do seu pai para nós seguirmos na direção dela. É por isso que nós estamos aqui agora”.

3.1.2 Transcender para a plenitude, motor da perseverança na ocupação territorial.

A intencionalidade de seguir igualmente os vestígios de *Nhanderu* e assim transcender e alcançar a condição sublime, representada pela Terra Sem Mal, direciona a forma de viver do Guarani atualmente. Um passado perdido e o propósito de alcançar a plenitude definem o agir presente do Guarani em um mundo imperfeito. Como afirma Darella (2004, p. 17) “*A perseverança de viver em Yvy Pyau (Terra Nova) tem seu substrato no pretérito e no devir, na expectativa de, em vivendo como devem viver os Guarani, consigam seu intento*”.

Porém, essa tentativa de transcender somente é possível com lugares adequados. Segundo Noelli (2000), o transcender para o Guarani é mais que práticas religiosas (um peregrinar espiritual) e inclui a mobilidade geográfica para a superação da condição humana. Por isso, os espaços reais são imprescindíveis. Neste sentido, o propósito de transcender fica evidenciado na forma como eles pensam e efetivam a ocupação territorial.

Visando esse propósito, para que exista um diálogo entre os indígenas e a sociedade envolvente na questão territorial (dada a complexa situação fundiária evidenciada no capítulo anterior), é fundamental primeiro reconhecer que a aproximação ao pensamento e à prática da ocupação territorial dos Guarani nos é limitada, pois não existem termos totalmente equivalentes entre a língua guarani e outros idiomas. Conseqüentemente, longe de querer “traduzir” conceitos, procuro uma aproximação ao pensamento desta etnia. “*A compreensão total não se dá, mas o diálogo é possível*”. (MELIÀ, 2001, p. 7).

Nessa direção, decidi analisar três aspectos para construir esta aproximação: Território, Mobilidade e Aldeia, três elementos que ajudam a descrever o pensamento guarani sobre ocupação territorial.

3.2 TERRITÓRIO MBYÁ GUARANI: Concepção multidimensional

Em primeiro lugar, vale a pena realçar que a noção de território é relativamente recente na sociedade moderna. Esse conceito está profundamente ligado à formação das nações, com fronteiras políticas e geográficas precisas, consolidando-se tradicionalmente, como um atributo dos Estados-Nação (ASSIS e GARLET, 2004).

Atualmente, novas perspectivas para abordar a questão sobre território estão enriquecendo a discussão sobre o tema. Pecqueur (1987, 1996 e 2004), por exemplo, estudando a natureza do espaço, faz uma diferença conceitual entre o espaço-lugar (território dado) e o espaço-território (território construído).

De acordo com o autor em referência, o território dado é uma porção do espaço pré-existente que simplesmente é sujeito de observação, cumprindo um papel passivo. Nesse sentido, não se considera sua origem nem as condições da sua constituição, simplesmente é considerado como pano de fundo. Poder-se-ia dizer então, que o território dado é geralmente institucional (uma província, um município, uma região etc.), definição acorde com a noção tradicional mencionada anteriormente, de Assis e Garlet.

Por outro lado, o território construído é o resultado da confrontação dos espaços individuais dos atores nas suas dimensões econômicas e sociais. Neste sentido, o

espaço-território não se opõe ao espaço-lugar, ele o complexifica, constituindo assim uma variável explicativa suplementar⁴⁶. (PECQUEUR, 1987)

Ladeira também identifica estas duas idéias de território dado e construído, utilizando outras expressões, mas evidenciando-as como elementos complementares e inseparáveis desde o olhar guarani:

A noção de território está associada à noção de mundo e portanto, vinculada a um espaço geográfico onde se desenvolvem relações que definem um modo de ser, um modo de vida. Assim, se o conceito de território implica limites físicos (permanentes ou temporários), o espaço como categoria pressupõe outros limites definidos por princípios éticos e valores que condizem com a visão de mundo dos homens e de suas sociedades (LADEIRA, 2001, p. 109).

Reconhecer essas categorias de território dado e território construído nos aproxima da percepção dos *Mbya-Guarani*, que consideram seu território como algo muito além que uma simples extensão de terra por eles habitada. Trata-se de um espaço que contém significados mais complexos. Para Bertho (2005, p. 80): *“A terra não é um simples meio de produção econômica, mas imbrica-se a um modo de produção cultural”*. Igualmente, para Ladeira e Matta (2004, p. 8): *“o conceito de território supera os limites físicos das aldeias e trilhas e está associado a uma noção de mundo que implica na definição constante das relações multi-étnicas e no compartilhar espaços”*.

Darella (2004, p. 50), citando vários autores, afirma que para os Guarani:

O território é conformado por uma extensa rede de parentesco, afinidade, intercâmbio e reciprocidade. O território, por conseguinte, não é um dado, mas uma construção, submetida ‘a um sem-número de possibilidades, funções, formas e sentidos’ (Meneses, 1991-1992:15), possui dimensões sócio-político-cosmológicas (Seeger & Viveiros de Castro, 1992) e significa um dos suportes simbólicos da vida social (Vietta, 1992).

Em outras palavras, o território Guarani, não somente é habitado, é feito e exercido, abrangendo as concepções de espaço-lugar e espaço-território em uma

⁴⁶ Para mais informação ver Pecqueur (1996, 2004).

unidade indissolúvel. Conseqüentemente, essa noção de território guarani possui conotações particulares que o diferenciam da percepção tradicional dos Estados-Nação.

Em primeiro lugar, a concepção sobre território está fortemente ligada ao conceito de identidade étnica. Nesse sentido, Melià afirmou, no Seminário denominado “Territorialidade Guarani: A questão da ocupação tradicional”⁴⁷ que, assim como os Guarani diante da pergunta: “*e vocês que são?*”, respondem *Nhandeva* (nós somos nós), diante da questão “*o que é terra?*” eles respondem “*terra é a nossa terra*” (*ore yvy rupa*)⁴⁸. (MELIÀ, 2001, p. 43).

Segundo Darella (2004, p. 76) o termo *Yvy Rupa* pode ser pensado como mundo-chão, mundo-de-movimento, território circulação, território-em-transformação, terra impregnada de nomeação e interpretação de sinais e lugares, de sociabilidade, de subjetividades, vulnerabilidades, transição. Território grafado e memorizado a partir da palavra, conhecimento e experiência. O mundo no qual o Guarani-*Mbya* pensa, sonha, procura viver como *Mbya* nos contextos envoltos em fatores internos e externos à cultura no qual a garantia de áreas para a formação de aldeias é fundamental.

Para Darella (2004), o termo *Ore yvy rupa* (nossa terra estendida) se aproxima do termo território, mas desde uma cosmologia espaço-temporal-cultural que, como foi mencionado anteriormente, está baseada em passado, presente e futuro. *Ore yvy rupa* para esta autora:

Pode ser a expressão em língua guarani a dialogar com a noção Território Guarani em língua portuguesa que, por sua vez, traduziria ainda uma categoria política: O mundo no qual se encontram as aldeias atuais, os lugares dos antepassados, as áreas já sonhadas, os espaços desocupados, os locais a serem apropriados. Território aberto que substantiva o movimento guarani e é por ele substantivado (*ibidem*, 2004, p 18).

⁴⁷ Este evento foi realizado em 2001 na Ilha de Santa Catarina pelo Conselho Indigenista Missionário e Museu Universitário/Universidade Federal de Santa Catarina, com Apoio da Comissão de Apoio aos Povos Indígenas (Florianópolis/SC)

⁴⁸ Para maior compreensão a respeito da expressão *ore yvy rupa* ver Cadogan (1950, 1992, 1997), Dooley (2006), Clastres (1990), Litaiff (1999), CIMI (2001), Ladeira (2001) e Darella (2004).

Em segundo lugar, o Território Guarani ultrapassa os limites estabelecidos pela organização política da sociedade branca, pois inclui áreas pertencentes a quatro países (Figura 2). Roque Timóteo, liderança indígena guarani, o expressa para Garlet (1997.

Anexos) desta forma:

Vou contar um pouco do nosso sistema de antes, de antigamente, de quando vivia nosso vovô, nossa vovó. Nós Guarani, *Mbya*-Guarani, desde antes, no princípio do mundo, morava no Paraguai. Agora já estamos esparramados por toda a parte. Na Argentina, no Brasil; eu mesmo já morei quatro anos no Uruguai. Em todos os países já morei, como dizem vocês, os brancos, são quatro ou não sei quantos países diferentes, mas para mim, para nós *Mbya*, é uma terra só. Vocês é que falam diferente, têm leis diferentes e cada país tem bandeira diferente, porque dividiram a terra e criaram países diferentes com não sei quanta raça de gente. Para nós, *Mbya*-Guarani, não é assim: nosso Deus fez uma terra só. Nossa língua é uma só, nosso sistema só existe um, nossa lei é só uma. Nós não temos fronteira.

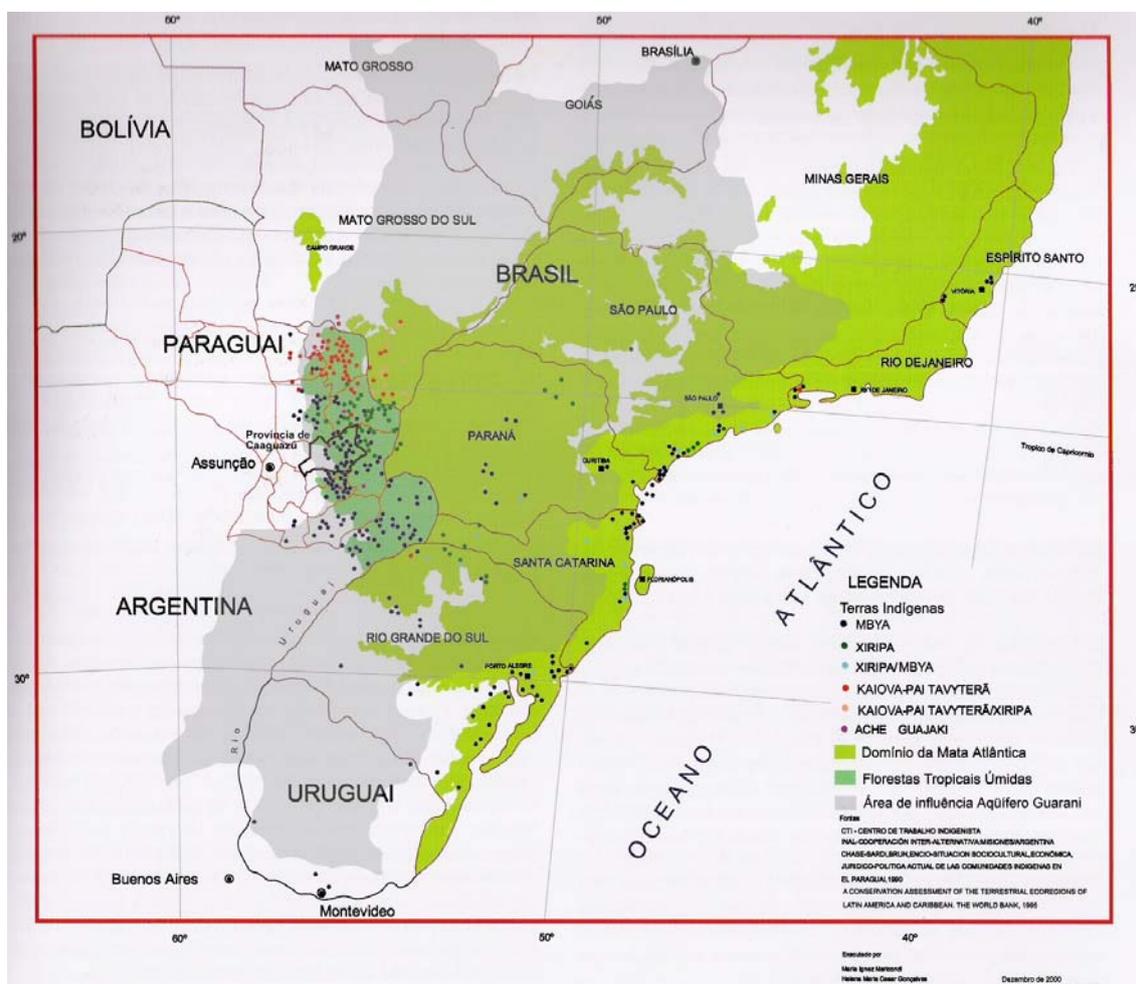


Figura 2. Ocupações atuais de aldeias guarani (Ladeira e Matta, 2004, p. 7) junto com a localização da província de Caaguazú no Paraguai e a área aproximada de influência do Aquífero Guarani.

Darella (2004, p. 51), cita o mesmo interlocutor indígena quando ele afirma que:

Para mim eu nasci aqui no Brasil, eu nasci aqui no Paraguai. Mas para você eu nasci aqui no país Argentina. Para mim não, para mim não tem só um Paraguai, tudo isso aqui é mundo Paraguai. Tudo é Paraguai, porque nós índios Guarani não temos bandeira, não temos color [cor]. E para mim Deus deixou tudo livre, não tem outro país. Tem Paraná, tem quantas partes o Rio Grande. Do outro lado já é outro país, mas para mim não tem outro país, é só um país. Quando uma criança nasce aqui no Brasil, nasce lá no Paraguai. Quando nasce no Paraguai, ela nasce aqui mesmo também. Só um país. Para você eu nasci aqui na Argentina, mas para mim eu nasci aqui. É igual.

Embora possam parecer contraditórios ou mesmo confusos em termos geográficos e territoriais, esses depoimentos evidenciam um pensamento integrador, que não fragmenta a realidade, menos ainda a questão territorial. Apesar da diversidade existente entre os *Mbya-Guarani*, essa noção de território é denominador comum para todos.

Hoje em dia, embora reconheçam que existem as divisões territoriais da sociedade majoritária, os Guarani perseveram em criar e recriar formas que lhes permitam viver na medida do possível de um modo que esteja acorde com a sua perspectiva sobre território como uma unidade.

Em terceiro lugar, o território guarani é um espaço com um referencial biológico e geográfico definido, pois se encontra diretamente ligado ao bioma Mata Atlântica, determinante para estabelecer aldeias Guarani, como se observa na Figura 2. Além disso, está zona esta dentro da área de influência do Aquífero Guarani, particularmente a bacia hidrográfica do Prata e a bacia sedimentar do Paraná. Esse território inclui também uma área geográfica específica que, segundo a cosmologia guarani, foi onde morou originariamente *Ñandecy*, mencionada anteriormente. Esse local, denominado *Yvy mbyte* (centro da terra), situa-se em Caaguazú, Paraguai. (CADOGAN, 1997 [1959], p. 121).

Em síntese, o Território Guarani abrange os conceitos de ocupação e mobilidade tradicional, fundamentos ligados a uma concepção mitológica e cosmológica de mundo. É um território aberto, que soma partes de vários países, que contém uma condição

multilíngüe e plurisocietária. Finalmente, território se concebe como não fragmentado, pelo fato dos Guarani manterem sua dinamicidade sociocultural que se efetiva em toda sua dimensão. (DARELLA, 2007)

3.3 MOBILIDADE GUARANI: “Tecendo” o Território.

O movimento é condição ontológica do modo de ser e se pensar *Mbya*: movimento simbolizado na figura da caminhada, como um ser em construção, uma apreensão constante do vir a ser, um passado-presente em direção ao futuro (Ciccarone, 2001, p. 13).

Essa concepção do Guarani como um ser em movimento, em uma condição constantemente dinâmica, é plasmada na sua cotidianidade pelo ato de caminhar, de se deslocar. Nesse ponto radica a perseverança de manter a sua forma de ocupação.

No âmbito da cosmogonia Guarani, o mito da criação é contado em língua Guarani da seguinte forma:

Ñande Ru Papa Tenonde
gueterã ombojera
pytũ ymágui.
Yvára pypyte,
apyka apu'a i,
pytũ yma mbytére
oguerojera⁴⁹.

Esta mesma narração é consignada por Cadogan (1997 [1959]:24-5) assim:

Nuestro Padre Ultimo-último Primero
para su propio cuerpo creó
de las tinieblas primigenias.
Las divinas plantas de los pies,
el pequeño asiento redondo,
En medio de las tinieblas primigenias
los creó, en el curso de su evolución.

Comparando esses dois textos, ressalta-se uma palavra em língua guarani de muito significado e que pode explicar a dinâmica que permeia todo seu agir: *Oguerojera*. Segundo Borges (1998), citado por Darella (2004, p. 14), esta palavra

⁴⁹ In: *Mbya-Guarani – Os Guerreiros da Liberdade*, 2004 (vídeo) (grifo do autor) Fala de Timóteo de Oliveira..

“significa movimento autogerado, a se desdobrar indefinidamente, é o termo vital ao modo mbya de concepção do universo”. Revela a concepção de tempo dos Guarani, pois evoca além de movimento e expansão, o processo contínuo de “criação/evolução/destruição” de formas.

Nesse sentido, oguerajera é um conceito que deve ser entendido como uma compactação do modo guarani de conceber o universo, pois ele sintetiza tanto a errância de seus deslocamentos territoriais, como o esforço místico individual e coletivo em busca da madures acabada (aguyje)...() (Borges *apud* Darella, 2004, p. 14).

Considero que esse componente de dinamicidade, tão fundamental dentro da visão de mundo guarani, é efetivado através da mobilidade, da caminhada, assim expressado por Ciccarone (*apud* Darella, 2004, p. 18):

O guata, a caminhada, é a representação do percurso de reatualização do mito original da fundação do mundo mbya e de seus heróis fundadores: a existência do mundo terreno se faz e é feita pelo movimento, nomeando o espaço, rompendo o território, redescobrimo e reconquistando o mundo. A migração é a celebração e a lamentação dos Mbya sobre o mundo natural e humano. Um rito de identificação de um povo que não pára, um povo que caminha no espaço vivenciado como um campo de constante travessia, movimento e reciprocidade, uma comunicação de palavras, bens, mulheres e homens que circulam ininterruptamente.

Nessa mesma ordem de idéias, a mobilidade pode ser interpretada como a forma com que os Guarani concretizam seu território. Através das trocas, das visitas e dos deslocamentos, eles vão construindo uma rede, comparável a um tecido, continuamente construída e reconstruída. Deste modo, as concepções de território e de mobilidade se relacionam estreitamente, pois não pode existir uma sem a outra.

Conseqüentemente, o modo de ser Guarani, particularmente na forma de uso e manejo dos recursos, está profundamente ligado com o espaço geográfico e com a forma como o vivem (MELIÀ, 1997), fazendo convergir tradição e espacialidade (MONTEIRO, 1992).

Segundo Noelli (1993) e Bertho (2005), antes da chegada dos europeus, os Guarani exerciam o domínio de amplos e contíguos territórios, com aldeias espalhadas e uma agricultura em roças itinerantes criadas em circularidade pelo território. O modelo de manejo do sistema agroflorestal guarani consistia em corte e queima de mata

secundária. Essa circularidade característica implementava a regeneração natural das áreas de antigas roças, ampliando sua diversidade pela introdução de novas espécies oriundas do manejo. As roças eram múltiplas e escalonadas cronologicamente, o que evitava períodos de escassez entre as safras, além do consorciamento de espécies sazonais e perenes. A agricultura não era exclusiva das roças em rotação, de multi-uso e longo prazo, mas também era praticada em trilhas (entre aldeias, aldeias-roças-trilhas), bordas de mata e alagadiços com espécies alimentares, medicinais e matérias primas para a confecção de itens da cultura material.

Estas amplas áreas eram controladas através do sistema de circulação dos assentamentos guarani, localizados geralmente em bacias hidrográficas e várzeas, com abundante presença de floresta. Segundo Melià (1991), os primeiros europeus encontraram aos Guarani organizados em *Guarás*, um tipo de províncias que conformavam amplos espaços geográficos e se estendiam desde São Vicente, litoral paulista, até a margem direita do rio Paraguai e desde o sul do rio Parapanema até as ilhas do delta, ao lado de Buenos Aires.

Os assentamentos guarani que existiram, bem como aqueles que hoje em dia ainda existem, são chamados de aldeias. Porém, dentro da visão do mundo guarani, estes espaços são constituídos por mais que casas e roças.

3.4 TEKOA GUARANI: mais que aldeia

Atualmente, o termo guarani *tekoa* é utilizado para se referir aos locais onde são formados os assentamentos familiares. Porém, este termo não deve ser traduzido simplesmente como aldeia, pois o conceito vai mais além de um povoado ou um conjunto de construções.

Para entender o significado mais amplo da palavra *Tekoa*, é importante identificar as partículas que a compõem. Esta palavra está formada pela partícula “*Teko*” que se relaciona ao modo como os Guarani vivenciam seu espaço geográfico e territorial (DARELLA et al, 2004) e literalmente traduz: ser, estar, sistema cultura, lei, norma, tradição e costumes. O sufixo “-a” agrega significado de lugar (Montoya, 1876 [1639] e Dooley, 2006). Ou seja, se *teko* se relaciona ao modo como os guarani vivenciam seu espaço geográfico e territorial, *tekoa* pode ser definido como “o lugar onde existem as condições de se exercer o modo de ser/estar Guarani” (Ladeira, 2001, p. 184).

Para Melià (2001, p. 9), “*tekoha* é o lugar do nosso sistema [...] é o lugar onde nós [Guarani] somos o que somos”. Também é o espaço sócio-político, onde se vivencia o sistema. É o local de plantação, de realização dos rituais, onde se articulam as relações de parentesco.

Conseqüentemente com o anterior, qualquer terra não pode ser denominada como *tekoa*, pois deve ter suas especificidades. Litaiff e Darella (2000) afirmam que a terra denominada assim pelos Guarani, deve compreender três espaços fundamentais para sua sobrevivência: a aldeia (as construções propriamente ditas), as plantações e a floresta. Para Funes (1988 apud Darella, 2004), também devem ser considerados os pátios ou praças, espaços comunitários onde ocorrem atividades importantes na vida aldeã.

Além desses espaços ecológicos e físicos, o *tekoa* também deve possibilitar o exercício das relações econômicas, sociais e a organização político-religiosa que são essenciais para a vida Guarani. Para Chase-Sardi (apud Noelli, 1993, p. 248), o *tekoa* reúne três níveis integrados: o fisicogeográfico, o econômico e o simbólico.

No que diz respeito à morfologia dos *Tekoa*, para Litaiff (2004) podem ser identificados três espaços concêntricos claramente distintos: casas, plantações e florestas, ou outras adjacentes, estas ocupadas geralmente por brancos ou aldeias de outras etnias indígenas.

“Ao centro de cada aldeia existe uma *oka*, ou espaço público, aberto, destinado a reuniões e comemorações. Em torno desse local encontra-se a casa do líder político da comunidade e a *opy*, casa de orações [...] A *opy* é o ponto de convergência de todas as atividades sociais, unificando a comunidade; assim como o fragmentado território guarani é reintegrado através das constantes visitas que estes índios realizam entre as diversas aldeias” (idem, p. 21)

A organização social da aldeia, baseia-se na família extensa, composta em geral pelo casal (pais, sogros), filhos solteiros, filhas casadas e genros, filhos casados e noras, além de netos, agregando diversas famílias nucleares⁵⁰.

O padrão é ter, em cada localidade, uma família extensa com uma figura masculina como a liderança política que a representa e a dirige. Este aspecto é importante por assinalar que cada liderança procurará viver em um local distinto com sua família extensa. Dificilmente duas famílias extensas conviverão num mesmo espaço, pois isso implicaria na liderança de uma família extensa ter que se submeter à outra, algo impensado na forma de organização do grupo (ASSIS e GARLET, 2004, p.49).

Os *Mbya* procuram manter a endogamia, pois o casamento ideal é entre indivíduos do mesmo grupo, da mesma aldeia ou de outras aldeias *mbya*. Outro importante fator de identidade, segundo afirmam quase todos os indivíduos desta etnia, é a obrigatoriedade de moradia na aldeia. Se um membro do grupo casar com um não-*Mbya*, deve deixar a comunidade.

Um relevante item, portanto, refere-se à regra de residência, um aspecto importante nas sociedades indígenas, e em especial entre os Guarani. “No caso dos

⁵⁰ A família nuclear está composta por duas gerações, pais e filhos. A família extensa está composta por três ou mais gerações, além dos genros e as noras.

Mbya ela é uxori-local, porém temporária, isto é, o genro habita a casa de seu sogro até o nascimento do primeiro filho e a estabilização do casal, quando então estará livre para decidir seu destino residencial. De qualquer forma, há preferência das mulheres em viver próximas às suas mães” (LITAIFF e DARELLA, 2000, p.15). Hoje os autores percebem que a uxori-localidade é referencial e não exclusiva.

Outro elemento importante para compreender o conceito de *tekoa* é a forma como percebe e se relaciona o Guarani com o meio biológico, o que nós chamamos de natureza.

3.4.1 Concepção da relação com a natureza

Seja por uma visão de mundo sustentada em elementos teológicos ou darwinianos, o pensamento predominante da sociedade ocidental terminou colocando ao homem como fim último da criação ou da evolução, respectivamente. A auto-percepção do homem como um ser privilegiado sobre os outros seres vivos, dono dos recursos naturais dispostos para serem utilizados, determinou por muitos anos a relação com a natureza em termos de superioridade.

O posicionamento do Guarani sobre esse assunto, apesar de provir de uma cosmogonia também criacionista, que poderia encontrar semelhanças como o cristianismo, está longe de perceber a relação entre os seres humanos e os demais seres que habitam o planeta de igual maneira.

Para os Guarani o homem e a natureza possuem outro tipo de significado e portanto, a relação entre eles também é totalmente diferente.

No caso do conceito Homem, o Leonardo Wera Tupã, expressava: *“nós não possuímos a terra, a terra possui ao homem... somos como simples formiguinhas”*. Esta

condição de se reconhecer como simplesmente um elemento a mais, determina que predomine a humildade e o respeito na relação com o seu entorno.

Em 2000, este mesmo interlocutor (apud Darella, 2004, p. 79) assim o expressava:

Sempre os mais velhos falam assim: ‘Não somos os donos da terra porque a terra nos criou através de alimentos, de remédios e muito mais coisas. Então, a terra é dona de nós... (...) Então a terra é muito superior a nós.’ Assim é o entendimento dos mais velhos. ‘A terra é fonte de pensamento, sabedoria e conhecimento’.

Esta percepção, de considerar a existência humana simplesmente como outra expressão da vida na terra, é incompatível com a concepção de propriedade dos recursos. Para os Guarani as características que diferenciam ao homem dos demais seres vivos não o tornam o dono, pois às divindades, que por sua condição de criadoras, são as possuidoras de tal atributo.

Finalmente, para Leonardo o propósito de transcender do Guarani faz que ele procure a perfeição não com a acumulação dos bens ou de poder, mas bem com o entendimento do próprio ciclo natural do ser, numa interação profunda com os outros elementos vivos.

Outro elemento a considerar é que não existe na língua guarani um termo de equivalência com a palavra “natureza”, que contenha as mesmas categorias que para a sociedade majoritária.

Segundo o léxico de Dooley (2006, p. 4) a expressão *ikuai ae va’e* que significa literalmente “*as coisas que já existem mesmo*” pode ser usada para se aproximar do termo natureza. Assim mesmo em estudos etnobotânicos, a palavra *ka’aguy* se usa para se referir à selva, ao mato, a floresta ou aquilo que é silvestre, ou seja, que não foi colocado por pessoa alguma.

Para o Guarani, como para quase todos os indígenas no mundo, a interação com a natureza tem uma intensa e profunda importância e se caracteriza por ser uma relação

de cuidado e respeito. Esta relação com os demais seres vivos poderia se definir como horizontal, ou seja, o ser humano encontra-se no mesmo patamar dos outros seres, pese às características que o distinguem, mas que não o excluem de ser outra expressão da vida no planeta.

A atitude de cuidado surge do reconhecimento de que a condição do Guarani como criação divina não lhe outorga o direito de dono, mas sim daquele que usa e cuida, pois para o pensamento Guarani, o único dono de todas as coisas é *Nhanderu*: “*Tudo isso aí, para nós é nosso Deus, porque é ele que criou a terra*” expressa Timóteo de Oliveira.

Dada esta percepção, o agir guarani a respeito do uso dos recursos está empregado de um forte sentimento de responsabilidade, tendo que administrar os bens que não são próprios e dos quais depende, existindo mais que uma relação de propriedade, de cuidado.

Além de perceber a natureza com cuidado e responsabilidade, o Guarani não a considera como um objeto, pois é um ser que possui vida própria. Assim mesmo, Ladeira (2003) afirma que “*é uma relação de tutela, e implica em reconhecê-la como entidade que merece proteção e respeito por ter sido desrespeitada e maltratada, e ser passível de continuar a ser*”.

Dessa forma, ao perceber a natureza como um ser vivo, dotado de alma e vontade e que cobre seu corpo com a vegetação, os Guarani consideram que devem venerar e respeitar a natureza como uma mãe (LITAIFF e DARELLA, 2000).

Para Timóteo, esta relação com a natureza é semelhante ao fato de amamentar:

Primeiramente, nossa mãe, nós quando crianças, nós mamávamos, depois de dois três anos nós deixávamos de mamar [...] mas nós nunca paramos de mamar, porque a leite de nossa mãe terra é a água, então nossa mãe terra sempre prossegue, dá leite para a gente pra viver. É assim que nós Guarani sabemos, não sei como é para os brancos, não sei, mas nossa sabedoria é essa. Por isso é que a nossa mãe terra temos que amar muito, porque ela protege, ela dá leite para todas as pessoas, ela é quem tem leite [...].

Bartomeu Melià (2001, p. 8) expressa que esta analogia da terra como o corpo da mãe é uma metáfora de caráter literário e prático, que define sua forma de agir, pois: *“Assim como você não vai fazer pedaços da sua mãe, assim como você não vai cortar o corpo da sua mãe, assim você também não vai vender os pedaços, você não vai carnear e vender o corpo da sua mãe. Então, você vê que é outra concepção”*.

Assim, para alguns *Mbya-Guarani* o aproveitamento dos recursos para fins de comercialização é proibida e vista como imoral, segundo o que foi colocado pelo cacique Augusto da Silva (LITAIFF e DARELLA, 2000, p. 31):

“Mbya puro não corta árvore porque o mato é a nossa casa. Tirar árvore só quando tá seca pra comida e calor e não vender. Aqui não pode cortar para vender como faz o Kaingáng em Chapecó e o Xokleng em Ibirama. [...] Não dá para entender! Lá em Ibirama e Chapecó eles derrubam muito a mata, de 1985 para cá acabou quase toda a madeira. aí os parentes Mbya foram tudo embora, tão para cá agora procurando um pouquinho de floresta. As matas foram dadas por Deus, porque então vamos derrubar e vender madeira se Deus sempre vai ajudar seus filhos!? Mas Kaingáng e Xokleng é assim mesmo, não respeita a natureza, diferente do Mbya, por isso eles nos expulsaram de lá, eles queriam nos matar por defender a natureza. Lá ainda deve ter um pouco de paca, tatu, estas coisas, mas sem mato o bichinho não sobrevive, a terra fica ruim, então lá não podemos mais ficar”.

Para Leonardo *Wera Tupã*, por todos os elementos mencionados anteriormente, a visão produtivista não combina com o Guarani, pois produzir para o mercado poderia trazer conseqüências culturalmente negativas.

Para compreender essa relação tem que se abordar a questão espiritual e religiosa. Dentro desta percepção, inclui-se a noção da existência de espíritos protetores que administram os recursos naturais, portanto, é fundamental manter um bom relacionamento para poder usufruir deles. Soem pedir permissão aos espíritos para poder aproveitar do ser que cuidam (seja planta ou animal). Timóteo de Oliveira assim o percebe: *“Quando a gente caça muito, o dono [o espírito] leva embora e faz com que a*

pessoa se sinta mal". Portanto, para eles é fundamental respeitar as épocas de procriação e acasalamento, assim como as épocas de plantio e colheita⁵¹.

Dessa forma se liga o agir do Guarani com a natureza e as práticas religiosas.

Neste sentido Fogel (1998, p 28) afirma que:

[...] La humanización de las plantas se proyecta en las prácticas agrícolas de estos indígenas que incorporan el manejo de la naturaleza a su vida religiosa. En el caso de los cultivos anuales, su germinación y desarrollo supone la práctica de rituales, en algunos de los cuales participa toda la comunidad; se entiende que los frutos de la tierra deben ser útiles a todos. Cuando la planta y su protector sobrenatural (herekuá) no escuchan más la plegaria, entonces el protector del cultivo 'lo alza', lo elimina, y así algunas especies se van extinguiendo [...] Si los insectos y otras plagas atacan los cultivos es porque nos apartamos de las viejas leyes que establecen cómo debemos manejar la naturaleza.

Assim como cada tipo de planta e de animal tem seu espírito protetor, existem outros espíritos presentes em locais especiais, como as nascentes e os morros, sendo necessário também um bom relacionamento com eles para poder morar em locais próximos a esses locais.

Toda esta percepção da natureza se efetiva com a organização dos espaços e dos recursos dentro de cada aldeia, para seu manejo, que alguns autores chamam de etnozoneamento.

3.4.2 Etnozoneamento (organização de uso dos espaços)

Para abordar a organização do uso dos espaços, estarei colocando em diálogo as informações subministradas pelos seguintes autores: Ladeira (2002), Ladeira e Matta (2004), Felipím (2004a), Freitas (2006) e Medeiros (2006).

Considerando que *tekoa* é um ambiente que precisa de certo tipo de arranjos dos recursos, para compreender esta forma de organização, vários autores conseguiram identificar algumas tipologias guarani que podem ser definidas como categorias para

⁵¹ Para mais informação sobre sazonalidade e calendário guarani ver Medeiros (2006), Felipim (2001, 2001a) e Ladeira (1992, 2001, 2002),

interpretar os ambientes segundo uso e significado, de acordo a topografia e ao componente biológico que possuem.

De modo geral, o recorte geográfico onde se inserem as Comunidades e Terras Indígenas em estudo, caracteriza-se pela presença de ambientes litorâneos tais como serras, estuários e manguezais manejados historicamente pelas populações indígenas e degradados pela ação antrópica empreendida no curso da colonização não-indígena na região, sobretudo no decorrer das últimas cinco décadas. (Ladeira *et al.*, 2002).

Felipim (2004a) afirma que as formas com que as famílias Guarani *Mbya* manejam os recursos disponíveis no meio vão estar diretamente relacionadas: (1) ao sistema de classificação empregado para determinar os diferentes ambientes e seu significados simbólico cultural e utilitário e; (2) à mobilidade entre aldeias. Nesses ambientes é possível verificar algumas práticas empregadas para acesso e conservação dos recursos presentes no meio.

Freitas (2006) com o cacique da aldeia Cambirela, André Benites Villalva, delineou várias categorias que trazem luzes sobre a interpretação de diferentes ambientes que ancestralmente ocupam (Figura 3).

3.4.2.1 *Yvy Yvate* ou *Yvy Ywate* /Morro, serra.

Apesar das diferenças que estabelecem na escrita Ladeira e Matta (2004) e Freitas (2006) respectivamente, as duas fontes estão se referindo à mesma categoria que nomeia os morros ou serras. Este termo pode ser traduzido como “*as partes mais altas e íngremes do morro*” e corresponde a lugares “*fortemente ondulados, com escarpas íngremes e drenagens encaixados em vales profundos*” (FREITAS, 2006, p. 23). Os solos característicos encontrados nestas categorias são cambissolos; com um horizonte

B ainda incipiente e, na maioria dos casos com pedregosidades. Segundo Freitas (2006), na ausência de horizonte B podem-se encontrar neossolos litólicos.

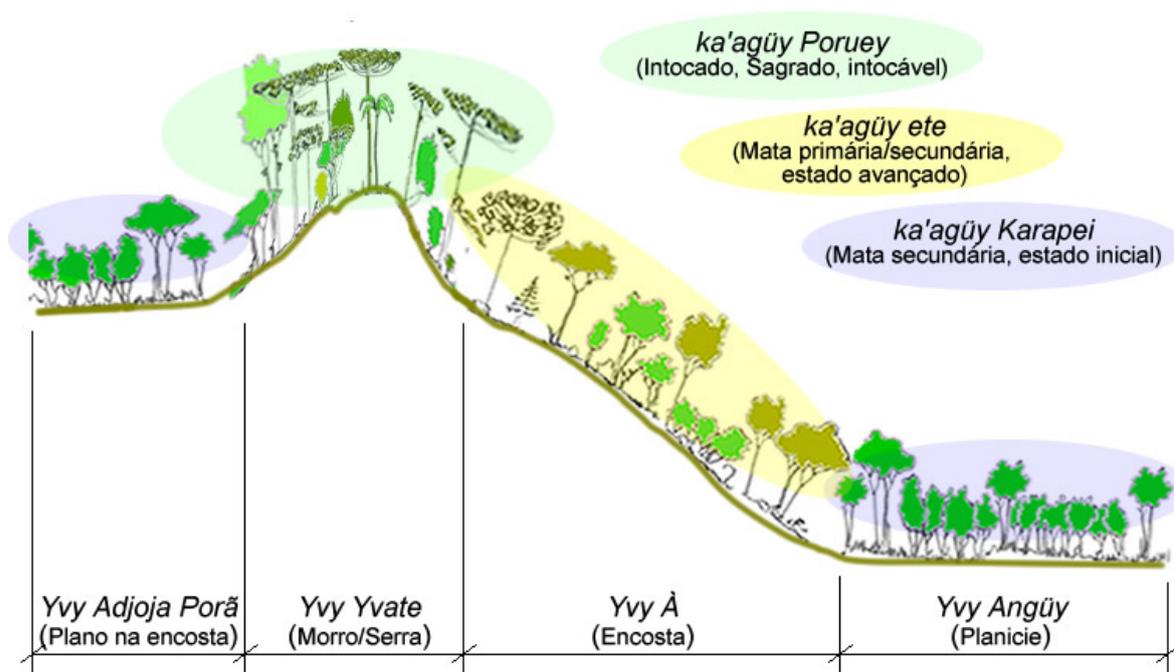


Figura 3. Etnozoneamento de acordo com o relevo e a vegetação. Desenho do autor.

A vegetação característica é a Floresta Ombrófila Densa Montana, submontana e terras baixas nas cotas superiores a 400m de altitude, entre 400 e 30 metros e menores a 30 metros respectivamente. Essa cobertura vegetal é densa, com copas largas, engalhamento grosso e folhagem verde escura, clima quente úmido, proximidade ao mar e com uma das maiores biodiversidades do mundo (*idem*, 2006).

Estes morros e serras contêm, em geral, a mata denominada *Ka'agüy Poruey*. Este espaço tem uma significância particular na cosmovisão Guarani. Por conta da presença quase permanente da névoa, interpretada por eles como “*fumaça de mata*”, estas áreas são consideradas de valor curativo e terapêutico pelos xamãs, por estarem associadas à recriação do mundo, além de serem considerados lugares sagrados por

albergar as nascentes das águas e onde habitam os seres guardiões da floresta (Ladeira e Matta, 2004). Essas mesmas autoras definem esses lugares como locais intocados, sagrados e intocáveis. Afirmação que vai ao encontro do depoimento que Freitas (2006) recolheu de André Benites, que afirma que essa é a floresta que não deve ser cultivada, pois é considerada sagrada por abrigar as nascentes e cabeceiras dos rios. Porém, Freitas também expressa que os espaços *Yvy Awate* que contêm essa mata *Ka'aguy Poru ey*, são preferenciais para o xamanismo, caça e coleta.

Conseqüentemente, qualquer interferência antrópica que esteja relacionada ao cultivo ou edificação nestes espaços *Yvy Awaté* são extremadamente impactantes na cosmologia Guarani, pondo em risco, segundo eles, o equilíbrio e continuidade do mundo (FREITAS, 2006).

3.4.2.2 *Yvy Á*/Encosta:

Esta categoria segundo Freitas (2006) define as encostas e pode ser traduzida como “*início da subida do morro*”. Corresponde ao relevo de transição, ou seja, a baixa encosta dos morros, onde se encontra o curso médio dos rios e apresenta susceptibilidade média de erosão. Os solos característicos associados são os argissolos vermelho-amarelos, que são solos com horizonte A, B e C, com gradiente textural de A para B. Vegetação associada e a floresta Ombrófila densa submontana (entre 30 a 400 metros de altitude) e contém o espaço de abrigo para animais e maior concentração de plantas medicinais (Freitas, 2006). Esta faixa, segundo a mesma autora, está protegida pela legislação ambiental vigente como Áreas de Proteção Permanente (APP).

Nas encostas ou *Yvy Á*, também são identificadas áreas mais planas chamadas *Yvy Adjodjá Porã*, termo que significa “*lugar plano na encosta*”. Trata-se de ocorrências restritas por serem formações geológicas singulares no conjunto da

paisagem e reúnem espaços de ocupação indígena mais intensa. Por serem terrenos planos situados em zonas de altitude média, são considerados como adequados para estabelecimento das aldeias, além de roças de cultivos tradicionais, caça e coleta de remédios.

Freitas (2006), citando André Benites, expõe que esses espaços têm um elemento adicional que é a sensação estética experimentada nos *Tekoa* de altitude onde o Guarani detém o domínio visual da província territorial bem como do percurso de acesso à aldeia. A mesma autora acrescenta que a visão do horizonte pode ser relacionada aos sonhos e ao devir Guarani, estando vinculada à seleção de novos lugares bons na matriz territorial e ao estabelecimento de outros espaços de vida.

3.4.2.3 *Yvy Angüiy* / Planície

As planícies, denominadas pelos Guarani como *Yvy Angüiy*, são descritas como lugares para fazer aldeias, correspondendo também a espaços de assentamentos Guarani pré-coloniais comprovados com pesquisas arqueológicas (Freitas, 2006). Caracterizam-se estas áreas pelo conjunto de relevos de acumulação em terraços marinhos, fluviais e planícies de marés. Os solos associados são variados em função da maior ou menor superficialidade do lençol freático e presença de matéria orgânica. Os neossolos quartzarênicos têm como característica comum o elevado teor de areia. Os hidromórficos são mal drenados com períodos de total encharcamento (saturação). Os demais solos gleissolos e espodossolos apresentam horizontes A ou B acinzentados característicos de má drenagem, apresentando teores mais elevados de argila.

Ladeira e Matta (2004) afirmam que para descrever essas áreas planas é utilizada a palavra *Yvy mbe*, que tem semelhança com a citada por Freitas (2006) quando, referindo-se à região litorânea Atlântica, usa a palavra *Yvy rembe* como espaços

privilegiados para a constituição dos *tekoa* (aldeias), assim como também as margens dos grandes rios da Bacia do Prata.

Tanto nos espaços denominados como *Yvy Adjodjá Porã* (lugar plano na encosta), assim como os *Yvy Angüy* (planícies) floresce a vegetação denominada como *Kaagüy karapei* (Felipim 2004a) ou *Ka'agüy karapei* (Freitas, 2006), consistente de matas baixas e capoeiras em estado inicial ou médio de regeneração. Trata-se de formações vegetais que permitem estabelecer locais de habitação, roça, coleta de plantas alimentícias e medicinais, assim como a caça com o uso de armadilhas. Segundo Ladeira e Matta (2004), dada a exigüidade das áreas que atualmente ocupam os Guarani, esses espaços às vezes são os únicos disponíveis. Estes locais estão recobertos com formações secundárias que os Guarani procuram usar mas cuja vegetação não é passível de supressão.

Nas encostas (*Yvy Á*), a vegetação presente é a denominada como *Ka'agüy ete* (Freitas, 2006), *Kaagüy ete* ou *Kaagüy Yvate* (Felipim, 2004a), que são ambientes recobertos com mata primária ou secundária em estágio que varia de médio a avançado de regeneração. Ladeira e Matta (2004) expressam que esta vegetação é mata considerada como primária ou mata verdadeira, enquanto Freitas (2006) afirma ser formação secundária, particularmente a Floresta Ombrófila densa sub-montana. Todas as autoras até agora citadas concordam que estas áreas são abrigo para animais e possuem ampla diversidade de plantas medicinais, de maneira que são cenário para caça, coleta de espécies curativas e para artesanato. Em resumo, essa mata abriga todas as espécies necessárias à vida Guarani tradicional (*Guarani Reko*) (FREITAS, 2006).

É interessante observar que tal categorização do entorno é fruto de um profundo conhecimento ecológico guarani sobre seu habitat tanto para uso, quanto para manejo.

A prática exercida pelos *Mbya* de restringir determinadas atividades em função de como os ambientes se apresentam em termos fisionômicos-estruturais e sucessionais expressa, dentro de sua lógica de manejo, uma correlação “*formações florestais mais maduras: menor intervenção no meio*” (Felipim, 2004a).

Como uma tentativa de representar todos os elementos abordados no etnozoneamento, a seguinte figura é uma construção conceitual elaborada por mim.

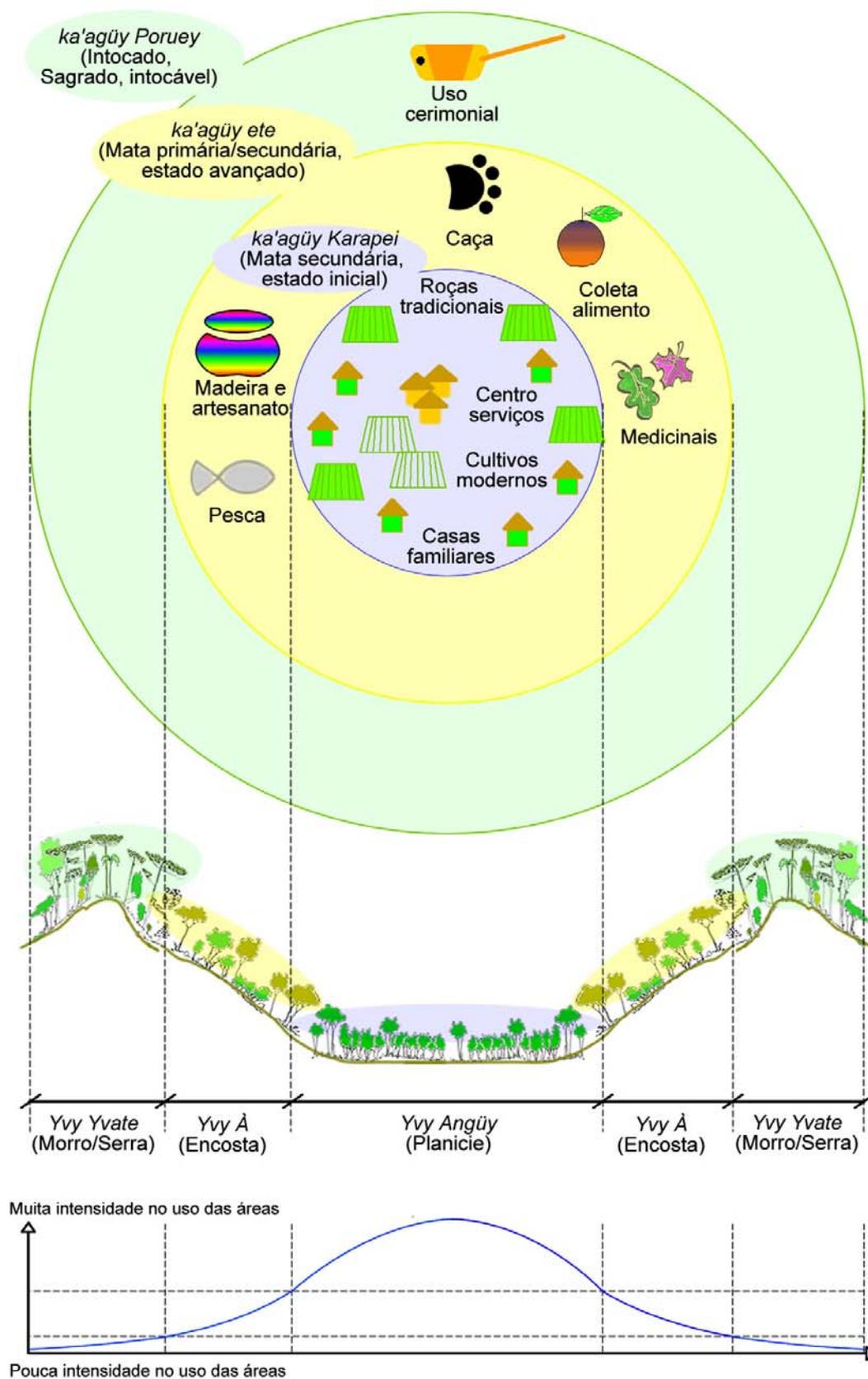


Figura 4. Construção conceitual de um *tekoa* a partir Freitas (2006), Ladeira e Matta (2004), Litaiff 2004), Felipim (2001), Litaiff e Darella (2000), Funes (1998) e Noelli (1993). Desenho do autor.

CAPÍTULO 4

MODO DE OCUPAÇÃO GUARANI EM *TEKOA ITANHAEN*

Nos capítulos anteriores foram abordados aspectos gerais sobre a situação territorial dos indígenas Guarani no Estado, assim como três aspectos fundamentais de sua visão de mundo que direcionam a ocupação territorial: Território, Mobilidade e o modo de ser Guarani, efetivado na Aldeia Guarani ou *Tekoa*.

Visando aprofundar a discussão sobre essas questões, apresenta-se neste capítulo o modo como é ocupada uma área e constituída uma nova aldeia. Trata-se de *Tekoa Itanhaen*. Será aqui exposto o processo de aquisição, assim como os critérios usados para escolher a área e a dinâmica de ocupação dos espaços por parte da família extensa do cacique Timóteo de Oliveira, importante liderança política e espiritual Guarani em Santa Catarina. Este interlocutor-chave vai ser citado recorrentemente durante todo o capítulo, como forma de plasmar aqui a perspectiva do representante da comunidade no tema da ocupação territorial.

4.1 ANTECEDENTES

O *Tekoa Itanhaen* foi estabelecido numa das áreas adquiridas pelo programa de medidas mitigadoras da duplicação da BR 101 em 2007 (Convênio DNIT/FUNAI, de 2002), visando beneficiar ao grupo familiar do Timóteo de Oliveira e Luiza Benites.

4.1.1 A família extensa de Timóteo de Oliveira e Luiza Benites.

Este grupo familiar provém de *Tekoa Marangatu*, aldeia formada em uma área também adquirida no ano 2000, como parte das medidas mitigadoras pela construção do gasoduto Bolívia-Brasil em Santa Catarina.

Em comparação com outras aldeias do Estado, *Tekoa Marangatu* possui uma condição privilegiada, devido a uma maior disponibilidade de recursos naturais que permitem desenvolver atividades chaves para a cultura Guarani (caça, coleta e pesca) e que são cada vez menos freqüentes nas aldeias, dadas as exíguas condições que possuem. Porém, a ausência de vegetação em estado avançado de regeneração (condição desejável pelos Guarani), limita em grande parte as práticas tradicionais.

Esta situação não foi impedimento para que a aldeia fosse rapidamente ocupada, alcançando uma população de 150 pessoas em 2005, logo depois de ter iniciado a ocupação em 1999 com 37 (QUEZADA, 2006).

O veloz crescimento de esta aldeia é explicado por vários fatores: o prestígio político do cacique daquele momento (Augusto da Silva), a maior disponibilidade de recursos em comparação com outras aldeias e a situação jurídica definida que era traduzida em tranqüilidade para os seus moradores.

Esta condição também permitiu que vários projetos foram desenvolvidos na aldeia por parte de diferentes instituições como o Museu Universitário da UFSC, a EPAGRE e a FUNASA em convênio com o projeto Rondon. Estes espaços de interação entre a comunidade Guarani e as organizações não indígenas, permitiram que, segundo Quezada (2006), o Timóteo de Oliveira, vice-cacique da aldeia naquele momento, ganhasse prestígio diante da comunidade. Esta situação originou uma rivalidade cada vez mais acentuada entre o cacique e o vice-cacique. Enquanto os problemas internos na família do Cacique Augusto prejudicavam seu prestígio diante da comunidade, o Timóteo consolidava sua figura como liderança política e religiosa.

O desenvolvimento satisfatório dos projetos, a consolidação do seu grupo familiar (com a chegada das famílias de Narciso de Oliveira e de Leandro Fernandes), e

sua condição de Karai (xamã), permitiram-lhe ganhar além de prestígio, confiança diante dos moradores da aldeia.

No ano 2005, a situação desconfortável das duas lideranças em conflito, junto com a viagem intempestiva do Augusto para Argentina, desencadeou a eleição de Timóteo como cacique. O posterior retorno do Augusto à aldeia e a sua intenção de retomar sua função como cacique, reavivou o conflito.

Uma vez que a aldeia chegou a ter 150 pessoas, a situação se tornou insustentável, pois numa área de apenas de 67,8 há e com apenas 4 ha para agricultura, impediam o modo de viver guarani, conforme a tradição (idem, 2006).

A possibilidade de adquirir uma nova área para os moradores de *Tekoa Marangatu*, por conta de ser beneficiada com as medidas mitigadoras da ampliação da BR 101, levou à comunidade a considerar a aquisição como a saída para o conflito, destinando a nova área para a família do Timóteo. Finalmente, a aldeia de comum acordo decidiu aceitar temporariamente dois caciques: O Eduardo da Silva, filho do seu Augusto, que foi eleito como cacique entrante, e o Timóteo, que ficou como cacique saliente, enquanto era beneficiado com a nova área.

4.1.2 **Processo de aquisição da área denominada *Tekoa Itanhaen***⁵²

A aquisição da referida área está inserida no Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Guarani (PACIG) do Litoral de Santa Catarina, Trecho Palhoça (SC) – Osório (RS), convênio descrito no capítulo 1.

⁵² É importante ressaltar que este processo de regularização fundiária é uma novidade tanto para os órgãos do estado assim como para os Guarani. O procedimento aqui descrito é construído a partir do Convênio PP - 0025/2002-00 que implementa o PACIG e que dá o sustento legal a esta aquisição, assim como o Relatório de Gestão 2002 – 2006 do mesmo convênio. Foram também consideradas as informações ministradas por duas pessoas que participaram do processo: Cezar Augusto Stein, Engenheiro Agrônomo da FUNAI/Administração Executiva de Curitiba – Paraná, responsável pelas aldeias Guarani no Litoral de SC (comunicação via eletrônica no dia 27/03/08) e Timóteo de Oliveira, representante naquele momento de *Tekoa Marangatu*, uma das aldeias beneficiadas pelo programa (comunicação pessoal com o pesquisador).

Apesar deste programa ter sido constituído a partir de 1998 e que teve a sua aprovação e garantia de execução em 2002, as atividades iniciaram em 2005.

O grupo de trabalho formado para a execução do convênio iniciou suas atividades efetivando reuniões em todas as aldeias beneficiadas pelo PACIG, para escolher os representantes de cada uma das comunidades beneficiadas no processo. Uma vez que se definiu que a primeira medida mitigadora a ser concretizada seria da regularização fundiária através de aquisição de terras, cada comunidade estabeleceu os critérios de acordo com a região de interesse, dimensão, localização e características básicas em relação aos recursos naturais, como presença e tipologia de mata, disponibilidade de água e aptidão agrícola dos solos.

Iniciou-se o processo no mercado imobiliário da região para identificação de áreas disponíveis para compra. Cerca de 15 visitas foram feitas durante vários meses em 2006 pelos representantes das aldeias e a equipe técnica da FUNAI, assim como outras vistorias de forma autônoma foram feitas por grupos Guarani a imobiliárias e a áreas disponíveis.

No caso do grupo proveniente de *Tekoa Marangatu*, liderado pelo cacique Timóteo de Oliveira, o processo de procura de áreas se concentrou no município de Imaruí, assim como em outros municípios próximos, como Paulo Lopes e Imbituba, pois se visava inicialmente a possibilidade de adquirir uma área senão contígua, pelo menos próxima da aldeia atual.

A possibilidade de aquisição de uma área no mesmo município foi descartada, pois todas as propriedades à venda, não estavam devidamente legalizadas por se situarem no interior de áreas de conservação, ou tinham preços exorbitantes. Esta situação foi assim expressada pelo cacique Timóteo:

[...] para escolher o lugar, começamos de lá, eu perguntei, nós perguntamos, aí que não tem terra assim com documentos certos. O colono pega parque assim e não dá para comprar [...] porque para comprar terra tem que ser títulos, [...] sem escritura pública não vale. Primeiramente procuramos

naquele pedaço que nós morávamos antes, para vender para nós. Ele mesmo [o proprietário] disse que tinha mais de 300 hectares para vender, não tinha como, porque ficou dentro do parque, aí não dá. Perguntamos outros locais [...] 34 hectares do lado da nossa terra, mas o dono queria vender por 600 mil reais 34 hectares, menos que isso ele não queria. Ali nós conversamos [...], vamos sair, já que aqui não tem vamos sair, saímos para Águas Mornas, Laranjal, tudo ali perto não tem, só tem dentro do parque, só posseiros. Aí nós saímos ao município perto do Imaruí.

Depois de descartar outras duas áreas localizadas em Imaruí⁵³, o cacique e as demais pessoas da comunidade passaram a ampliar a região de busca para outros municípios.

A presença de floresta foi um dos critérios fundamentais para escolha do lugar. As áreas desmatadas não foram de interesse, como o evidencia o Timóteo neste depoimento:

Procurando, ali tem, mas só tem fazenda, fazenda, fazenda, muita fazenda, não tem mato. Aí fui até Imaruí, a cidade. Ali tem um pedaço de 500 hectares, queriam vender por 250 mil, barato, mas só campo, não tem mato, [...], Ali também só fazenda, fazenda, fazenda, não tem água boa, não tem lugar bom, só fazenda. É lugar bom para fazenda, mas é para fazendeiro, não é para nós Guarani, aí que é diferente [...].

Note-se aqui que o cacique enfatiza que a presença de floresta faz diferença fundamental entre os interesses dos brancos e dos Guarani.

Durante vários meses outros locais foram visitados em São Bonifácio, Santo Amaro da Imperatriz e Biguaçu, mas não satisfizeram as expectativas da comunidade ou não estavam devidamente legalizados.

...aí que procurávamos e não achávamos. Quantas viagens que nós fizemos? Aí perto não achamos. Agora é que nós fomos para São Bonifácio, nós fomos lá... também é um lugar bonito mas dentro do parque também, ali o maior lugar bonito ficou dentro do parque. Depois nos viemos ao município de Santo Amaro, tem mais de 45 hectares, 55 hectares, 30 hectares, [...] Depois, nós viemos aqui frente de Biguaçu, três vezes também para conseguir, mas não conseguíamos, tem 45 etárias, 50 etárias, toda parte tem, mas não gostávamos .

No mês de outubro de 2006 cinco lideranças Guarani, provenientes das aldeias Morro dos Cavalos e *Marangatu* (entre elas o próprio Timóteo), orientadas pela FUNAI, visitaram a Fazenda Morro da Palha (Biguaçu), imóvel que estava à venda:

[...] depois do dia que chegou a FUNAI, aí falou: ‘nós viemos de Tijucas, da imobiliária’, aí contaram que tem fazenda Morro da Palha para vender, aí nos fomos às 6 horas da tarde, mas nós

⁵³ Imóveis localizados na Passagem do Rio Duna e em Aratingaúba / Sertão do Zé Inácio.

achamos que era muito bonito, aí poderia [...] aí nos viemos aqui de manhã, aí achamos, aqui é o melhor de todos, [considerando que] andei por vários lugares, três meses sem parar...

Timóteo, Narciso e Leandro, que eram as três lideranças provenientes de *Marangatu*, demonstraram seu interesse no local, visitando novamente a Fazenda no dia seguinte, enquanto as outras lideranças, não gostaram do lugar. O cacique considera que eles não gostaram da área porque a consideraram muito distante:

[Eles] acham muito difícil, mas para mim é muito importante. Eu quero assim mesmo, viver assim mais afastado, eu não queria viver pertinho do branco assim. Não, eu não gosto, aqui eu acho importante por ser muito reservado, eu acho muito importante, aí que escolhemos aqui.

Inicialmente foi considerada a possibilidade de adquirir essa fazenda para duas comunidades, já que o recurso disponível era inferior ao valor do imóvel. Posteriormente, dadas das diferenças entre as lideranças, decidiu-se que seria melhor uma área para cada grupo.

Durante o mês de novembro de 2006 o grupo familiar de Timóteo, empreendeu várias visitas à Fazenda, às vezes acompanhados pelo grupo técnico da FUNAI, outras vezes sozinhos.

Cezar Stein, Engenheiro Agrônomo da FUNAI comenta que um fato curioso foi que numa daquelas visitas autônomas ao imóvel, efetuaram no mês de novembro o plantio de ramas de mandioca, sendo que a área foi efetivamente adquirida somente alguns meses depois em 2007.

O cacique comenta que apesar de que grande parte da comunidade concorda com a aquisição, algumas pessoas de *Marangatu* consideram a compra inapropriada, por estar muito afastada da aldeia em Imaruí. Porém, ele coloca a necessidade de se adaptar às terras disponíveis:

[...] minha comunidade de lá disse que acharam muito mal. Queriam perto da área indígena de Imaruí, mas só que nós não encontramos, o quê que vou fazer?, aí eles vieram em cima de nós, em cima de mim... mas mesmo eu falei que foi com a FUNAI e o DNIT, aí conseguimos. Até agora estão contra, tem gente contra, até parente chegadinho [...] eles queriam que fosse lá mesmo, aqui estamos longinho, aí eles acham muito ruim.

Adicionalmente, Timóteo sustenta sua decisão visando disponibilizar áreas para futuras gerações, ressaltando o caráter comunitário das áreas, pois a aquisição seria feita pela FUNAI em nome dos Guarani e não em nome particular:

Aqui nós escolhemos o lugar melhor, aí você vai continuar aqui, mas mesmo assim, daqui mais para frente o filho ou o neto vai para onde eu morei, vai para qualquer lugar, é nosso, e de você, é meu, aqui também a aldeia Imaruí é meu também, pode morar aqui à hora que quer, se você quer morar lá, minha aldeia, tudo é nosso, não meu, meu, nosso. Ai, até agora eles não estão certos: ‘Timóteo compra aquele pedaço para ele, agora mais afastado de nós, porque aqui é que vai ampliar mais para nós, agora Timóteo levou todos para lá’... Por isso escolhi aqui, morei aqui, é para todo mundo, para toda a comunidade guarani, não vem de Imaruí só, aqui pode, sendo Guarani, ter direito de entrar aqui, igual vamos encher, aí que nós vamos ter direitos, encher aqui este lugarzinho a hora que quer sair, querem encontrar outro lugar, porque aqui já não dê mais para nós.

Com um documento para a FUNAI, a comunidade se pronunciou informando a decisão pela Fazenda Morro da Palha, argumentando que essa área possui recursos florestais e hídricos, assim como plantação de palmeira real e espaços disponíveis para plantio.

A partir deste parecer, foram elaborados estudos posteriores como o parecer antropológico, avaliação de aptidão agrícola de responsabilidade do INCRA e o parecer jurídico para verificar a viabilidade da compra.

Porém, como foi mencionado antes, devido a que o recurso disponível era inferior ao valor do imóvel, aconteceu um período de negociação entre o cacique e a FUNAI, evidenciando-se aqui a distinção de critérios e a força de argumentação de Timóteo:

...os brancos dizem para nós, até a FUNAI falou, ‘esse pedaço, a terra é muito cara, não dá para comprar, nós vamos procurar outra terra’, mas eu falei: não, porque eu queria isso para a comunidade. Eu não vou procurar mais, porque dinheiro para nós não vale, a área é que é para nós importante. Um pedacinho de terra, paga caro mais mesmo nós vamos recuperar todo. Vieram três vezes para mim, para procurar outra terra, não, eu quero isso, nada mais, não é para você que escolhi isso, é para nós... então aquela que nós queremos é para comprar, você não vai dizer que aqui não dá, porque não é você que vai morar aqui, nós queremos, nós que vamos morar aqui dentro, nada mais, você não vai dizer que é caro porque nós queremos isso, eu não vou trocar, não vou procurar mais, então. Finalmente a FUNAI, aceitou, mas depois de três vezes [...]



Figura 5. Entrada ao imóvel, antes e depois da aquisição.

Superada a situação e cumpridos os requisitos, o processo foi aprovado pela FUNAI em Brasília e a decisão foi publicada no Diário Oficial da União. Posteriormente na administração regional de Curitiba foram dados os andamentos finais, sendo concretizada a aquisição da terra no Tabelionato de Notas de Biguaçu no dia 30 de maio de 2007. No dia 3 de junho de 2007, a comunidade ocupou a área.

4.2 DESCRIÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

4.2.1 Localização da aldeia

A antiga Fazenda Morro da Palha, hoje aldeia indígena Guarani denominada *Itanhaen*, está localizada na região norte do município de Biguaçu, limítrofe ao município de Tijucas, no litoral do Estado de Santa Catarina. Sua localização confere

com as coordenadas geográficas 27°20'0.07" latitude sul e 48°39'52.5" longitude oeste (Figura 6).



Figura 6. Localização da aldeia *Itanhaen* no Estado de Santa Catarina (Adaptado de Microsoft Encarta 2007. ©).

Dadas as características geográficas, esta área tem um único acesso pela estrada de chão que comunica a zona urbana de Tijucas com a localidade de Timbé e que continua em direção sul até Biguaçu (Figura 7).



Figura 7. Detalhe da localização de *Tekoa Itanhaen*. (Adaptado de Microsoft Encarta 2007 © e Google Earth, 2008 ©)

4.2.2 Características do local

A aldeia encontra-se em um vale elevado em meio a uma pequena formação montanhosa, ainda coberta por Floresta Ombrófila Densa, um dos poucos remanescentes da Mata Atlântica na região.

O imóvel, por conta de suas características de relevo e por ser adjacente ao denominado Morro da Palha, que possui uma elevação aproximada de 300 metros acima do nível do mar, foi batizado pela comunidade com o nome guarani *Itanhaen*, que significa “*subida de pedra*” (Figura 8).

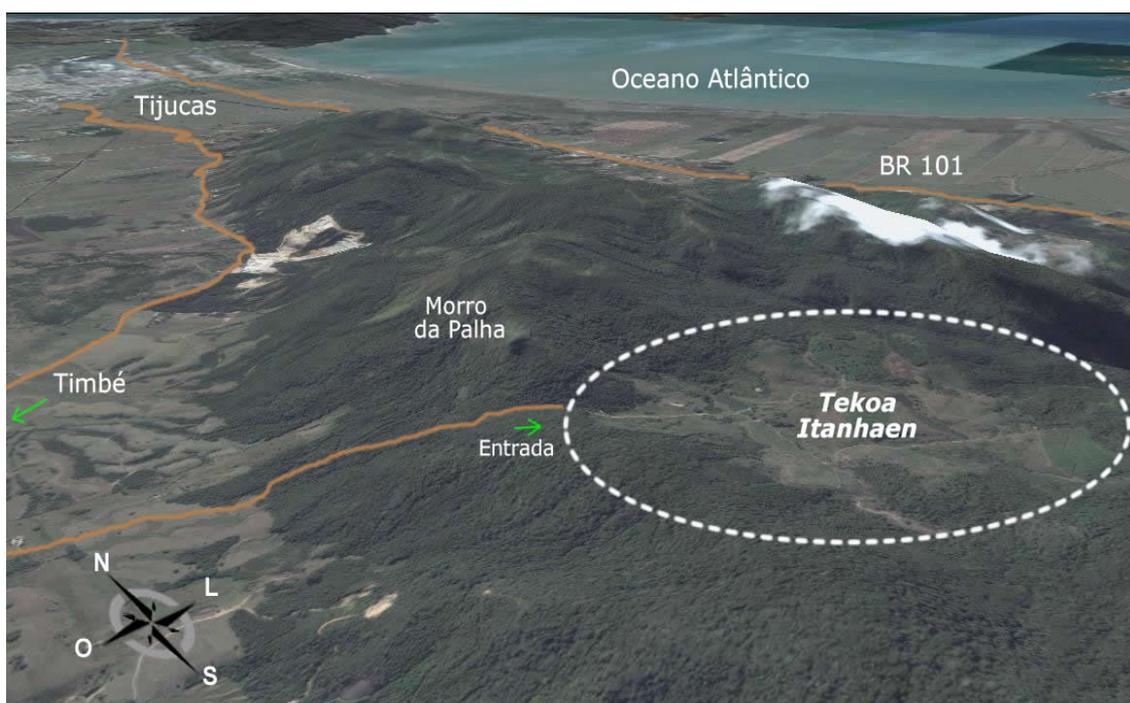


Figura 8. Ponto de acesso à aldeia *Itanhaen* e relevo da área. (Adaptado de Google Earth, 2008 ©)

4.2.3 A Fazenda Morro da Palha

O local possui uma altitude média de 200 metros acima do nível do mar e uma extensão total de 216 hectares. As partes mais planas da fazenda eram usadas para criação de gado, enquanto as áreas com declividade média e elevada eram destinadas à produção de palmito de palmeira real e de madeira de eucaliptos, o restante é área de Preservação Permanente (Figura 9).

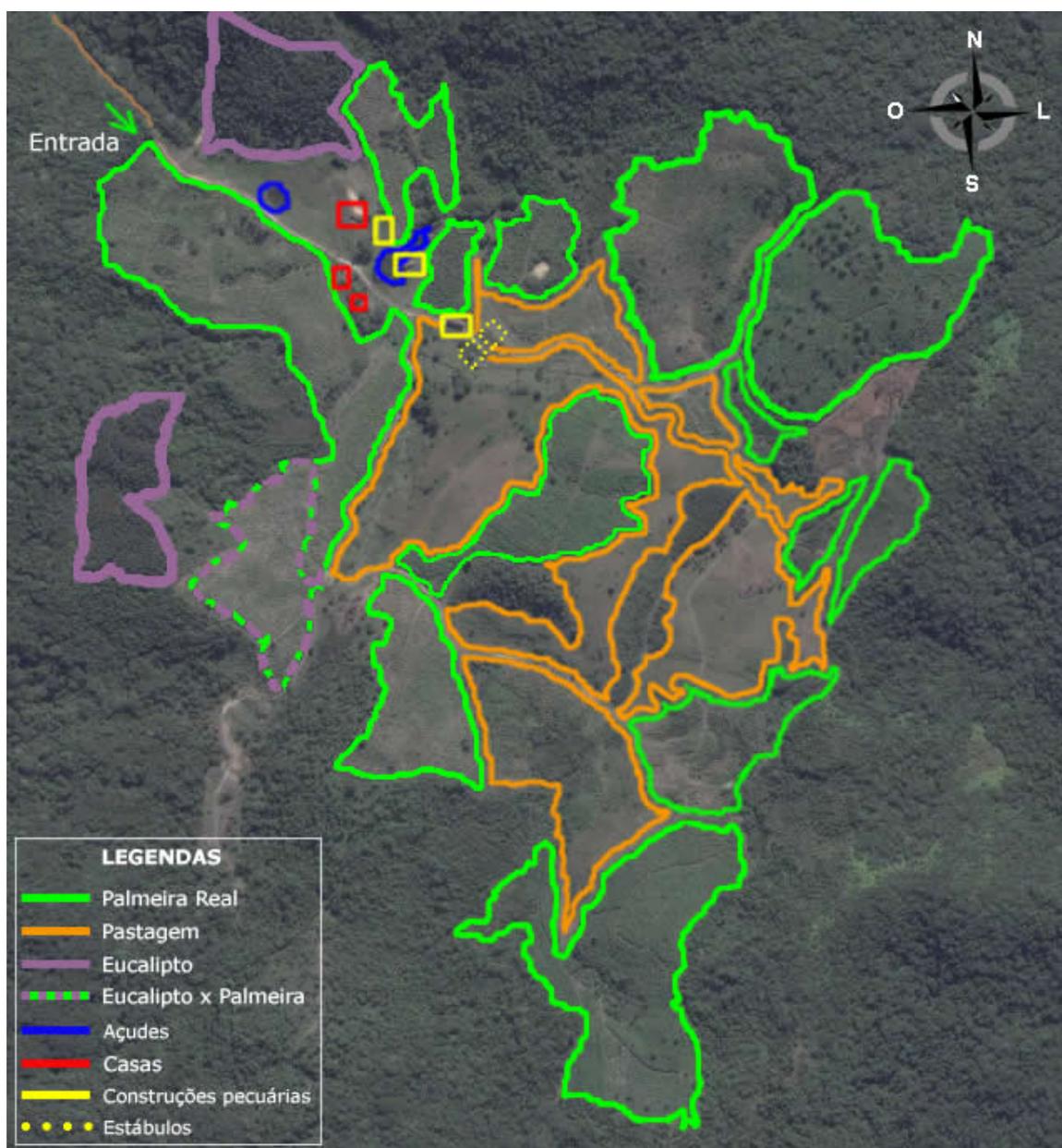


Figura 9. Organização produtiva da antiga fazenda Morro da Palha. (Adaptado de Google Earth, 2008 ©)

Como se observa na Figura 10, próximas à entrada se concentravam todas as benfeitorias existentes na fazenda: dois açudes para produção de peixe, duas construções para suinocultura (P1 e P2) e um galpão para guardar maquinaria (G) do lado do estábulo, assim como três casas de madeira, duas delas destinadas aos trabalhadores e administradores (C2 e C3), e a maior delas (C1) para o proprietário da fazenda.



Figura 10. Organização das benfeitorias da antiga fazenda Morro da Palha.

4.2.4 Critérios para a eleição da área

Como foi observado no processo de aquisição, o fator da proximidade a outras aldeias jogou um papel importante na eleição, pois os Guarani visam poder conformar áreas contíguas para estabelecer suas aldeias. Apesar de que não foi possível encontrar um lugar perto da aldeia *Marangatu*, as características ambientais ao redor desta área e a posterior aquisição de outra área próxima (Aldeia Canelinha) permitem a Timóteo pensar na possibilidade de conformar uma grande área contígua com a ampliação das

áreas, junto com as aldeias Guarani nas localidades de Amâncio, Amaral e São Miguel, em Biguaçu.

Já como foi apontado anteriormente, um dos critérios que causou diferenças com as lideranças da aldeia Morro dos Cavalos é que a área se encontra relativamente afastada do contato direto com a comunidade não indígena, aspecto que considera Timóteo considera relevante para manter sua cultura.

Sob essa mesma luz, Timóteo como liderança política e espiritual também concebe a esfera espiritual para a eleição da área, visando o estabelecimento da aldeia. Segundo ele, logo após a ocupação, foi mostrado para ele em sonhos que aquele era um lugar onde moraram Guarani antigamente:

Nós sabemos, hoje mesmo eu sonhei, aqui diz que primeiramente Guarani morava, mas nunca contou para nós, mas hoje mostrou para mim, que morou Guarani, posou tudo na mata. Mostrou para mim hoje que Guarani morava antigamente aqui, mas vieram branco, aí saíram tudo, o branco falou para mim em 1960 tinha Guarani aqui mas depois sumiu tudo, não sabe onde foi, mas ele mesmo falou... coitado, mataram, aqui mesmo não mataram mas expulsaram tudo.

Logo depois de ter contado o sonho para mim, o cacique mostrou uma pequena peça de pedra talhada que foi encontrada por crianças na aldeia, em local próximo à casa C1 e que poderia ser evidência arqueológica de antiga ocupação. O cacique concluiu que o objeto é um cachimbo guarani que por seu tamanho poderia ser um brinquedo de criança (figura 11):

É brinquedo da criança nativo, isso aí já guardei, era para fazer cachimbo, mas é para criança, mas é muito antigo, são crianças guarani que fizeram isso, isso ali encontrei, não faz dois meses. Bem mas algum dia nós vamos encontrar mais.



Figura 11. Peça de pedra encontrada pelo cacique na área.

No que se refere aos recursos da floresta presentes na área, a presença de plantas para fins medicinais, para artesanato e para a construção de casas tradicionais, como taquara e cedro, são entendidos como importantes. A presença de pássaros, assim como de animais silvestres por perto, é também um critério importante, situação desejável pelos Guarani:

...Aí também que dê fruto para bichinho, né? Então, vão vir vários passarinhos ali, comendo a frutinha boa. Isso eu adorei, que nós plantemos assim, que as aves tenham, mesmo assim que para nós não sirva, então para passarinho serve [...] gostei. Eu quero passarinho se criar também, eu quero ouvir o canto dele sempre, então eu amo muito passarinho[...]

Para a comunidade, a presença de animais na área também é um bom indicador de riqueza, pois a lógica é que se uma floresta possui recursos suficientes para alimentar pássaros e animais, também poderá sustentar os Guarani. “Bom mato para o bicho é bom mato para o Guarani”, expressou o cacique.

Do mesmo modo, ter o espaço para no futuro poder caçar, é um fator relevante, pois essa é uma atividade chave para a reafirmação da identidade guarani. Porém, além de ser uma atividade condicionada aos calendários tradicionais para uso dos recursos, eles são conscientes que esta seria uma atividade esporádica e muito restrita, dadas as condições ambientais atuais.

Outro critério proeminente para a escolha do lugar foi a presença de água, principalmente pela existência de nascentes:

Outra coisa assim que nós temos é a nascente, pois ficou dentro da nossa área, então isso também é muito importante para nós [...] água limpa, nascente daqui mesmo, então isso é o mais importante [...] onde não tem rio grande mas tem nascente dentro da aldeia, isso é que é importante [...] Porque aqui nascente é nascente, ele nasce dali, água pura, não tem contaminação nem nada, então isso é o mais importante para nós, porque aqui tem várias nascentes dentro da aldeia [...] muita nascente, isso para a maioria de nós é o mais importante, é por isso que eu falei assim, aqui nós vamos dar comidinha para água, nós vamos plantar árvore... é mais para sempre, a água a maioria de nós dá valor.



Figura 12. Plantação de eucalipto, palmeira real e remanescente de mata secundária

A palmeira real e o Eucalipto, apesar de não serem culturas tradicionais dos Guarani, são consideradas como um elemento positivo, pois são uma fonte de recursos financeiros para as necessidades da aldeia. Além disso, os Guarani também estão considerando a possibilidade de desenvolver esses cultivos (Figura 12).

Finalmente, todas as características da área e os recursos disponíveis permitem o manejo de acordo com o sistema de classificação e a organização de espaços, definido no capítulo anterior como etnozoneamento, característica imprescindível para conformar um *tekoa*.

4.2.5 Zoneamento da aldeia e a organização dos espaços e das atividades

... [A floresta] para caçar dá, dá para tirar material, essas coisinhas dá, mas se roçar, se queimar não dá..., pouca coisa que tire é para usar... Aonde tem mata nativa ninguém pode tirar, não pode tirar nada, só caçar dá, mata secundária pode cortar, pode usar [...]

Com estas palavras Timóteo evidencia uma intenção de uso e de manejo dos recursos disponíveis na aldeia, de acordo com o estado da vegetação presente e o relevo.

No que diz respeito às áreas planas, que são destinadas para construção de casas e para agricultura: “Só limpa, não é para queimar, não é para roçar, para queimar nada”.

No caso das áreas com relevos íngremes como o Morro da Palha, o cacique define o limite para o uso dos recursos:

... até onde tem eucalipto, só unicamente, dali mais para frente tem que deixar... não pode mexer, nem caçar, não pode entrar, e de lá também tem que saber todo que é proibido de entrar caçar, nem andar perto, para deixar sempre, para crescer bichinho, passarinho, nada corta, nada entra.

Além de estabelecer a área do morro como reserva de recursos vegetais e animais, também se considera como sagrada e com ingresso restrito:

O guarani pode entrar, mais é só entrar [...] só de reza esse mato poderia [...] de visita pode ir, pode entrar pajé com pessoa, mas tem que obedecer [...] cada vez vai se criando mais bichinho, cada vez vai se criando mais mato nativo. Aí não mexe nada, bichinho, passarinho vai se juntar lá, não vai sair mais... aí como não vai ter mais ninguém, aí vai ser lugar dele lá, onde que vai parar.

Timóteo explica que esta definição de áreas também possuía antigamente um objetivo prático, funcionava como sinal para evitar perigos:

Tem uma parte que não é para caçar, uma parte que não poderia nem caçar, antigamente era mais perigo, porque onde é que não é para caçar?, Ali tem coisas, tem tigre bravo, tem uma cobra jibóia bem grandona, que ataca a gente, aí vai ser outros índios bravos para nós entrar, vai ser índio bravo, se entra vai caçar pessoas, assim que antigamente, tava cuidando, aquela já cuida aquele pedaço de mato, não é para caçar, não é para entrar, não pode caçar para lá, porque lá tem bicho para caçar a gente, aí ninguém vai...

Atualmente a restrição do ingresso em algumas áreas, é para fins espirituais:

“Para agradecer... agradecer ao espírito nativo, espírito da ave... para ficar tudo em tranqüilidade” afirma Timóteo.

A observação direta em campo, efetivada com as visitas, os depoimentos e os dados geográficos obtidos, junto com a bibliografia sobre etnozoneamento Guarani (Freitas, 2006; Felipin, 2001; Ladeira e Matta, 2004 e Medeiros, 2006), permitiram desenhar um mapa da área de influência da aldeia, indicando as diversas categorias de uso, segundo a vegetação e a topografia. Depois de concluído, o mapa foi apresentado para o cacique que aclarou conceitos e sugeriu mudar alguns elementos. A elaboração é apresentada na figura 13.



Figura 13. Zoneamento da região próxima à aldeia.

Aqui pode ser observada a ausência da vegetação denominada como *ka'agüy Poruey*, ou seja, floresta intocada, devido a que toda esta área já sofreu intervenção antrópica. Porém, Timóteo espera que do planejamento do manejo dos recursos permitirá no futuro, que estas áreas intocáveis se restabeleçam.

Timóteo também visa num futuro próximo ampliar a aldeia, não somente para consolidar áreas contínuas com outras aldeias, como também para garantir que os recursos que rodeiam a área sejam preservados, pois receia que os brancos não procedam dessa forma.

Quanto à organização de espaços dentro da aldeia, Timóteo mostrou alguns lineamentos, embasado na coletividade, sobre o modo como deve ser ocupada a área e como devem ser manejados os recursos.

Cabe ressaltar que como liderança política e espiritual, ele orienta os outros moradores da aldeia sobre como deve ser organizada a aldeia, porém, esta é uma simples recomendação e não uma imposição. Cada Guarani é livre para escolher o lugar de sua casa e de sua roça, assim como as plantas que quer cultivar. Já as ações que envolvem a comunidade, como roças comunitárias, construção de casa de reza (*Opy*), da Escola, do posto de Saúde, entre outras, advêm de decisões tomadas conjuntamente.

Pretendeu-se fazer uma reunião na aldeia para definir todas estas questões em consenso no mês de maio, procurando assim dar um tempo para que as novas famílias reconheçam a área, se adaptem e terminem de construir suas casas.

A noção que o cacique tem de como deve ser organizada a aldeia está diretamente ligada ao relevo e ao tipo de vegetação presente (ver figura 14). Cabe anotar que este mapa foi construído inicialmente pelo pesquisador e depois apresentado para que o cacique desse seu parecer.

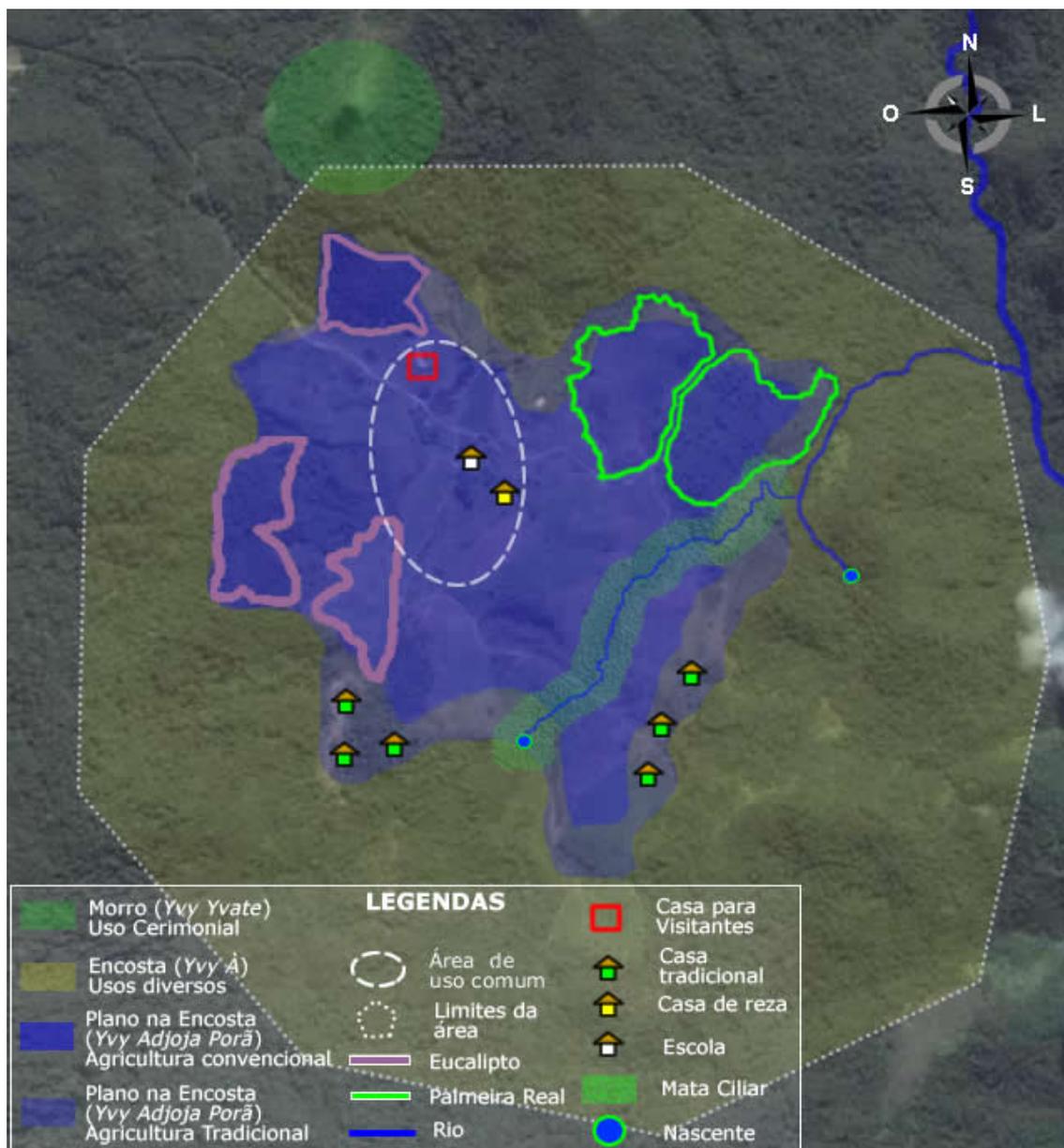


Figura 14. Projeção de uso das áreas da aldeia.

Como se observa na figura, as atividades cerimoniais estariam restritas à área de influência do Morro (*Yvy Yvate*) ressaltada com a cor verde. A parte da encosta (*Yvy Á*), destacada com a cor amarela, seria destinada a diversas atividades como coleta de alimento e plantas medicinais, fonte de materiais para artesanato e madeira para construções, além de pesca.

Timóteo é enfático quando expressa que a caça por enquanto será proibida, até que, segundo seu parecer, a população de animais no mato permita fazer uso do recurso sem extingui-lo

... aí nós Guarani não caçaríamos tanto, um dia nós vamos caçar, não muito, poderia fazer armadilha para pegar bichinho [...] nós respeitamos, nós sabemos que agora está sobrando pouquinho bichinho, passarinho, então não é para terminar, nós temos que respeitar a natureza, que cresce como nós também [...] ela queria se criar, queria crescer [...] bichinho ou passarinho, isso nós temos que saber... até o mês de julho... aí já o Guarani nada, pode chegar bicho ali, pode chegar coati aqui dentro... até mês de abril de novo, mês de abril a gente pode caçar tudo, pássaro maiorzinho pode matar só se é pra comer [...] aquele pássaro menor para que?

A área plana na encosta (*Yvy Adjoja Porã*), destacada aqui com a cor azul, seria para as atividades agrícolas e para construção de casas e demais instalações de interesse para todos os habitantes, como escola, posto de saúde, casa de água (planta para purificação, filtragem e tratamento de água), casa de reza (*Opy*), campo de futebol, entre outras. Nesta área, denominada como de uso comum, a casa do antigo dono passaria a ser a casa para visitantes, pessoas convidadas não índias, assim como também seria local para venda de artesanato.

A intenção de ter dentro da aldeia todos estes elementos é que a comunidade saia da aldeia o menos possível, de maneira que os efeitos da ocidentalização se reduzam.

Nós estávamos pensando, nós não vamos sair, estudante não vai sair daqui, dentro da aldeia vai fazer seu primeiro grau, segundo grau, tudo... dentro da aldeia, ninguém vai fora fazer primeiro grau, segundo grau, tem que ser aqui mesmo, isso é que nós estávamos pensando... aí nós queremos mandar nenhuma criança fora da escola, se nós mandamos fora, aí irão aprender muita coisas que não é nossa, aprende muita coisa de fora, falar só português... agora tem dia pior, todo estudante que usou... assim, droga, talvez aí o companheiro vai passar e dizer “isso é bom”, você vai ficar viciado. Nosso parente tem muito perigo.

Timóteo, reconhecendo o efeito que pode ter a escola nas novas gerações, pensa que a mesma abrigue os ensinamentos fundamental e médio, procurando manter as crianças o maior tempo possível dentro da aldeia. Visa para um futuro próximo, que os profissionais que trabalhem na aldeia sejam todos Guarani (enfermeira, professor, agrônomo etc.).

A região azul clara, próxima à floresta, seria a área para estabelecer as casas e as roças de sementes tradicionais, pois permite construir um ambiente que evoca a forma como o Guarani vivia antigamente.

O cacique explica que assim como para o branco é bom morar perto da cidade, porque conseguiu tudo aquilo que precisa, assim mesmo o Guarani procura colocar sua casa perto do mato, pois gosta disso, fica alegre, contente.

Nós não vamos limpar tudo, aonde vamos usar vamos limpar, aonde nós não vamos utilizar deixei crescer. Nós não temos interesse como o branco em limpar tudinho, capinar tudo, queimar tudo, não, aonde nós vamos usar nós vamos só capinar e aquele que não vamos usar deixa crescer mato.

A área de cor azul escura, com menor presença de mato, seria destinada para plantar as sementes que não são tradicionais e teria um uso mais intensivo. Esta separação espacial e temporal das roças tradicionais evitaria o cruzamento com as sementes guarani que eles definem como verdadeiras.

A idéia é iniciar as roças no mês de agosto, plantando aipim, batata doce, feijão e milho. Apesar de que as áreas ainda não tinham sido definidas, pensam plantar o feijão e o milho nas zonas planas e aipim e batata doce nas zonas inclinadas, evitando um novo alagamento, como aconteceu na roça em 2007. As áreas que fossem previstas para manter palmito e eucalipto serão consideradas na reunião da comunidade.

A utilização de trator esta sendo considerada novamente, uma vez que grande parte das áreas planas, hoje destinadas para roças era usada para gado. A área de eucalipto recém cortado poderá ser usada para o plantio de milho, em meio ao rebrote do eucalipto. Não descartam poder plantar árvores frutíferas como pêssigo, laranja, banana etc., mas reconhecem que para estes cultivares precisam de assistência técnica externa.

No que tange ao manejo do solo, ainda se pensa em trazer elementos da forma tradicional de circulação dentro das áreas de roça, como a forma Guarani de “adubação”:

... daqui mas para frente nós queremos fazer adubo, nós mesmos. O que é adubo para nós? Primeiramente nós vamos limpar assim, um pedaço, um pedacinho nós vamos limpar, aí aonde que tem uma água, cresce, nasce, daí a dois anos vai crescer mais... aí nós vamos roçar alguma parte, fazendo plantação, nós vamos plantar um pedaço, no resto nós vamos deixar crescer aqui no mato, isso aí é adubo, primeiramente tem que deixar crescer e cair folha, aí dois, três anos, cada vez a folha do mato cai no chão, apodrece tudo, 3, 4, 5 anos, então isso aí é adubo... então isso nós estamos pensando, nós não vamos limpar tudo, não é a idéia, vamos só um pedaço, vamos fazer roçinha, não é pra limpar tudo, não, tem que crescer mato, aonde que nós não vamos usar então deixa mato.. aí é adubo para nós, aí vai crescer mais água.

Não obstante, eles percebem que a situação não está para o manejo tradicional tipo coivara, de queima, uso e abandono a procura de outra área.

...é pra fazer plantação depois de 5, 10 anos, uma roça, mas não poderia queimar, então só roça e tira aquela madeira pra usar, pra fazer lenha, amontoar aparte, a folha deixa todo... a folha tem que deixar amontado... é assim que nós queremos, porque a queimada leva muito mal...

Mas não desistem do modo tradicional que persiste em adaptar o sistema tradicional, circulando com as roças dentro das áreas garantidas, sem queima, mas sim com períodos de descanso para uma reconstituição da mata. Desconsideram o uso de adubo químico e sublinham o adubo orgânico, mas somente nas áreas que entram em descanso por cinco ou seis anos.

No processo de interação com a forma de agricultura convencional, Timóteo demonstra certa abertura com alguns elementos que podem ser adotados por eles.

Além dos projetos para plantar espécies nativas (como cedro, jabuticaba, guabiroba, pitanga, palmeira caiçara, e arará), para plantar sementes tradicionais guarani e para criar animais nativos, gostariam de ter banana, cana de açúcar e continuar com o cultivo de palmeira real e eucalipto. Na figura 11 se visualizam as áreas de eucalipto e algumas de palmito que, segundo o cacique, seriam mantidas para produção.

“muitas pessoas dizem que não dá pra plantar eucalipto, mas para nós serve, porque é árvore comum para nós, pode fazer o que quer, corta para lenha, corta para construir casa, sem problema, aí cresce rápido. Outro tipo de madeira aí eu não sei, que poderia plantar para crescer rápido igual como eucalipto? se tivesse outra árvore nativa poderia conseguir também para fazer isso, porque agora está muito difícil, cada vez material nativo vai ser cada vez mais difícil, a

lenha também mais difícil, porque nós cresce mais população, então nós temos que pensar, árvore comum tem que plantar para nós usar, só usar, igual como comida, eucalipto é igual como comida, e nós vamos usar como queremos, porque nós que vamos fazer? Esta certo que não é nativa, mas serve para nós, então isso é que nós estávamos pensando, pedaço temos que plantar eucalipto para fazer lenha, para fazer casa, tudo... só que a maioria temos que cuidar, aonde que tem mais água, tem rio mesmo, não pode plantar, do lado assim, aí aonde tem nascente, boa mesmo, aí não pode plantar, aonde que tem úmido só, a terra não tenha nascente, ali água parada em toda parte, aí pode plantar”

Timóteo aponta o uso do eucalipto como uma alternativa, mas manifesta ter consciência dos locais onde pode plantar, pois sabe do efeito negativo que pode ter com o recurso água.

O cacique pensa que, juntamente com a FUNAI, poderia se escolher uma área dentro da aldeia para estabelecer um lote de eucalipto para ser usado como fonte de material para construção de casas e como lenha, pois isso evitaria a exploração de espécies nativas e suas conseqüências: *“Eucalipto sem problema, pode cortar a vontade, queimar tudo, nasce de novo sem preocupação, mas árvore nativa não, isso aí já é outro...”*

Reconhecendo também a escassez de animais silvestres, a opção de ter galinhas é bem recebida: “bicho nativo que está dentro do mato, Deus criou para os Guarani, como já não tem, então tem que pensar, criar galinhas é uma boa opção, também fazer açude”.

A idéia é fazer um galinheiro, falta decidir se vai ser coletivo ou individual, estes projetos também esperam ser aprovados por toda a comunidade. Também se considerará criação de peixe e de gado.

Além destes projetos de uso dos recursos, o manejo da água se destaca com a iniciativa de reflorestar com árvores nativas todos os rios e nascentes na área. Como é apresentado na figura 11, pretende-se recompor a mata ciliar de todos os rios e nascentes com árvores nativas:

[...] Se limpa tudinho que tinha, aí já era... aí também a água vai diminuir. Deixar crescer também mato na beira do rio, nascente, aí água também vai crescer devagarinho, cada vez vai ser mais forte, isso depende de nós, temos que cuidar nós, se limpar tudinho, água como essa não tem nada, aí vai acabando, vai terminar, água, então nós mesmos temos que cuidar.

Os rios desenhados na figura 11 são uma representação dos mais de 30 que tem a área, mas que não foram colocados na figura por questões práticas.

O mesmo interlocutor já falava da importância de cuidar da mata, pois esse cuidado fortalece a água. *“Nós temos interesse de curar a água e plantar mais árvore nativa, na beira do rio, tem que ser árvore nativa, planta todo do lado, aí sim, a água vai ficar alegre e nós também”* (Mbya reko, vida Guarani, 2006)

Como se observa na figura 11, os rios que nascem na área vão desembocar em rios maiores que descem para outras propriedades. Timóteo reconhece esta situação da aldeia e considera fundamental o uso responsável da água sem prejuízo aos vizinhos que moram à jusante:

Eles pensam que nós vamos estragar tudo. Nós queremos é preservar água, limpar. É por isso que nós queremos banheiro bom, que não vai ao rio, não vai, a água que toma, com chuveiro dentro. Exatamente nós temos que cuidar muito, se não fizéramos isso, cuidar a água para a pessoa que mora mais para baixo, para aquela pessoa vai ser ruim, não vai dar certo...não vai dar. Agora, nós temos que cuidar, a FUNAI, a FUNASA tem que dar, tem que fazer banheiro bonito, banheiro legal vai ser bom para nós e para os brancos, aí sempre a água vai ser limpa.

4.2.6 **Processo de ocupação da área**

O período observado para esta pesquisa compreende desde junho de 2007 - chegada dos primeiros Guarani na área -, a março de 2008. Para fins de apresentação da dinâmica de ocupação da aldeia, o período é organizado em três etapas, cada uma com eventos cronologicamente organizados em quadros e mapas.

4.2.6.1 Etapa 1. Junho - Setembro/2007

Esta primeira fase pode ser definida como de entrada e de reconhecimento da área, pois foi o período de chegada da família extensa do cacique Timóteo. O grupo se estabeleceu na área, fazendo as primeiras roças e construindo as primeiras casas.

No dia 31 de maio de 2007, logo depois dos processos legais de compra mencionados anteriormente, o cacique Timóteo de Oliveira chegou sozinho para tomar posse da área. Outros 24 Guarani chegaram, provenientes da aldeia *Marangatu*. Este primeiro grupo estava composto pela família extensa⁵⁴ do cacique. Na Figura 15, pode se observar a genealogia da família, além da distribuição das pessoas nas três casas existentes. Foi omitido o nome das pessoas que não habitam a aldeia ou já são falecidas.

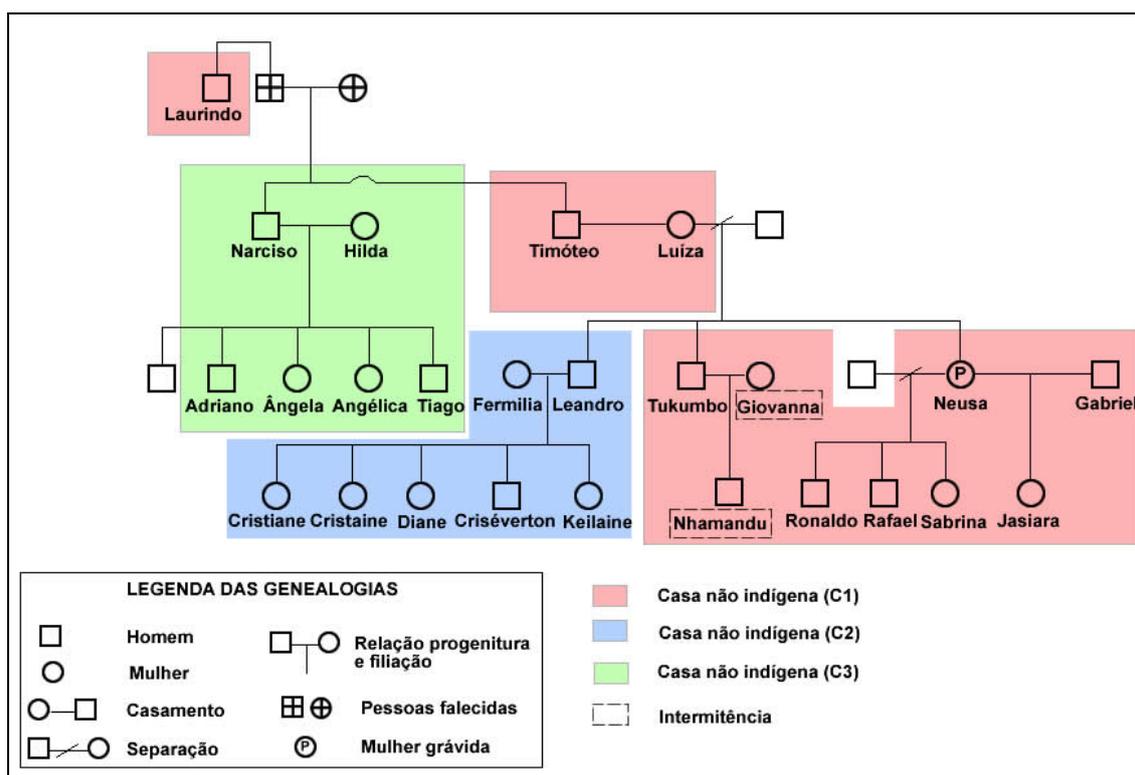


Figura 15. Genealogia da família extensa pioneira na aldeia e a ocupação das casas.

Como se evidencia na Figura 12, Giovanna, mulher de Tukumbo, e seu filho Nhamandu, alternam sua residência entre a cidade e a aldeia. Esse comportamento se

⁵⁴ Categoria antropológica tratada no capítulo 3.

deve a um acordo entre o casal, pois ela, como não-guarani, também mora na cidade e o objetivo é que Nhamandu, de três anos, não se afaste da sua mãe, mas que também não deixe de morar na aldeia, para que não se desacostume ao modo de ser guarani (*Nhande reko*).



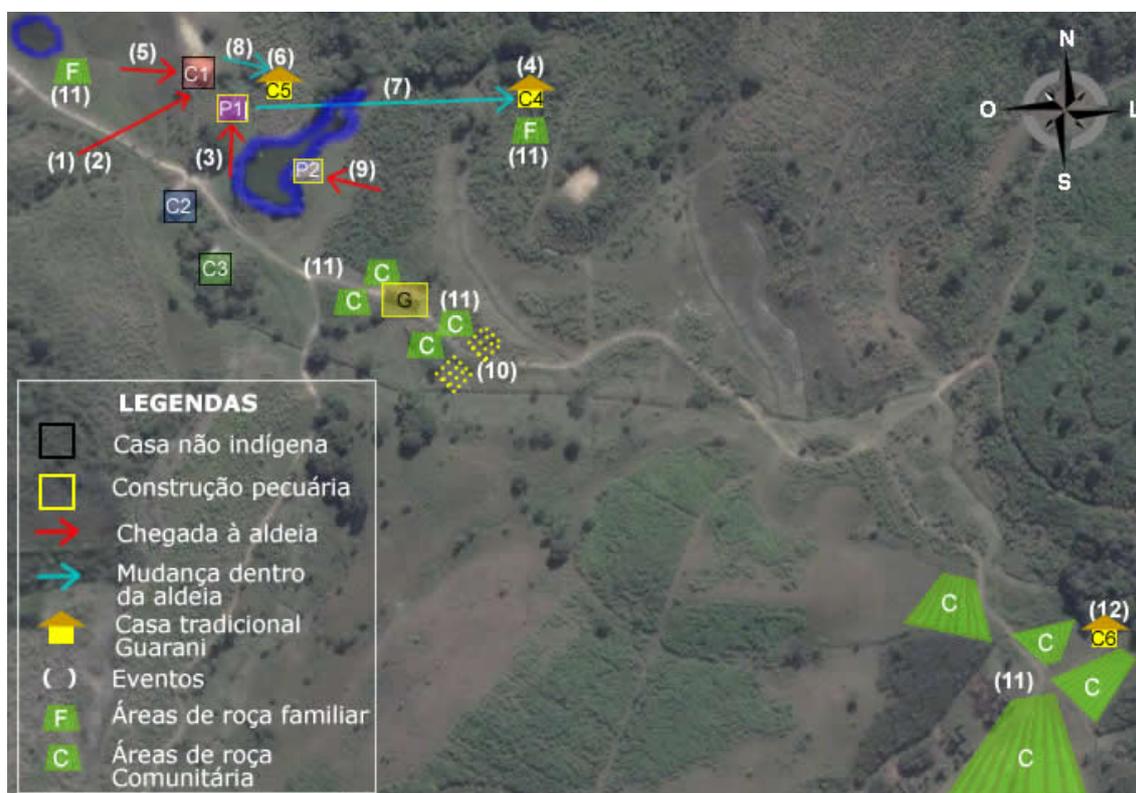
Figura 16. Grupo familiar do Timóteo de Oliveira.

No Quadro 4, pode se observar a relação de todos os eventos relevantes acontecidos na aldeia nessa primeira etapa, assim como o movimento das pessoas. De maneira complementar, cada um desses eventos está referido por seu número na Figura 17, que localiza espacialmente cada um dos acontecimentos.

Quadro 4. Relação dos eventos acontecidos na aldeia entre junho e setembro de 2007.

Evento	Data Mês/ano	Descrição	Procedência	Morada Destino
1	05/2007	Chegada Timóteo de Oliveira	<i>Tekoa Marangatu</i> (Imarui)	C1
2	06/2007	Chegada Luiza Benite, Laurindo, Tukumbo, Giovanna, Nhamandu, Gabriel, Neusa (grávida) Filhos: Jasiara, Ronaldo, Rafael, Sabrina.	<i>Tekoa Marangatu</i> (Imarui)	C1
		Chegada Leandro e Ferminia (Cristiane, cristaine, Diane, Criseverton, Keilane)	<i>Tekoa Marangatu</i> (Imarui)	C2
		Chegada Narciso Oliveira e Hilda Benite (Adriano, Ângela, Angélica e Tiago)	<i>Tekoa Marangatu</i> (Imarui)	C3
3	08/2007	Chegada Albino e Vitória	<i>Tekoa Yakã Porã</i> (Garuva)	P1
4		Construção casa para Albino e Vitória (C4)	--	--
5	09/2007	Chegada Daniel e Márcia	<i>Mbiguaçu</i> (Biguaçu)	C1
6		Construção casa para Gabriel e Neusa (C5)		
7		Mudança Albino e Vitória	P1	C4
8		Mudança Gabriel, Neusa e filhos	C1	C5
9		Chegada Kiko e Mariza	<i>Tava'i</i> (Canelinha)	P2
10		Derrubada estábulo e cercas dos piquetes.	--	--
11		Roças, preparo de áreas com trator e plantio.	--	--
12		Construção casa para Leandro e Ferminia (C6)	--	--

C= Casa, P= Construção pecuária

**Figura 17.** Dinâmica de ocupação dos primeiros moradores da aldeia (junho-setembro/2007).

Uma das primeiras atividades do grupo foi roçar uma área próxima à casa C1, visando a construção de casa de reza. A idéia não foi levada adiante porque consideraram a área muito pequena e insuficiente mão-de-obra para construí-la.

Depois da chegada do grupo familiar pioneiro, que se organizou nas casas já existentes (C1, C2 e C3), se destaca a vinda de seu Albino e dona Vitória (figura 18), pais de Luíza e Hilda Benite e a construção de duas casas novas, que logo depois foram habitadas, dando-se dois deslocamentos de famílias dentro da área.



Figura 18. Seu Albino e Dona Vitória na frente da sua casa, em *Tekoa Itanhaen*.

O estábulo da antiga fazenda, assim como as cercas de arame dos piquetes foram desmontados, sendo a madeira utilizada como lenha. As áreas planas foram escolhidas para as roças, e o solo foi preparado com ajuda de trator, disponibilizado pela FUNAI. As roças familiares foram estabelecidas perto das casas, enquanto as comunitárias

ficaram nos fundos da área (ver figura 13). As áreas de roça foram preparadas para plantio de germoplasma nativo: de milho, batata doce, aipim e melancia, privilegiando a reprodução das sementes e em segundo plano o consumo. No total 25 pessoas habitavam a aldeia até setembro de 2007.

4.2.6.2 Etapa 2. Outubro – dezembro/2007

Essa etapa se caracterizou pela estabilização da população, início da exploração do eucalipto já existente e pela construção de mais casas tradicionais, gerando deslocamentos dos habitantes no interior da aldeia (Quadro 5 e Figura 19).

Como evento destacável, ressalta-se a saída da aldeia de um casal jovem, Márcia e Daniel, que se mudou para a aldeia Massiambu, também em Santa Catarina. Segundo Tukumbo, foram para uma aldeia mais próxima da cidade, facilitando a venda de artesanato, principal atividade e fonte de subsistência do casal.

Quadro 5. Relação dos eventos acontecidos na aldeia entre outubro e dezembro de 2007.

Evento	Data Mês/ano	Descrição	Procedência	Morada Destino
13	10/2007	Construção casa de barro para filha de Narciso e Hilda (C7)	--	--
14		Construção casa para Timóteo e Luíza (C8)	--	--
15		Corte e venda de Eucalipto	--	--
16		Mudança Kiko e Mariza	P2	C7
17		Visita de 4 parentes de para conhecer a aldeia	Aldeia Ribeirão Silveira/SP	--
18		Nascimento da Fabiana, filha de Gabriel e Neusa	--	C5
19	11/2007	Saída de Márcia e Daniel	C1	Massiambu
20		Construção casas de Narciso (C9 de madeira, C10 de barro)	--	--
21		Mudança de Narciso, Hilda e filhos	C3	C9 e C10

C= Casa, P= Construção pecuária

Depois disso, mais casas foram construídas, mas dessa vez com o propósito específico de liberar espaço para as novas famílias. Os eucaliptos que ficavam próximos à entrada da aldeia são vendidos para comerciantes locais e o recurso é poupado para apoiar o deslocamento das famílias provenientes de Ribeirão Silveira.

Duas mudanças dentro da aldeia aconteceram: a do casal Mariza e Kiko, e o da família de Narciso e Hilda. Esta última família teve que se mudar rapidamente porque a casa onde moravam até aquele momento (Casa 3) estava prestes a ruir. Decidiram então desmontar o primeiro andar da casa antes que ela caísse, e aproveitar a madeira e as telhas na construção de outra casa (C7), aonde foram morar pouco depois. Narciso decidiu construir outra casa de barro (C9), constituindo assim uma unidade de três casas muito próximas, junto à casa de Kiko e Mariza. A casa 3 (C3) ficou inabitável.

Entretanto Kiko expressa sua intenção de mudar logo depois para um local mais perto do mato (área desmatada do lado da casa C4), Narciso tem intenção de ficar no mesmo lugar e ficar a cargo da casa de artesanato e do atendimento dos visitantes.

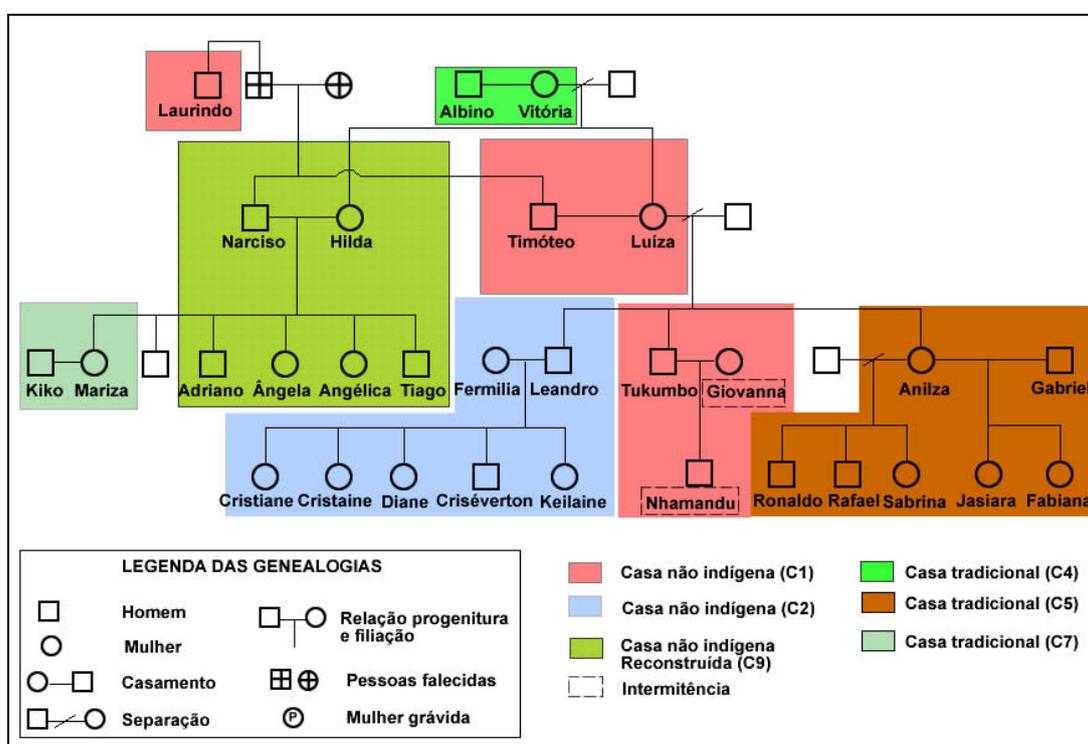


Figura 20. Genealogia de todos os moradores da aldeia até dezembro de 2007 e a distribuição nas casas.

Na Figura 20 são apresentados os laços familiares das pessoas que moraram na aldeia até dezembro de 2007, assim como a ocupação das casas. Note-se o pertencimento familiar parental de Albino, Vitória, Kiko e Mariza, na família extensa pioneira. Para melhor entendimento, comparar com a figura 15.

4.2.6.3 Etapa 3. Janeiro - Março/2008

Nessa etapa, a aldeia toma uma dinâmica totalmente diferente, principalmente pelo aumento significativo da população no mês de janeiro, que dinamiza os processos dentro da aldeia. No dia 16 do mês, 55 pessoas chegam da aldeia Ribeirão Silveira, de São Paulo, ocupando as casas de madeira já disponibilizadas pelos primeiros moradores, além das construções para a criação de porcos e o galpão, este último adaptado com folhas de palmeira, enquanto aguardam para se mudarem para as casas que estão sendo construídas.

Segundo Timóteo, a FUNAI se mostrou em desacordo com esse deslocamento, pois considerou que a área não possui infra-estrutura, nem meios adequados para os novos moradores. Porém, o cacique desconsiderou esta apreciação e liderou o processo para trazer os parentes.

A FUNAI não queria porque não tem casa, não tem nada, ele falou 'se o parente traz tudo para cá, criancinha vai sofrer, por causa de chuva, fome, porque vocês não têm plantação ainda'. Tá certo, nós sabemos e também pessoal tava sabendo isso, mas eles queriam vir, nós ficamos na pena deles, nós queremos trazer eles, eles queriam vir, aí então nossas amigas que estão em SP emprestaram dinheiro para pagar ônibus... 4.600, aí fomos para Rio Silveira e trouxemos para cá, depois já pagamos tudo, agora está tudo livre, nosso parente, nós também.

Tanto o cacique como as famílias que chegaram reconheceram as penúrias que vão ter que experimentar na aldeia, até que casas e plantios sejam estabelecidos, mas é uma forma de expressar autodeterminação e autonomia.

“Eles queriam vir, aqui, trabalhar, fazer casinha, não é a primeira vez que nós guarani sofremos. Desde 1500 nos sofremos, agora o branco vai dizer que vai sofrer mais... não é justo para nós, não é primeira vez que estávamos sofrendo, mas aqui é aldeia, passamos dificuldades, mas

vamos devagarinho, pelo menos nós temos lugarzinho, antigamente nós não tínhamos lugar, nós estávamos na beira da estrada, embaixo da ponte, quantos anos? E nós sofremos. Não é primeira vez, não é agora que nos estávamos sofrendo, agora para nós muito melhor sofrer aqui dentro da aldeia. Nós fazemos trabalho, devagarinho, vamos fazer trabalho. Aí a FUNAI não estava resolvendo, aí nós resolvemos e nós trouxemos nosso parente aqui, por enquanto não tem casa . Ele [A FUNAI] não queria, mas nós queremos.

Com ônibus alugado em Florianópolis, o cacique Timóteo chega no dia 14 de janeiro à aldeia Ribeirão Silveira em SP. Nesse mesmo dia voltou com 55 pessoas até a localidade de Timbé, próxima à aldeia. O Sr. Edgar, dono da mercearia mais próxima, disponibilizou um caminhão para levar gratuitamente todas as pessoas até a aldeia. Para Timóteo cerca de 200 pessoas seria o número máximo de indígenas na aldeia.

A presença das novas famílias não somente impulsionou a construção de mais casas e os respectivos deslocamentos dentro da aldeia, mas também a adaptação de mais espaços para outros fins, como a construção de campos de futebol e a utilização da Casa 1 como escola (Quadro 6 e Figura 21).

Quadro 6. Relação dos eventos acontecidos na aldeia entre janeiro e março de 2008.

Evento	Data Mês/ano	Descrição	Procedência	Morada Destino
22	01/2008	Construção Cabana para Giovanna e filho* (C11)	--	--
23		Mudança Timóteo, Luíza e Laurindo	C1	C8
24		Construção nova casa de Gabriel e família (C12)	--	--
25		Mudança Gabriel e família	C5	C12
26		Mudança Leandro e família	C2	C6
27		Chegada Teresa e Marcelo Benites	Tekoa Yakã Porã (Garuva)	C1
28	15/01/2008	Chegada Mario Benite e família de SP (7 pessoas)	Tekoa Moroti (Ribeirão Silveira)	C2
		Chegada parentes de SP (48 pessoas)	Tekoa Moroti (Ribeirão Silveira)	C1=9 pess P1=4 pess C2=27 pess G=8 pess.
29	02/2008	Construção campo pequeno de futebol	--	--
30		Mudança Giovanna e filho*	C1	C11
31		Início processo de corte do segundo lote de Eucalipto*	--	--
32		Construção casa de reza (<i>Opy</i>)	--	--
33		Adaptação C1 como escola para as crianças	--	--
34	03/2008	Construção campo grande de futebol	--	--
35		Chegam Cristiano e amigo	Tava'i (Canelinha)	C9
36		Construção casa para família de Mario Benites (C13)	--	--
37		Muda família de Mario Benites	C2	C13
38		Construção casa filha de Albino (C14)	--	--
39		Mudança família filha de Albino (4 pessoas)	P1	C14
40		Chegada duas filhas e neto de Timóteo	TI Varzinha (RS)	C8
41		Casas em construção*	--	--
42		Área para nova casa do Leandro	--	--

* Eventos referenciados na figura 17.

C= Casa, P= Construção cria de porcos, G= Galpão

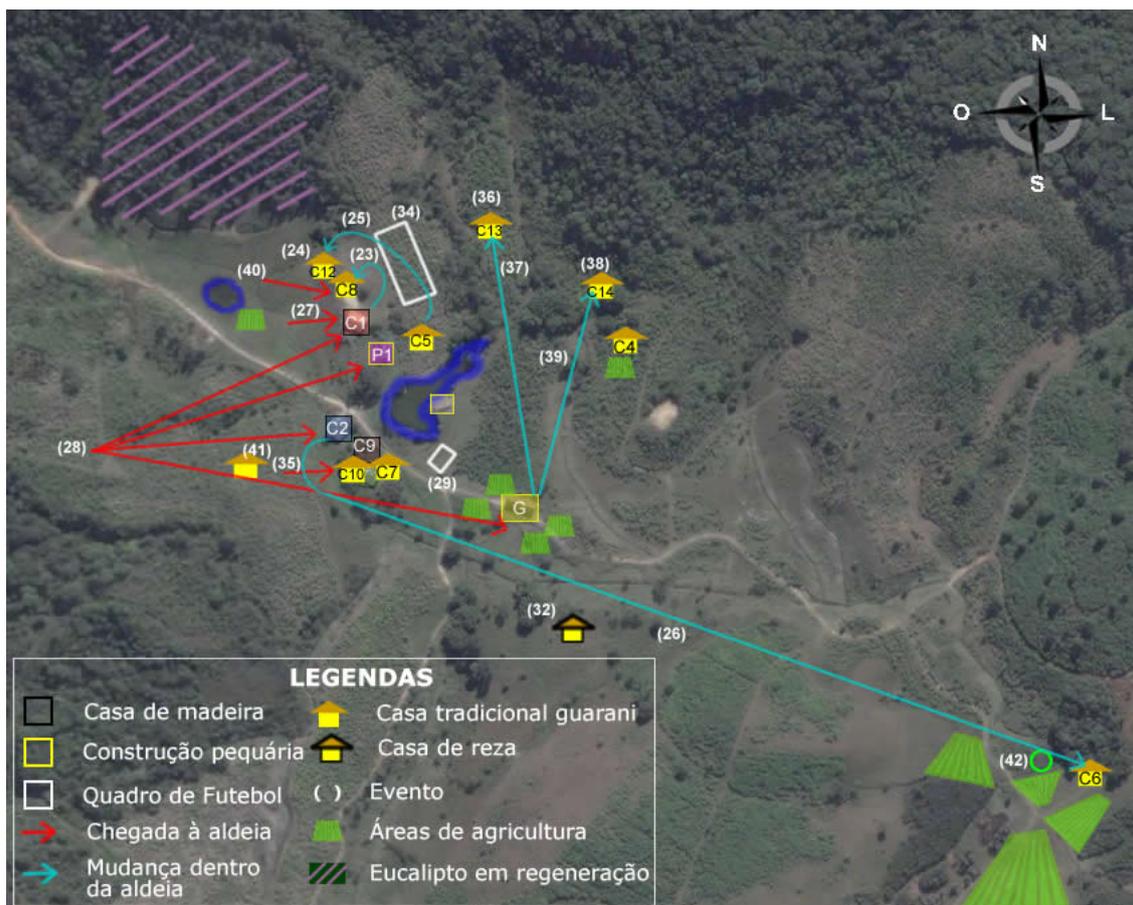


Figura 21. Dinâmica de ocupação dos moradores da aldeia (janeiro-março/2008).

Para a construção da casa de reza foi usada madeira de eucalipto para as bases e taquara para as paredes. O barro usado foi tomado no mesmo local e para o teto foi utilizado capim.

Algumas pessoas estão usando para suas casas telhas de barro, compradas na cidade ou reutilizadas das antigas construções da fazenda.



Figura 22. Ilustração do processo de Chegada e construção das casas por parte dos Guarani provenientes de Ribeirão Silveira em SP.

Outro elemento que diferencia essa etapa das anteriores é uma maior organização das tarefas e concentração dos esforços.

Foi decidido por todos os moradores da aldeia que as segundas e terças feiras seriam reservadas para o trabalho comunitário, priorizando a construção de casas, principal urgência. Dessa maneira, foi construída a casa de reza em um local mais afastado, segundo as indicações espirituais dadas ao cacique, também liderança espiritual.

Por enquanto, os recursos com que a população se mantém provém de algumas pessoas que recebem aposentadoria e bolsa família, além do montante da venda de eucalipto e palmito, que está sendo administrado pelo cacique. Foi remunerado o trabalho dos Guarani que realizaram práticas de cultivo do palmito. Segundo Timóteo,

se repartem o dinheiro, todos comem e ninguém trabalha. O restante dos recursos está sendo depositado na conta de banco da aldeia.

O preço do palmito está sendo vendido por 512 reais o caminhão e do eucalipto por 45 reais cada metro quadrado, vindo pessoas de fora para cortar, pois a prioridade dos Guarani é a construção das suas casas.

Outro processo que pode ser identificado nessa etapa é o reconhecimento das especificidades da aldeia. Como a área possui cerca de 30 nascentes, em época de chuvas grande parte das áreas baixas alagam, razão pela qual a família de Gabriel precisou mudar de casa e a família de Leandro iniciou a preparação de outro local para a construção de uma nova casa. Esse problema de alagamento também causou a perda significativa de parte da parcela comunitária e de algumas galinhas.

Agora os moradores reconhecem que as áreas baixas podem ser utilizadas para plantio somente na época seca do período produtivo e que as áreas destinadas para agricultura com certa declividade poderão produzir durante todo o período produtivo (primavera/verão).

Na Figura 23 se apresentam as áreas e os recursos utilizados pelos moradores da aldeia até o dia 19 de março.

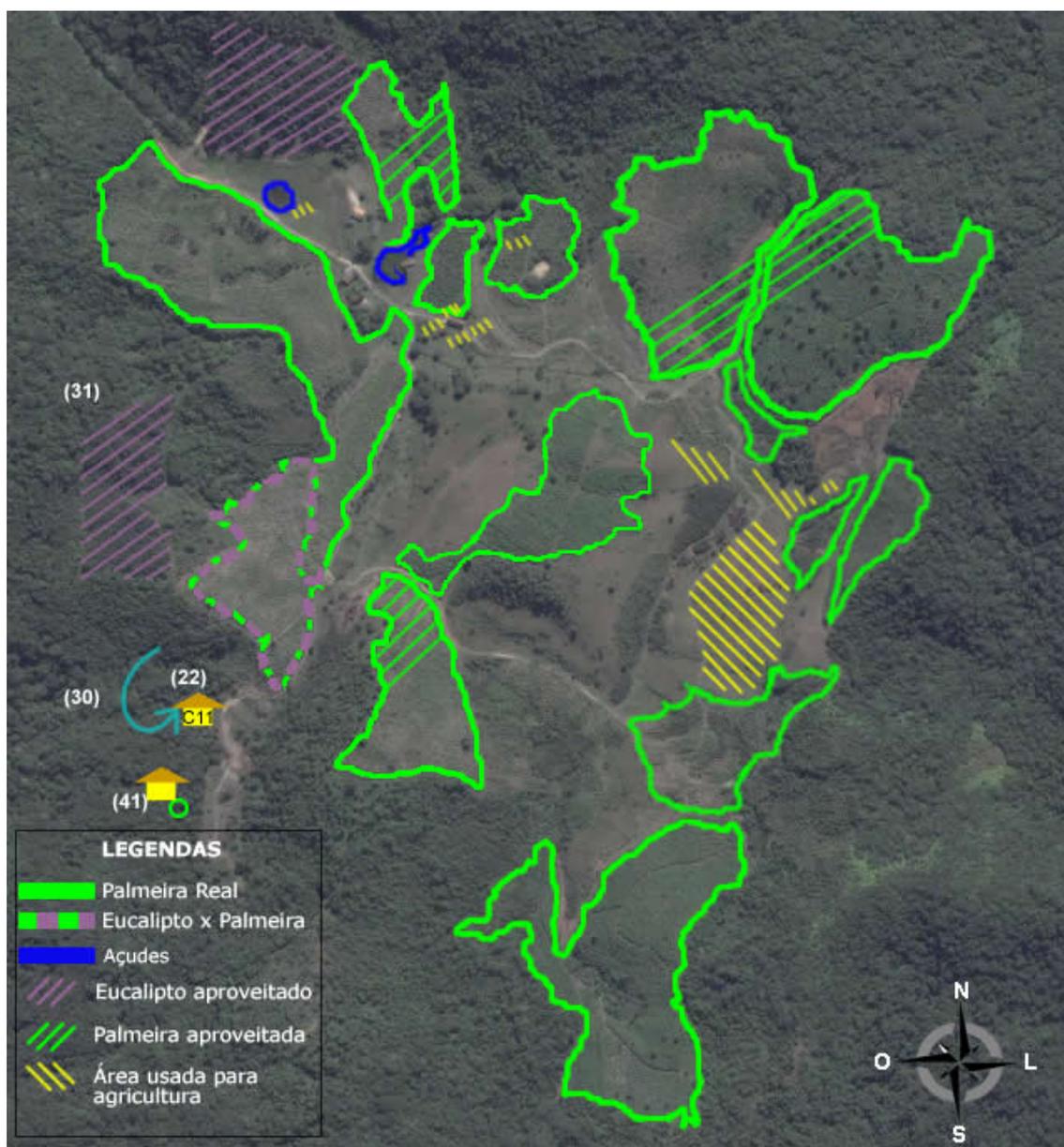


Figura 23. Uso dos recursos até março de 2008 e localização das casas mais afastadas da entrada.

Evidencia-se que o processo de conhecimento da área por parte dos Guarani é gradual, apresentando-se um comportamento prático-analítico tipo tentativa-erro no estabelecimento de roças e de casas, principalmente.

Finalmente, destaca-se que no dia da última visita de campo (19 de março) 90 pessoas encontravam-se morando na aldeia e que das 55 provenientes de São Paulo, nove delas estavam de visita, evidenciando o intento de retorno à aldeia Ribeirão Silveira.

Naquele momento, a comunidade estava na expectativa de que começassem projetos infra-estrutura por parte da FUNAI. A construção de banheiros e da casa de água são os prioritários, depois seriam a construção do posto de saúde, assim como a construção de casas de alvenaria. Atualmente estas casas estão sendo cada vez mais usadas pelos Guarani para guardar roupa e comida, não deixando de lado as casas tradicionais, que são destinadas para cozinhar, dormir e permanecer a maior tempo possível.

CAPÍTULO 5

ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. DESESTRUTURANDO A INCONVENIÊNCIA.

Uma vez verificada nesta pesquisa a existência em setores da sociedade catarinense de sentimentos e comportamentos de inconveniência para com a população Guarani do Estado, minha percepção é que xenofobia, preconceito e desinformação se relacionam de forma progressiva, como é representado na figura 24.

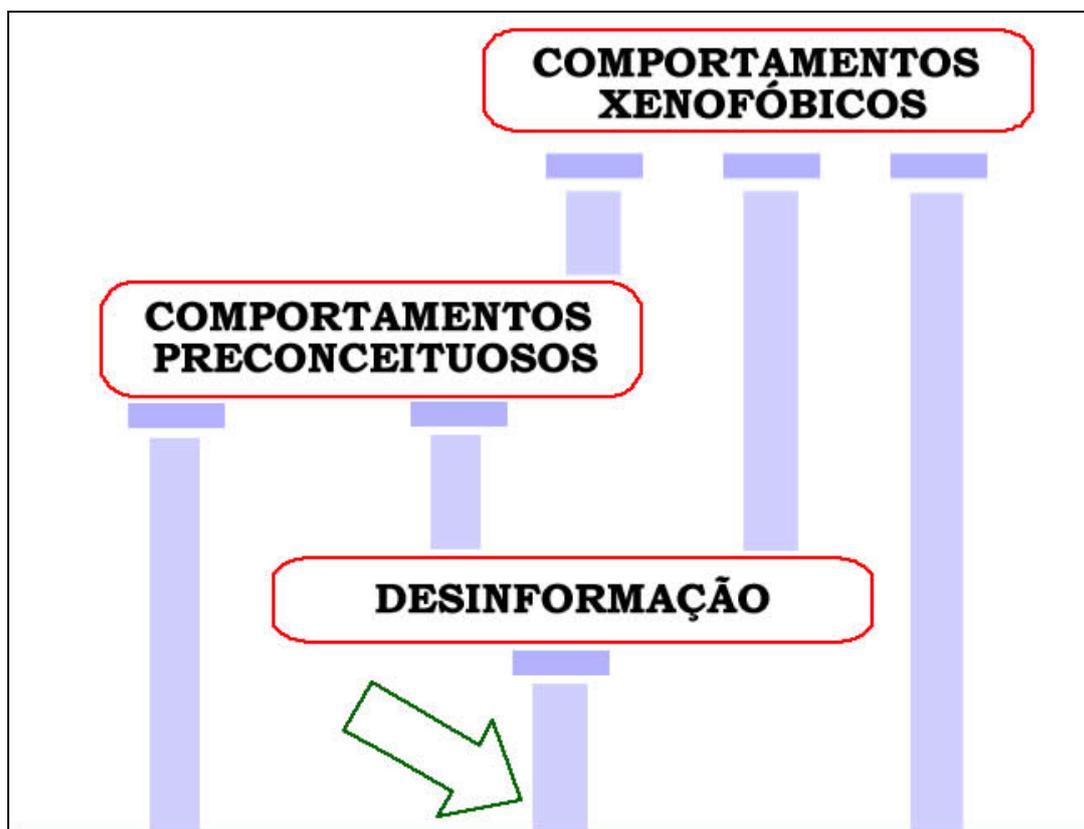


Figura 24. Representação das relações entre a desinformação, e os comportamentos preconceituosos e xenofóbicos.

De acordo com este esquema, a desinformação existente sustenta tanto comportamentos preconceituosos, como atitudes xenofóbicas, tornando-se estratégico o trabalho em processos de divulgação da cultura e da realidade guarani.

Reconhecendo que a desinformação é uma peça chave nesta estrutura, cabe às pessoas e organizações que abordam a questão indígena, redobrar esforços neste aspecto, assim como à sociedade nacional se dispor para participar.

Adicionalmente, considero que esta estratégia é ainda mais relevante no sul do Brasil, considerando que o processo histórico da recente colonização limitou a interação entre culturas, dado que o extermínio e/ou expulsão de grande parte das populações indígenas e caboclas nessa região, e a chegada de imigrantes estrangeiros chamados a ocupar terras supostamente “desabitadas”, geraram superposição entre culturas, reduzindo a interação. Por isso atividades de diálogo e de conhecimento intercultural tais como seminários, atividades de divulgação são fundamentais.

5.2. DEMARCAR/ ADQUIRIR, GARANTIR.

Reconhecendo a dimensão das concepções Território, Mobilidade e Aldeia para os Guarani, não é difícil imaginar a sua dificuldade em compreender a necessidade de delimitar áreas, sobretudo para os mais velhos. Declarar uma terra como indígena não faz sentido para eles, não tem cabimento dentro da sua visão de mundo. Porém, as lideranças mais jovens procuram explicar aos anciãos que se não ocorre a garantia de áreas, os Guarani podem não ter aonde viver.

Agora há um novo elemento a adentrar o processo adaptativo dos Guarani: a aquisição de terras como medidas compensatórias de projetos de crescimento

econômico. Esta questão produz opiniões diferentes entre os Guarani, principalmente diante do processo demarcatório como um todo.

Felipe Brizoela e Timóteo de Oliveira, caciques das aldeias *Pindoty* e *Itanhaem*, respectivamente, apesar de reconhecerem certas desvantagens, consideram que são mais numerosas as vantagens relativas à aquisição. Consideram como elemento absolutamente relevante a rapidez do processo de aquisição, pois são lideranças de comunidades com necessidades imediatas de terras.

Felipe afirma que a compra permite que os interesses dos Guarani sejam mais considerados, pois mesmo a participação indígena no GT de demarcação de áreas, não garante todos os requerimentos da comunidade. Adicionalmente, por ser um processo que se efetiva diretamente com o proprietário e o imóvel tem os limites definidos, não se apresentam problemas com os vizinhos. Além disso, nas áreas adquiridas podem ser desenvolvidos projetos com recursos provenientes de instituições regionais, nacionais ou internacionais interessadas em melhorar as condições de vida nas aldeias. No caso das comunidades que vivem em áreas sem uma situação legal definida, não podem ser beneficiadas com recursos para determinadas rubricas, como por exemplo, para infraestrutura.

No entanto, outras lideranças políticas do Estado vêem este processo como politicamente desfavorável. Hyral Moreira, cacique da aldeia Mbiguaçu e Leonardo Wera Tupã, liderança política da aldeia Morro dos Cavalos⁵⁵, consideram que a regularização via aquisição enfraquece a demarcação no Estado de Santa Catarina, uma vez que o governo estadual se mostra contrário a esse processo. Além disso, apesar de que uma das etapas do processo de aquisição é o parecer antropológico, para estas lideranças o fato de comprar uma área é uma forma indireta de aceitar que o Guarani

⁵⁵ Atualmente ambos desempenham a função de coordenação da Comissão Catarinense Guarani *Nhemonguetá*, organização que recentemente ganhou o Premio Culturas Indígenas 2008, do Ministério da Cultura, para que o trabalho da comissão tenham continuidade.

não possui direitos tradicionais sobre a terra, precisando pagar pela mesma. Ademais, segundo eles, este tipo de mecanismo permite a consecução de áreas relativamente pequenas, não tendo a possibilidade de grandes áreas contínuas mais acordes com sua cosmologia.

Diante destes argumentos, Timóteo de Oliveira considera que a aquisição de terras pode ser vista como uma estratégia adicional, onde as áreas compradas sirvam como pontos estratégicos para se estabelecer momentaneamente e a partir daí, continuarem trabalhando pela defesa de seus direitos territoriais:

[...] nós guarani não somos estrangeiros, somos daqui mesmo e não poderíamos comprar terra. Está certo que nós temos direito de ganhar a demarcação como terra tradicional, mas quase não têm mais, só parque [...] Além disso, para demarcar terra, para conseguir terra, leva muitos anos... e nós que vamos fazer? Se não tivesse comprado essa terra, aonde nós vamos? Então tem que ficar em um lugar, nesse pedacinho, agora pelo menos resolvemos para nós morarmos, daqui mais para frente podemos devagarinho, ou podemos chegar lá para o parque, olhar se quiser, morar lá, dá para fazer [...]

Para Leonardo Wera Tupã, os recursos provenientes das medidas mitigadoras deveriam ser investidos em obras de infra-estrutura e melhoramento de condições de vida nas aldeias e não para compra de imóveis, pois a regularização fundiária corresponde ao reconhecimento dos seus direitos fundiários e não a processos de indenização. “O dono não compra sua própria terra”, afirma.

Para este interlocutor, a situação pode ser comparada com um caso de atropelamento no qual, o afetado tem direito a que sejam cobertas as despesas médicas e a receber uma indenização pelos danos causados. Do mesmo modo, para Leonardo os Guarani têm direito a que com a demarcação seja restituída a terra da qual foram expulsos e que com os recursos provenientes de medidas de mitigação por obras de infra-estrutura, sejam compensadas as comunidade atingidas.

Estes duas reivindicações não devem ser confundidas e muito menos desconsiderar uma pelo cumprimento da outra, ou seja, a aquisição de terras não deve substituir a demarcação de terras tradicionalmente ocupadas.

Atualmente este tema de demarcação/aquisição é bastante controverso entre os Guarani, assim como entre as diferentes instituições governamentais e não governamentais que trabalham no Estado.

Por exemplo para Brighenti (2007), membro do CIMI, a aquisição parte de um princípio prévio perverso e ilegal, que não pode ser desconsiderado: a negação do território Guarani. Para o autor o não reconhecimento do direito sobre as terras que os Guarani ocupam marca a negação da existência do Território Guarani, passando a ser tratados como estrangeiros. Essa é uma situação cômoda para os governos que não têm vontade política de consolidar uma justa estrutura fundiária.

Considerando a complexidade desta discussão, cabe a esta dissertação apresentá-la, reconhecendo que é um tema que extrapola os objetivos previstos da pesquisa, mas ressaltando aqui a sua relevância.

5.3. OCUPAÇÃO TERRITORIAL: UM PADRÃO MUITO FLEXÍVEL

Nos estudos sobre os Guarani, um elemento que gera grande interesse é a forma como eles mantêm sua cultura diferenciada da sociedade majoritária, apesar da integração por vezes intensa e por um espaço de tempo prolongado.

Graças a essa plasticidade, os Guarani conseguiram sobreviver a processos antagônicos muito fortes como o etnocídio, a expulsão total dos seus territórios e a evangelização, além que conseguiram sobreviver apesar da diminuição dramática dos recursos biológicos, dos quais depende tão sensivelmente sua cultura. Ainda hoje essa

forma de adaptação se observa na forma como eles constroem alternativas para continuarem vivendo do modo Guarani.

No decorrer desta pesquisa foi possível observar que apesar da precária situação fundiária no Estado, os Guarani são persistentes em manter sua dinâmica territorial.

No entanto, esta flexibilidade não é absoluta, pois existem alguns elementos que são mudados sem maior resistência, enquanto outros elementos se mantêm fixos ou mudam minimamente.

Este comportamento pode ser comparado com estratégia de sobrevivência de uma palmeira que, graças a sua estrutura, pode sobreviver a tempestades. Esta palmeira (*pindo*, em língua guarani), possui tronco flexível que não quebra facilmente diante do vento e um sistema de raízes que lhe permite estar fortemente arraigada ao solo que a sustenta. Do mesmo modo considero que a cultura guarani se comporta, sendo plástica em questões que podem ser consideradas como periféricas e inamovível para outras consideradas essenciais.

Esta interpretação é compartilhada por Litaiff (2004, p. 28) quando afirma que a adaptação dos Guarani consiste em transformar “somente os aspectos de sua cultura por eles considerados como sendo menos importantes, mantendo, porém suas principais características (língua, religião, etc.), logicamente, com as devidas alterações impostas pela ação do tempo e do contexto”.

Este comportamento é aqui analisado a partir dos mesmos elementos concebidos no início do texto, Território, Mobilidade e Aldeia Guarani.

5.3.1. Território: Persistência.

Como foi visto no processo de eleição da área para o estabelecimento do *Tekoa Itanhaen*, os Guarani continuam perseverando na possibilidade de morar no espaço geográfico que historicamente habitam, guiados por sua cosmologia e que direciona a grupos familiares a procurar em locais particularmente a leste, como é mencionado por Litaiff, (2004),

A aldeia *Itanhaen* evidencia essa persistência de permanecer no território e de configurar essa rede junto às outras aldeias, conseguindo conciliar as possibilidades reais, dada a reduzida disponibilidade de recursos, com sua visão de mundo, que orienta todas suas práticas.

Além do anterior, a circulação observada na aldeia, conforme como assinalado por Darella (2004) como mundo em movimento se vê efetivado, reforçando a identidade e consolidando o território.

5.3.2. Mobilidade: adaptação

No que se refere a Mobilidade Guarani, o modelo tradicional tem sofrido profundas mudanças. Na figura 25 se apresentam os aspectos mais importantes deste sistema, de acordo com a literatura clássica. Cada conjunto de círculos concêntricos representa as áreas com todas as condições para o estabelecimento de um *Tekoa*. Estes locais, dispersos através de todo o Território Guarani, eram ocupados por um período determinado e logo desocupados, retornando a eles anos depois (flechas azuis e vermelhas). Também interagiam com os grupos familiares vizinhos, através de viagens de toda ou parte da comunidade para visitar parentes ou para trocar informações e sementes, assim como para participar em atividades especiais como safras e cerimônias, ou simplesmente para que os mais jovens encontrassem cônjuge (flechas verdes).

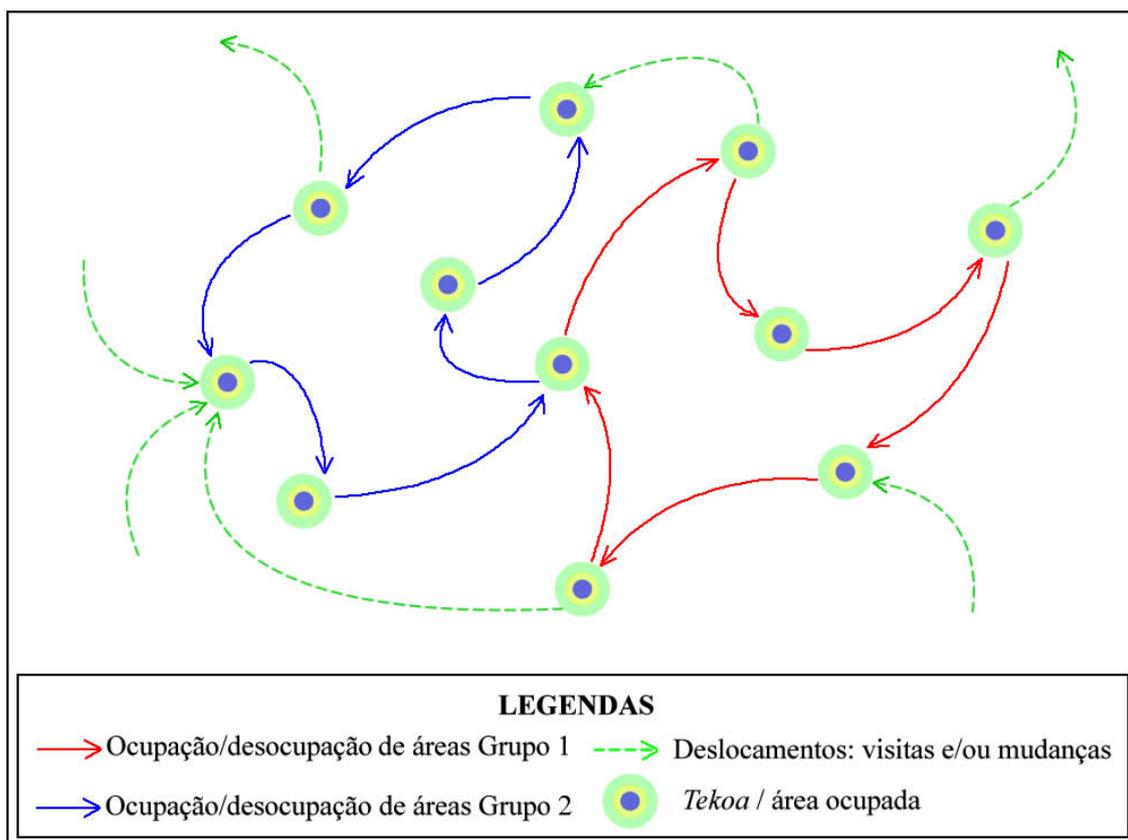


Figura 25. Forma de mobilidade tradicional para dois grupos familiares hipotéticos *Mbya-Guarani*.

Atualmente os Guarani reconhecem a impossibilidade de ocupar e manejar os recursos tal como se fazia antigamente e a necessidade de se adaptar às condições atuais sem deixar de viver da forma que culturalmente os identifica. Firmes no propósito de continuar com esta dinâmica de ocupação, atualmente grande parte dos Guarani continuam se deslocando, mas agora entre as áreas que estão sendo destinadas para usufruto exclusivo deles, através de processos de regularização que, como foi colocado anteriormente, foram aceitando como alternativas diante a possibilidade de ficar sem terra. Esta forma de adaptar sua dinâmica às condições atuais está representada na figura 26.

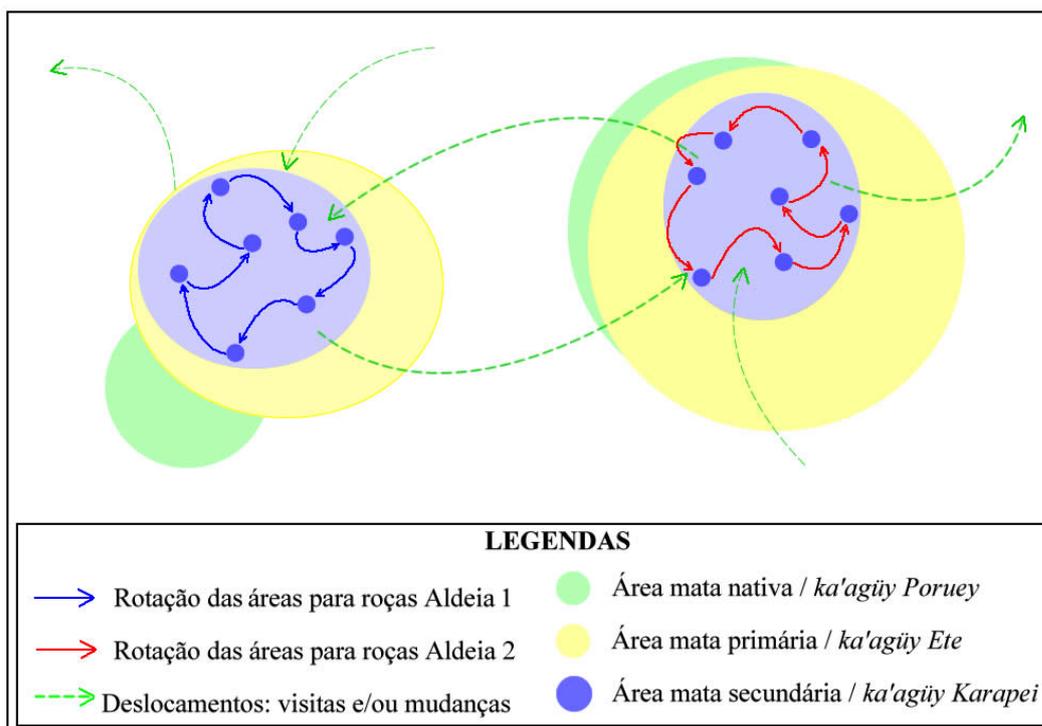


Figura 26. Forma de mobilidade atual para duas aldeias hipotéticas *Mbya-Guarani*.

Como é representado nesta figura, estas áreas regularizadas ou destinadas a serem regularizadas, possuem condições ambientais diversas, às vezes insuficientes para o estabelecimento de um *tekoa*. Neste novo cenário, as atividades de interação entre as aldeias procuram ser mantidas (flechas verdes), embora existam dificuldades para a concretização das viagens, que muitas vezes reduzem seus deslocamentos. Visitas a parentes, intercâmbio de sementes e de informações, assim como a participação em eventos especiais se realizam vigorosamente. No que tange à agricultura, a rotação das áreas de roça se faz dentro das aldeias, procurando manter zonas em produção e zonas em repouso para assim se aproximar ao modelo tradicional (flechas azuis e vermelhas).

5.3.3. *Tekoa*, ambiente de transformações.

As características descritas da aldeia *Itanhaen*, evidenciam que para os Guarani um *tekoa* é mais que um lugar, mais que um conjunto de casas ou que um conjunto de

recursos em um espaço determinado. *Tekoa* é um ambiente, ou seja, “é mais um produto de interessantes estados de consciência em um lugar, do que um lugar interessante” (D’Agostini, 2004). A existência de elementos fundamentais como a identidade ligada ao território, os arranjos específicos entre componentes para que emerjam as possibilidades de interação e de relacionamento que os Guarani procuram, assim como a apropriação e transformação do espaço com que cada morador expressa sua subjetividade, coloca a um *tekoa* como um produto das relações entre componentes. Desta maneira, com a formação de um *tekoa*, os Guarani procuram construir um ambiente que possibilite o modo de viver guarani, o *teko*.

É importante ressaltar que se *tekoa* é um ambiente que está ligado às subjetividades dos seus moradores, não existe um modelo único. Portanto, os elementos encontrados em *Itanhaen*, dão luzes sobre a dinâmica de adaptação dos Guarani, mas para uma comunidade em particular e em um espaço e tempo determinado.

Porém, existem algumas diretrizes que são comuns à maioria dos Guarani. Por exemplo, observou-se que no processo da eleição da aldeia, a presença de recursos naturais suficientes para constituir um *tekoa* foi mais relevante que um dado histórico ou arqueológico, pois para eles, a ocupação histórica em todo o Estado é um fato que não precisa ser comprovado cientificamente.

A procura de áreas contínuas, a presença de recursos florestais para o desenvolvimento das atividades tradicionais (coleta de frutas nativas e de espécies medicinais, de materiais para casas e para artesanato, manejo de caça e pesca), bem como o espaço adequado para organizar o uso de áreas de acordo com os usos e vivência de forma espaçada, foram os critérios mais relevantes na escolha da área pesquisada. Estes critérios não diferem dos elementos colocados por Freitas (2006), Ladeira e Matta (2004), Litaiff (2004), Felipim (2001), Litaiff e Darella (2000), Funes (1998) e

Noelli (1993). Porém, o modelo conceitual do *tekoa*, apresentado na figura 4, teve que mudar e se adaptar de acordo com as especificidades do local e dos moradores. Esta nova configuração é apresentada na figura 21.

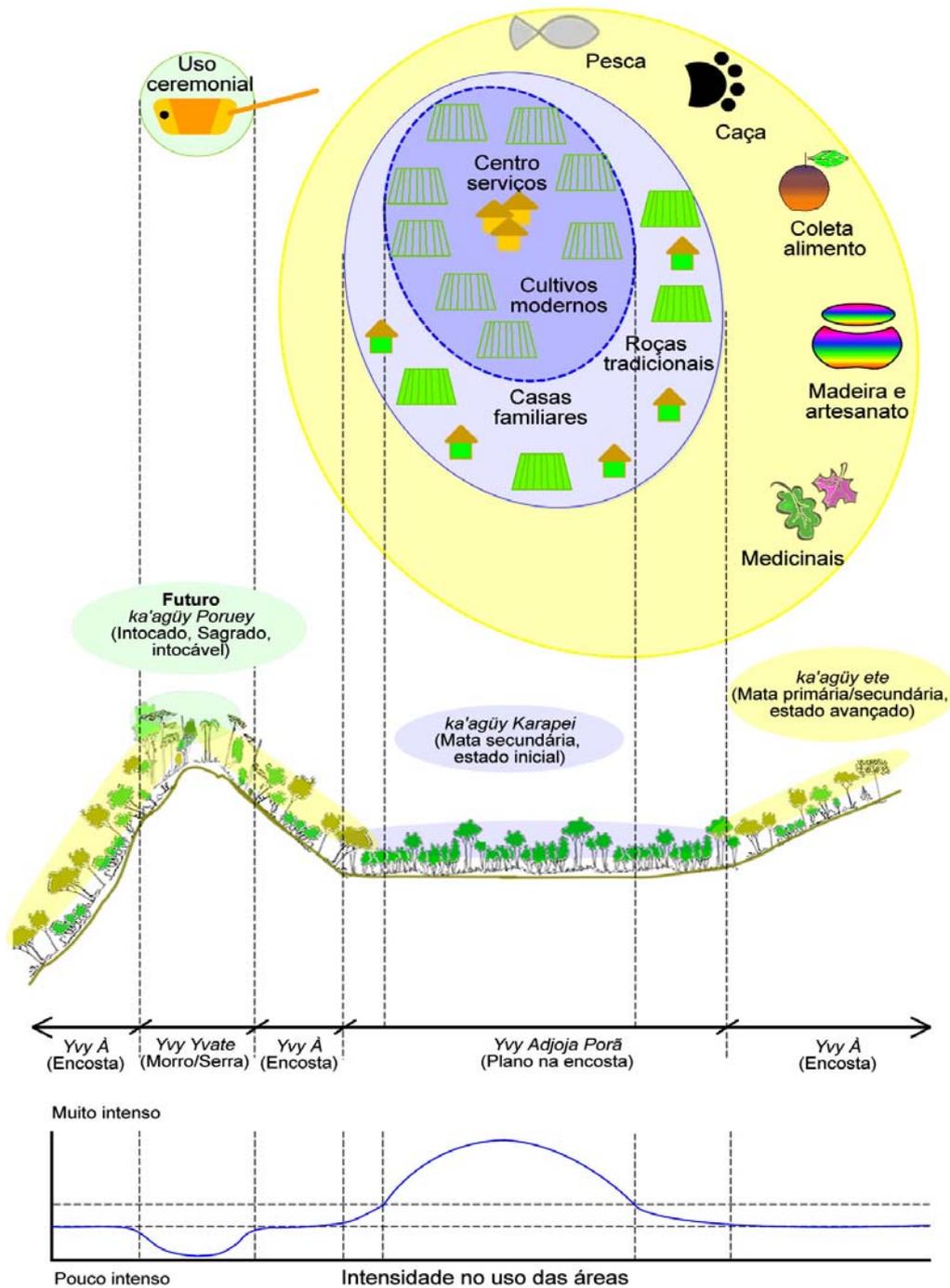


Figura 27. Construção conceitual do modelo de gestão dos recursos em *Tekoa Itanhaen*. Desenho do autor.

Uma dessas especificidades é a inexistência na área de mato intocável, denominado por eles como *Ka'agüy Poruey*, (cor verde) e que se destina para atividades cerimoniais. Esta condição faz com que a comunidade vise a área do Morro da Palha para tal fim, apesar de que não está dentro dos limites do imóvel. Para eles este local deve ser cuidado até que a mata se regenere, de maneira que a função religiosa e biológica de conter animais e espíritos se restitua e faça parte do *Tekoa*.

A organização concêntrica de casas, das plantações e da floresta encontrada na literatura (Litaiff, 2004; Funes, 1998 apud Darella, 2004 e Litaiff e Darella, 2000) foi corroborada em *Itanhaen*, evidenciando-se no centro uma espaço público ou *oka* que, como foi colocado por Litaiff (2004), é uma área para reuniões e comemorações, pois é a área onde está a casa de reza e está projetada como o local para a construção da escola, posto de saúde e casa da água. Além disso tem o campo de futebol e a casa destinada para os visitantes não índios e para venda de artesanato.

No que respeita à intensidade de uso dos recursos, o critério colocado por Freitas (2006) continua sendo o mesmo, ou seja, entre mais jovem seja a vegetação presente no local, maior intensidade de uso pode ter. Porém, o diferencial de uso na zona destinada para casas e roças (cores azul clara e escura) encontrado em *Itanhaen*, não tinha sido registrado antes pela literatura.

Além dos anteriores, existem outros elementos adicionais. Hoje em dia os Guarani possuem interesse ainda maior na existência de nascentes nas áreas, pois reconhecem que o recurso água tornasse cada vez mais escasso no âmbito, regional, nacional e internacional. Este tema tem especial interesse pelo cacique da aldeia, que manifestou desapontamento por encontrar a área com rios e nascentes sem cobertura vegetal que os protegesse. Conseqüentemente, a iniciativa de estabelecer mata ciliar nos

rios e nascentes, além de estabelecer banheiros e chuveiros dentro da área, vislumbram essa preocupação.

Outro critério considerado foi o relevo, pois os locais altos estão sendo preferidos por questões estéticas, assim como por fundamentos de ordem cataclísmico, considerando inseguros os locais em terras baixas e próximos a rios grandes, fenômenos que podem ser equiparáveis com as conseqüências do aquecimento global. Timóteo o colocava da seguinte forma:

[...] por que eu estou sabendo como vai acontecer mais para frente, por isso nós não queremos morar perto que tenha rio grande...que cada vez rio também vai crescer mais, aquele rio mesmo vai crescer [...],e a mar também, daqui mais para frente vai crescer, vai alcançar tudo devagarinho aonde que tem lugar mais plano. E o branco não está sabendo, acha que vai continuar mesmo, mas o mar vai crescer daqui mais para frente, [...] então por isso que nós escolhemos este lugar mais alto [...].

Um aspecto muito interessante é a persistência em seguir vivendo do modo guarani, pois pese a que a área adquirida era uma fazenda e possui elementos suficientes para que os moradores mudem sua forma de viver, eles não permitem que o espaço os transforme, são eles que transformam o espaço, o “guaranizam”. Distribuindo suas casas do jeito tradicional, plantando as sementes tradicionais, estabelecendo toda uma comunidade dentro da área e praticando sua religião, é como transformam o espaço.

No que tange à estrutura familiar, os laços de parentesco os de afinidade, estes continuam sendo decisivos nos processos de deslocamento, como o evidenciam as genealogias apresentadas no texto. Esta característica revela a consolidação da identidade cultural Guarani, assim como o seu Território, dois elementos para eles inseparáveis.

Esta consolidação também se evidencia através dos processos atuais de organização (comissões *Yvy Rupa* e *Nhemongueta*, mencionadas anteriormente) e de atividades com cada vez menos dependência externa. Exemplo dessa dinâmica e a

chegada das 55 pessoas do SP à *Itanhaen*, apesar da negativa por parte da FUNAI, observando-se autonomia e autodeterminação no cacique.

Outro elemento a considerar é que as especificidades de cada comunidade fazem com que cada aldeia tenha sua “personalidade”, ou seja, um caráter de acordo com seus moradores, seus recursos e suas lideranças. O mesmo Timóteo manifesta que logo depois dele ter deixado a chefia de *Tekoa Marangatu* estão se fazendo coisas que ele não permitiria. Desta maneira, tendo um conjunto de aldeias diferentes entre si, cada Guarani pode escolher local para morar de acordo com seus interesses particulares e durante o tempo que considere adequado, como o demonstram as saídas e chegadas de pessoas em *Itanhaen*. Por exemplo, Artur e André que participaram da escolha da área, não gostaram do local pela localização. Márcia e Daniel, casal jovem que se dedicam em grande medida à venda de artesanato, mudou para um local mais acorde com sua atividade de sustento, e Seu Albino e Vitória consideraram vir morar em *Itanhaen* por ser terra garantida e afastada do branco. Os dois jovens que chegaram à *Itanhaen* provenientes de Canelinha expressaram gosto por viver em um lugar mais sossegado, mas tranquilo e menos próximo da comunidade branca.

No caso das atividades agrícolas, os Guarani expressam disposição para tomar alguns elementos da agricultura convencional dos não índios tais como: uso de trator, plantios de banana, cítricos, palmeira real para palmito e eucalipto, assim como práticas ecológicas como adubação orgânica. Porém, ainda existe resistência em ingressar ao mercado de produção de alimentos, priorizando a reprodução de sementes e a alimentação da comunidade. Por enquanto querem obter alguns recursos financeiros que lhes permitam seguir vivendo em aldeias, como índios e não virar brancos, procurando não ter que transformar a roça tradicional de forma substancial.

Neste sentido, percebo que grande parte das comunidades Guarani do Estado estariam dispostas a adotar práticas de interesse como: Adubação verde e/ou orgânica, que melhore o processo de recuperação da fertilidade de áreas em pousio, cria de animais silvestres e domésticos para consumo, assim como o estabelecimento e manejo das culturas não-tradicionais mencionadas anteriormente. Igualmente seriam de interesse práticas para o manejo ecológico do solo, que melhorem a fertilidade e reduzam a erosão.

Como agrônomo, considero que esta é uma valiosa oportunidade para gerar espaços de diálogo de saberes sobre o uso e o manejo dos recursos, particularmente no que respeita ao Bioma Mata Atlântica, um dos ecossistemas mais ameaçados no planeta e também o ambiente natural dos Guarani, elemento que faz seu conhecimento ancestral relevante e pertinente.

Por outro lado, os aportes que podem trazer as Ciências Agrárias desde as perspectivas agroecológicas de produção para adaptar seus sistemas aos novos contextos e a experiência obtida na organização social, podem gerar alianças interessantes que redundem em benefícios mútuos.

Adicionalmente, sua visão de mundo diferenciada enriquece a discussão sobre a relação do homem e a natureza e o princípio guarani de “cuidar”, muito afim com novas perspectivas ambientais.

CONCLUSÃO DO TIMÓTEO

Isso é importante para nós, para nos continuar, por isso nós Guarani desde 1500 nós sofremos, nós passamos necessidade, sempre nós temos caminho, nunca esquece, nunca nós vamos jogar nossa sabedoria, nunca nós vamos fechar nosso caminho, sempre aberto para nós, mas é caminho estreito, não é caminho assim, caminho grandão, isso aí não é caminho bom, para nós é caminho estreitinho, é para nós, iluminando sempre o caminho estreito para nós... não é caminho bem grandão, nele já consegue coisa que não presta. Olha muito caminho grande, caminho bem largo, há gente que pega esse caminho, pega mal. O Caminho direito para nós... conhecemos, é o caminho estreito...

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABA, 2002. **Muita terra para pouco índio?** Vídeo. Associação Brasileira de Antropologia.
- ASSIS CARVALHO, E, 1981. **Ava -Guarani do Ocoi- Jacutinga.** CIMI/CPJ/ANAI –PR.
- ASSIS, V. GARLET I.J, 2004. Análise sobre as populações Guarani contemporâneas: Demografia, Espacialidade e Questões Fundiárias. **Revista de Índias.** Madri-Espanha. Vol. LXIV, numero 230. P.35-54.
- BALÉE, W, 1992. People of the Fallow: A Historical Ecology of Foraging in Lowland South America. In: REDFORD, K.H and PADOCH, C. (eds.). **Conservation of Neotropical Forests.** New York. Columbia U. Press, p.35-57.
- BERTHO, Ângela Maria de Boraes, 2005. **Os Índios Guarani da Serra do Tabuleiro e a Conservação da Natureza (Uma perspectiva etnoambiental).** Dissertação de doutorado do curso de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. 224p.
- BORGES, Luiz Carlos, 1998. **Fala instituinte do discurso mítico Guarani Mbya.** Tese de doutoramento em Lingüística. Campinas, UNICAMP. 373 p.
- BRIGHENTI C. A, 2004. A territorialidade guarani e a ação do Estado- estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Tellus/Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas – NEPII,** ano 4, n.6. Campo Grande, p.111-136.
- _____, 2007. Das terras reveladas para as terras negociadas: A compra de terras como negação do direito. **Revista Porantim. Conselho Indigenista Missionário (CIMI),** ano XXIX, n. 296, junho/julho. Brasília, p. 7.
- BROWN D, 1970. **Enterrem meu coração na curva do rio.** Tradução de Geraldo Galvão. Porto Alegre. L&PM POCKET. 400 p.
- CADOGAN, L, 1950. **La encarnación y la concepción; la muerte y la resurrección en la poesía sagrada “esotérica” de los Jeguaka-va Tenondé Porä-guë (Mbya-Guaraní) del Guairá,** Paraguay. Revista do Museu Paulista, São Paulo, vol. IV, p.231-46.
- _____, 1992. **Diccionario Mbya-Guarani–Castellano.** Asunción: CEADUC-CEPAG. 211 p.
- _____, 1997 [1959]. **Ayvu Rapyta. Textos míticos de los Mbya-Guarani del Guairá.** Asunción: CEADUC-CEPAG. 321 p.
- CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA (CTI), 1997. **Relatório de viagem a aldeias Guarani-Mbya da Argentina e do Paraguai “Jaguatá Porá”** São Paulo, abril.
- CEPAL&CELADE (Comisión Económica para América Latina y el Caribe / Centro Latinoamericano de Demografia), 2005 **Pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina y el Caribe: información sociodemográfica para políticas y programas.** 596 p.
- CHAMORRO, G, 1999. Os Guarani: sua trajetória e seu modo de ser. **Cadernos do COMIN,** São Leopoldo, n.8, p.1-30.
- CLASTRES, H, 1973. Eléments de démographie amérindienne. In: **L’Homme** n. 13, p. 23-36.
- _____. 1978. **Terra sem mal. O profetismo tupi-guarani,** São Paulo, Brasilense. 123 p.

_____, 1990 [1974]. **A fala sagrada: mitos e cantos sagrados dos índios Guarani**. Campinas: Papyrus. 144 p.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, (CIMI), 2007. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br>>. Acesso em: 30 de novembro de 2007

_____, 2006. **A Violência Contra Os Povos Indígenas No Brasil Relatório 2003-2005**. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/1149024839_1.pdf>. Acesso em: 30 de novembro de 2007.

_____, 2001. **Seminário sobre territorialidade guarani, A questão da ocupação tradicional, praia de morro das pedras – Florianópolis/SC 10 e 11 de setembro**. Relatório Final.

D'AGOSTINI, L. R. e CUNHA, A. P, 2007. **Ambiente**. Editora Garamond Ltda. Rio de Janeiro. 188p.

_____, 2004. **A çal do saber sem sabor**. Florianópolis: Editora do Autor. 96 p

DARELLA, M.D.P, 1999. **Árvores cósmicas/sagradas: o pindo e ygary na cosmovisão dos índios Guarani**. São Paulo: Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica. Trabalho apresentado na disciplina: Mircea Eliade e o Estudo do Sagrado. 35p

_____, 2001. **Parecer Antropológico Relativo às Comunidades Guarani da Região litoral Norte de Santa Catarina** e o Projeto de Construção da Linha de Transmissão de Energia Elétrica da subestação de Joinville a São Francisco do Sul (230 kV). Documento elaborado pela Socioambiental Consultores Associados Ltda, para a ELETROSUL. 24p.

_____, 2004. **“Ore roipota yvy porã. Nós queremos terra boa”**. **Territorialização Guarani no litoral de Santa Catarina - Brasil**. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. PUC-SP. 414p

_____, 2007. Articulação política dos índios Guarani e projetos de desenvolvimento no litoral de Santa Catarina. In: **VII Reunião de Antropologia do Mercosul, 2007**, Porto Alegre. VII RAM - Desafios Antropológicos.

_____ et al, 2004. Laudo Antropológico e Agrônômico *Tekoa vy'a Porá*, Terra indígena Morro dos Cavalos – **Santa Catarina**. 26p

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTADISTICA (DANE), 2005. Disponível em: <<http://www.dane.gov.co>>. Acesso em: janeiro de 2008.

DOOLEY, Robert A, 2006-. **Léxico Guarani, dialeto Mbya com informações úteis para o ensino médio, a aprendizagem e a pesquisa lingüística**. Cuiabá, MT: Sociedade Internacional de Lingüística. 143, 206 p. Introdução e Léxico disponível em:
<<http://www.sil.org/americas/brasil/PUBLICNS/DICTGRAM/GNDicInt.pdf>>
<<http://www.sil.org/americas/brasil/PUBLICNS/DICTGRAM/GNDicLex.pdf>>

EDWARD, J, 2007. *Made in Paraguai*, A FUNAI tenta demarcar área de Santa Catarina para índios paraguaios, enquanto os do Brasil morrem de fome. **Revista Veja**, São Paulo, n. v, p. 56-58, 14 de março de 2007.

FELIPIIM, A.P, 2001. **O Sistema Agrícola Guarani Mbya e seus cultivares de milho: um estudo de caso na aldeia Guarani da Ilha do Cardoso, município de Cananéia, SP.** Dissertação para obtenção do título de mestre em Ciências; Área de concentração: ciências florestais. Piracicaba: ESALQ. 120p.

_____, 2001a. **Caracterização ambiental da Terra Indígena Guarani de Ribeirão Silveira.** São Paulo. 53 p.

_____, 2004a. **Os Guarani Mbya: Considerações sobre suas práticas agrícolas e manejo do ambiente.** Centro de Trabalho Indigenista. 15p

_____, 2004b. **Relatório Ambiental Da Terra indígena Guarani Tarumã – Santa Catarina.** 69p

FOGEL, R, 1998. **Mbya Recové. La resistencia de un pueblo indómito.** Asunción: CERI e Pilar: Universidad Nacional de Pilar, 1998. 415p

FREITAS, A, 2006. **Estudos Complementares ao EIA/RIMA referentes ao Componente Indígena voltado ao processo de Licenciamento Ambiental do Sistema de Reforço Eletroenergético à Ilha de Santa Catarina e Litoral Catarinense,** Proponente: ELETROSUL-Centrais Eletricas S. A.

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA, 2002. **Atlas ambiental da região de Joinville: complexo hídrico da Bahia da Babitonga/** Fundação Do Meio Ambiente De Santa Catarina. Florianópolis FATMA/GTZ, 144p.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDO (FUNAI), 2007. www.funai.gov.br. Ultimo acesso, novembro de 2007.

_____, 2007a. **Reunião de Planejamento dos Estudos Para Identificação E Delimitação das Terras Indígenas nas Regiões Sul e Sudeste Do País -O Contexto Guarani E Tupi-Guarani.** CGID/DAF/FUNAI/Brasília 19 a 21 de setembro de 2007

FUNES, Alejandra, 1998. **Primeras aproximaciones al uso del espacio en la aldea guaraní prehispánica.** Suplemento Antropológico, Asunción, Vol. XXXIII (1-2):115-154, dic.

GARLET, I. J, 1997. **Mobilidade Mbya: história e significação.** Dissertação de mestrado em História Ibero-americana da PUC-RS. Porto Alegre.

GODELIER, M, 1978. **Economia, fetichismo y religión en las sociedades primitivas.** Madrid: Siglo XXI Editores.

HEMMING, 1978. **Red Gold: The conquest of the Brazilian indians.** Londres. Macmillan London Ltd.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 de novembro de 2007

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E CENSOS DA ARGENTINA (INDEC), 2007. Disponível em: <<http://www.indec.mecon.ar/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA (INEI), 2007 Disponível em: <<http://www.inei.gov.pe>> Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

INSTITUTO SÓCIO-AMBIENTAL (ISA), 2007. <http://www.socioambiental.org.br/> Último acesso em novembro de 2007.

LADEIRA, M. I, 1992. “**O caminhar sob a luz**” - O território *Mbya* à beira do oceano. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. São Paulo, PUC-SP, 200p.

_____, 1994. **Os índios guarani / Mbya e o complexo lagunar estuarino de Iguape-Paranaguá**, CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA, 1994.

_____, 2001. **Espaço geográfico guarani-Mbya: significação, constituição e uso**. Tese de Doutorado em Geografia Humana. São Paulo, USP. 236p.

_____, 2002. **Terra Indígena Morro dos Cavalos “Tekoa Yma”**. Relatório de Identificação e Delimitação. São Paulo. 80 p.

_____, 2003. Editorial: Terras indígenas e unidades de conservação na Mata Atlântica – áreas protegidas? **Revista eletrônica Marandú**/Centro de Trabalho Indigenista, ano 1, n. 2. Disponível em: <<http://www.trabalhoindigenista.org.br/marandu/editorial.pdf>>. Acesso março de 2008.

LADEIRA, M.I.; MATTA, P, 2004. **Terras Guarani no Litoral: as matas que foram reveladas por nossos antigos avós = Ka’agüy oreramói kuéry ojou rive vaekue y**. São Paulo: CTI – Centro de Trabalho Indigenista. 116p. versão eletrônica na internet: www.trabalhoindigenista.org.br/livro_guarani/htm/113.htm]

LA SALVIA, F. & BROCHADO, J, 1989. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura.

LITAIFF, A, 1999. **Les fils du soleil: mythes et pratiques des indiens mbya-guarani du littoral du Brésil**. Tese de doutorado em Antropologia Cultural. Montréal/Canadá, Université de Montréal.

_____, 2004. Os filhos do sol: mitos e práticas dos índios *Mbya-Guarani* do litoral brasileiro. **Revista Tellus**/Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas – NEPPI, ano 4, n.6. Campo Grande, p. 15- 30.

LITAIFF, A.; DARELLA, M.D.P, 2000. Os índios Guarani *Mbya* e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. In: **XXII Reunião Brasileira de Antropologia**, 22, Brasília. Anais ABA, 2000. 61p.

LUGON, C, 1968. **A República Comunista Cristão dos Guaranis:1610-1768**. Trad. Portuguesa. 3 ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro.

MAY, T, 2004. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre. Artmed. 288p.

MEDEIROS, Jean Carlos de Andrade, 2006. **Restabelecendo um Tekoá pelos índios Guarani Mbya. Um estudo de caso da aldeia Yakã Porã – Garuva/SC**. Dissertação de mestrado do Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

MELIÀ, B, 1991. **El Guarani: Experiencia religiosa**. Asunción, Ceaduc- CEPAG.

_____,1997 [1986]. **El Guaraní conquistado y reducido**. Asunción: CEADUC – CEPAG.

_____, 2001. **intervenção dada no Seminário sobre Territorialidade Guarani. A questão da ocupação tradicional.** In: SEMINÁRIO sobre territorialidade Guarani. A questão da ocupação tradicional. Org. CIMI-Sul, MU/UFSC, CAPI. Florianópolis/SC, setembro de 2001. Relatório Final. 92 p. (Transcrição corrigida pelo palestrante).

MENESES, U. B de, 1991-1992. **A construção original do território americano.** Revista USP, São Paulo (12):8-15, dez./jan./fev.

MINISTÉRIO DE TURISMO DO EQUADOR, 2007, 2007 Disponível em: <<http://www.vivecuador.com/html2/esp/geografia.htm>> Acesso em: 20 de novembro de 2007.

MONTEIRO, J.M, 1992. **Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI-XVII.** In: CUNHA, M.C. da (Org.) História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, p.475-498.

_____, 1995. **O desafio da história indígena no Brasil.** In: SILVA, A.L. da e GRUPIONI, L.D.B. (Org.) A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º. e 2º. graus. Brasília, MEC MARI UNESCO, p 221-228.

MONTOYA, Antonio Ruiz de. 1876 [1639]. **Tesoro de la lengua Gvarani.** Leipzig: B.G.Teubner.

NIÑO, J. A, 1999. **La alegría de querer.** Colombia, Panamericana Editorial, (5ª. Ed.), 70pp

NOELLI, F. S, 1993 **Sem Tekoá não há Tekó.** Em Busca do Modelo Etnoarqueológico da Aldeia e da Subsistência Guarani e sua Aplicação a uma Área de Domínio no Delta do Rio Jacuí-RS. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em História Ibero-americana, Pontifícia Universidade Católica-RS.

_____, 1994 El Guarani agricultor. **ACCIÓN – Revista Paraguaya de reflexión y diálogo** v. 144, p. 17-20.

_____, 1996. **As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi.** Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v.39 n°2, p. 7-53.

_____, 2000. **A ocupação humana na região sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000.** Revista USP, São Paulo, USP, n°. 44, p. 218-269.

_____, 2004. La distribución geográfica de las evidencias arqueológicas Guarani. **Revista de Índias.** Madrid-Espanha. Vol. LXIV, numero 230. P.17-34.

OLIVEIRA FILHO, J. P. ; RICARDO, C. A, 1987 Apresentação de Terras Indígenas no Brasil. In: RICARDO, C.A. & , J. (Org.). **Terras Indígenas no Brasil.** São Paulo: CEDI, 1987, v. , p. 1-5

PECQUEUR, Bernard, 1987. **De l'espace fonctionnel à l'espace-territoire: essai sur le développement local,** 1987, 475f . Tese de doutorado. Université des Sciences Sociales, Grenoble.

38

_____, (Ed.) 1996. **Dynamiques territoriales et mutations économiques.** Paris: L'Harmattan. 246 p

_____, 2004 **Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud.** Grenoble: Institut de Géographie Alpine, 15 p.

PINHEIRO, F. GREENHALGH, L, 2007. Entrevista com Eduardo Viveiros de Castro intitulada 'Não podemos infligir uma segunda derrota a eles'. **Suplemento Aliás, Jornal O Estado de São Paulo**. Domingo, 20 de abril de 2008. Disponível em: http://www.estadao.com.br/suplementos/not_sup159735,0.htm

PINSKY, Jaime. **História da América Através de Textos**. 4 ed., São Paulo: Contexto, 1994, p. 24)

PROCURADORIA DA REPUBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA (PR/SC) http://www.prsc.mpf.gov.br/estrutura/areas/utc/terras_indigenas_sc.pdf

QUEZADA, Sergio Eduardo Carrera, 2006. **A terra de Nhanderu: organização sociopolítica e processos de ocupação territorial dos Mbyá-Guarani em Santa Catarina, Brasil**. Dissertação de mestrado do Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

RAMOS, A, 1996. “Por falar em paraíso terrestre”. In: **Travessia; revista do migrante**. CEM, ano IX, nº 24, São Paulo, Janeiro-Abril.

REIS, M. J. **Memória, territorialidade e migração compulsória: a reação dos agricultores à instalação da hidrelétrica Itá**. In: María José Reis; Juan Carlos Radovich; Alejandro Balazote. (Org.). *Disputas territoriales y conflictos interétnicos en Brasil y Argentina..* 1 ed. Córdoba: Ferreyra Editor, 2005, v. 1, p. 15-34.

RESENDE, P.C. Spyer, 2000 **Terra indígena Tekoa Tarumã**, (Araquari, SC) Relatório ambiental p. 26

RIBEIRO, D, 1995. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, p. 127, 128.

RICHARDSON, R.J, 1999. **Pesquisa Social: Métodos e técnicas**. Atlas. São Paulo. 334p.

SAGUIER, R, 1980. **Literatura Guarani del Paraguay**. Caracas, Ayacucho.

SANTOS S. C, 1995. **Os direitos indígenas no Brasil**. In: Aracy Lopes da Silva; Luís Dionisete Benzi Grupioni. (Org.) *A Temática Indígena na Escola*. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, p. 87- 105.

SCHADEN, Egon, 1962. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani, São Paulo, Difusão Européia do livro**.

SEEGER, Anthony & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo, 1979. **Terras e territórios indígenas no Brasil. Encontros com a Civilização Brasileira**. Vol. 12. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.101-109.

SOUZA, J. O. C. de, 1987. **Uma introdução ao sistema técnico-econômico guaraní**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 546 p.

_____, 1990. Uma análise do discurso missionário: o caso da indolência e imprevidência dos Guarani. **Veritas**, Porto Alegre, ano 35, n. 140, p. 706-726.

_____, 2002. **O sistema econômico nas sociedades indígenas Guarani pré-coloniais.** Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 8, no. 18, p. 211-253.

STEWART, J, 1949. "The Native population of South America" in: **Hand-book of South American Indians**". Vol 5. Washington. Smithsonian institute.

VIETTA, Katya, 1992. **Mbya: Guarani de verdade.** Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Porto Alegre, UFRGS, 198 p.

ANEXO 1.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Venho por meio deste autorizar o estudante Juan Carlos Aguirre Neira, CPF: 011.499.559-46, mestrando em Agroecossistemas – CCA-UFSC, a desenvolver seu trabalho sob o título: INTERPRETAÇÃO GUARANI DA FLORESTA ATLÂNTICA COMO INSTRUMENTO PARA IDENTIFICAR LOCAIS DE OCUPAÇÃO E USO NO LITORAL NORTE CATARINENSE, orientado pelo Professor Dr. Alfredo Celso Fantini, Docente da Universidade Federal de Santa Catarina e pela pesquisadora Dra. Maria Dorothea Post Darella, do Laboratório de Etnologia Indígena da mesma Universidade.

Entendo, portanto, que o projeto foi apresentado à comunidade e constitui-se de grande importância para a mesma, devido à relevância da questão da regularização de terras para os Guarani no Estado de Santa Catarina.

O trabalho de campo da dissertação consistirá em visitar os locais de moradia atual dos indígenas para desenvolver as seguintes atividades:

1. Entrevistar lideranças;
2. Percorrer com a comunidade várias áreas para caracterizá-las.

O propósito é debater e aprofundar diferenças de interpretação que têm os não-índios com respeito aos interesses dos Guarani nos processos de identificação de locais de uso e ocupação.

Espera-se que este trabalho contribua para que o não-índio possa entender melhor que é aquilo que realmente o Guarani quer e precisa nas áreas a serem regularizadas.

O estudante: a) garante que os indígenas participantes terão suas dúvidas esclarecidas antes e durante a pesquisa; b) aclara que em qualquer momento os indígenas poderão recusar ou retirar o consentimento sem penalização; c) garante o sigilo da informação subministrada e a privacidade da identidade dos participantes; d) fica responsável em creditar os devidos direitos quanto às informações coletadas, direitos esses inalienáveis, reconhecidos e garantidos, incluindo a identidade cultural e lingüística e e) retorna sua dissertação às comunidades pesquisadas. Para tanto, subscrevo.

Estudante

_____ - SC __ / __ / __

ANEXO 2



O ESTADO DE S.PAULO JORNAL DA TARDE AGÊNCIA ESTADO ELDORADO AM ELDORADO FM



11 de Junho de 2008 | Atualizado às 12:17h

TEMPO	São Paulo		MERCADO	US\$ Comercial:	R\$ 1,850	+0,18%
	22°C	Umidade:		US\$ Paralelo:	R\$ 1,860	+0,54%
	12°C	49%		Ibovespa:	67150,3	-0,92%
	Outras Cidades >>			Hora: 11:45 Fonte: AE delay: 30'		

domingo, 20 de abril de 2008, 00:00 | [Versão Impressa](#)

2 comentário(s)

Avalie esta Notícia

17 votos

'Não podemos infligir uma segunda derrota a eles'

Para Viveiros de Castro, professor do Museu Nacional da UFRJ, os conflitos na reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, são a prova do insuperável estranhamento que ainda temos em relação aos índios

Flávio Pinheiro e Laura Greenhalgh, de O Estado de S.Paulo

Tamanho do texto? [A](#) [A](#) [A](#) [A](#)



Fábio Motta/AE
Viveiros de Castro afirma que os indígenas não podem ser vistos como ameaça à soberania nacional

SÃO PAULO - Eduardo Viveiros de Castro, professor do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é considerado "o" antropólogo da atualidade. Dele diz Claude Lévi-Strauss, seu colega e mentor, seguramente um dos maiores pensadores do século 20: "Viveiros de Castro é o fundador de uma nova escola na antropologia. Com ele me sinto em completa harmonia intelectual". Quem há de questionar o mestre francês que, nos anos 50, sacudiu os pilares das ciências sociais com a publicação de *Tristes Trópicos*, relato de experiências com os índios brasileiros nos anos 30?

Pois muitos questionam Viveiros de Castro. E muitos o criticarão por esta entrevista ao caderno *Aliás*. Numa semana em que os conflitos entre índios e rizicultores (informalmente tratados de "arrozeiros"), lá na distante reserva Raposa Serra do Sol (Roraima), ganharam estridência e manchetes de jornais, o professor sai em defesa dos macuxis, wapixanas e outros grupos indígenas que habitam uma faixa de terra contínua de 1,7 milhão de hectares, palco de discórdias que sintetizam 500 anos de Brasil. A estridência ficou por conta de uma

palestra do general Augusto Heleno, comandante militar da Amazônia, feita no Clube Militar do Rio de Janeiro. O general foi contundente: disse que a política indigenista é lamentável e caótica, ganhando imediata adesão de seus pares. Augusto Heleno, que chefiou a missão brasileira no Haiti, também bateu pesado ao reagir contra a decisão da Justiça que determina a saída dos não-índios da reserva: "Como um brasileiro está impedido de entrar numa terra porque ela é indígena? Isso não entra na minha cabeça."

Também não entra na cabeça de Viveiros de Castro que os indígenas possam ser vistos como ameaça à

soberania nacional. Ao contrário, entende que eles contribuem com a soberania. Atribui tanta polêmica ao alto grau de desinformação em torno das reservas existentes no País e, em particular, da Raposa Serra do Sol. "As terras não são dos índios, mas da União. Eles têm o usufruto, o que é bem diferente. Já os arroteiros querem a propriedade." O entrevistado contesta números, analisa o modelo de colonização da Amazônia e tenta desfazer discursos que, na sua opinião, são alarmistas. Mas é condescendente com o general: "Ele está sendo usado neste conflito. É claro que o Exército tem de atuar lá, defendendo nossas fronteiras. Mas o que está em jogo são os interesses em torno de uma questão fundiária".

Ex-professor da École de Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris, da Universidade de Chicago e da Universidade de Cambridge, Viveiros de Castro é autor de vários livros, entre eles, Arawete, os Deuses Canibais (Zahar), que resulta de pesquisa de campo com índios do Pará, e A Inconstância da Alma Selvagem (Cosac & Naify), uma coletânea de ensaios que revela sua principal contribuição para a antropologia. Trata-se do "perspectivismo amazônico", a proposição teórica que guia todas as suas formulações.

Existe risco para a soberania nacional na reserva Raposa Serra do Sol, como crê o general?

Existe, sim, uma questão de soberania do governo ao ser contestado publicamente por um membro das Forças Armadas. O general polemiza com uma decisão que, como todo mundo diz, não se discute, apenas se executa. A argumentação de que a reserva indígena represente um problema de soberania está mal colocada.

Por quê?

Há outras reservas em terras contínuas, em fronteiras. É o caso da Cabeça de Cachorro, no município de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas. E o Exército está lá, como deveria estar. A área indígena não teria como impedir a presença dos militares. O que a área indígena não permite é a exploração das terras por produtores não-índios. Dizer que o Exército não pode atuar é um sofisma alimentado por políticos e fazendeiros que agem de comum acordo, numa coalizão de interesses típica da região. Roraima é um Estado que não se mantém sozinho, ou melhor, que depende do repasse de recursos federais. Um lugar onde 90% dos políticos nem sequer são nativos. Onde o maior arroteiro, que está à frente do movimento contra a reserva, arvora-se em defensor da região, mas veio de fora. É um gaúcho que desembarcou por lá em 1978, e não há nada de mal nisso, mas combate os índios que justamente servem de "muralha dos sertões", desde os tempos da colônia. Os índios foram decisivos para que o Brasil ganhasse essa área, numa disputa que houve no passado com a Guiana, portanto, com a Inglaterra. Dizer que viraram ameaça significa, no mínimo, cometer uma injustiça histórica. Até o mito do Macunaíma, que foi recolhido por um alemão, Koch-Grünberg, e transformado por um paulista, Mário de Andrade, foi contado por índios daquela área, os macuxis, os wapixanas. Eles são co-autores da ideologia nacional.

As manifestações do general remetem ao discurso dos militares nos anos 70, que dava ênfase à idéia de tirar os índios da tutela do Estado?

Não sei. O general diz: "Sou totalmente a favor dos índios". Imagine então o contrário, um índio indo para a televisão dizer que é totalmente a favor dos generais. Esquisito, não? Vamos pensar: o general não quer matar os índios. Quer que virem brancos? E quem é branco no Brasil? Na Amazônia todo mundo é índio. Inclusive boa parte das Forças Armadas na região é composta por gente que fala o português, mas se identifica como índio.

Esse conflito na Raposa tem por volta de 30 anos. Em 2005, quando o presidente Lula homologou as terras, selou-se o compromisso de retirar, no prazo de um ano, os produtores rurais que estavam dentro da área reservada. Parecia que todo mundo ficara de acordo. Por que a situação se deteriorou?

Há o jogo político. Disseminam-se inverdades, como a de que a área da reserva ocupa 46% de Roraima, quando apenas ocupa 7%. As terras indígenas de Roraima, somadas, dão algo como 43% do Estado. Mas a Raposa tem 7%.

Ou, 1,7 milhão de hectares.

O que não é um absurdo. As terras de índios são 43% ao todo, porém, até 30, 40 anos atrás, eram 100%. E o que acontece hoje com os 57% que não são terras de índios? São ocupados por uma população muito pequena, algo em torno de 1 milhão de pessoas. O que é isso? É latifúndio. Sabe quantos são os arroteiros que exploram terras da reserva? Seis. Não há dúvida de que o que se quer são poucos brancos, com muita terra. Outra inverdade: as terras da reserva são dos índios. Não são. Eles não têm a propriedade, mas o usufruto. Porque as terras são da União. E a União tem o dever constitucional de zelar por elas. Já os arroteiros querem a propriedade. As notícias que temos são as de que, desde a homologação, produtores rurais que estão fora da lei já atacaram quatro comunidades indígenas, incendiaram 34 casas,

arrebentaram postos de saúde, espancaram e balearam índios. Paulo César Quartiero, o arroteiro-mor, foi preso na semana passada por desacato à autoridade. Já está solto, mas, enfim, esse é o clima de hostilidade que reina por lá. Sinceramente, acho que o general Heleno está sendo usado por esses tubarões do agronegócio, que o envolvem numa questão de soberania totalmente artificial. O general cai nessa e vem com uma tese de balcanização, que não faz o menor sentido. Ele disse à imprensa: "O risco de áreas virem a se separar do território brasileiro, a pedido de índios e organizações estrangeiras, pode ser a mesma situação que ocorreu em Kosovo". Muito bem, o general raciocina como se nós fôssemos os sérvios? Por acaso seria o Brasil a Sérvia e os índios, minorias que precisam ser eliminadas? Não estou entendendo.

O que se questiona na Raposa é a criação de uma reserva enorme, em área contínua.

A declaração do ministro Gilmar Mendes a esse respeito é espantosa. Ele defende a demarcação de ilhas, e não de terras extensas. Em primeiro lugar, não sabia que ministro do Supremo é demarcador de terras. Demarcar é ato administrativo, cabe ao governo, não ao Judiciário. Em segundo lugar, as terras indígenas já são um arquipélago no Brasil. Acho curiosa essa expressão: demarcar em ilhas. Significa ilhar, isolar, separar. Demarcar de modo que um mesmo povo fique separado de si mesmo.

Existe o risco de reivindicação de autonomia por parte dos índios?

A terra ianomâmi está demarcada desde o governo Collor e nunca houve isso. Alguém imagina que os ianomâmis queiram reivindicar um Estado independente, justamente um povo que vive numa sociedade sem Estado? Chega a ser engraçado.

E se eles foram manipulados por interesses estrangeiros?

Empresas e cidadãos estrangeiros já são proprietários de partes consideráveis do Brasil. Detêm extensões enormes de terra e parece não haver inquietação em relação a isso. Agora, quando os índios estão em terras da União, que lhes são dadas em usufruto, daí fala-se do risco de interesses estrangeiros. A Amazônia já está internacionalizada há muito tempo, não pelos índios, mas por grandes produtores de soja ligados a grupos estrangeiros ou pelas madeireiras da Malásia. O que não falta por lá é capital estrangeiro. Por que então os índios incomodam? Porque suas terras, homologadas e reservadas, saem do mercado fundiário.

É uma questão fundiária?

É. Essa história de soberania nacional serve para produzir pânico em gente que vive longe de lá. É claro que o Exército tem de cumprir sua missão constitucional, que não é a de ficar criticando o Executivo, é proteger fronteiras, fincar postos de vigilância, levar seus batalhões, criar protocolos de convivência com as populações locais. Mas o que prevalece é o conflito fundiário e a cobiça pelas terras. Veja o que aconteceu no Estado do Mato Grosso. O que fez esse governador (Blairo Maggi), considerado um dos maiores desmatadores do mundo? Derrubou florestas para plantar soja, com o consentimento do presidente da República, diga-se de passagem. Hoje o Estado do Mato Grosso deveria se chamar Mato Fino. Virou um mar amarelo. O único ponto verde que se vê ao sobrevoá-lo é o Parque Nacional do Xingu, reserva indígena. O resto é deserto vegetal. Uma vez por ano, o deserto verdeja, hora de colher soja. Depois, dá-lhe desfolhante, agrotóxico... E a soja devasta a natureza duplamente. Cada quilo produzido consome 15 litros de água. Em Roraima não se deve bater de frente com o Planalto. Representa esse Estado o senador Romero Jucá, que é pernambucano e hoje atua como líder do governo. Jucá tem interesses claros e bem definidos. É dele o projeto que regulamenta a mineração em terras indígenas. Regulamenta, não. Libera.

Ele foi presidente da Funai.

Num momento particularmente infeliz da política indigenista brasileira. Olha, não há nada de errado em ser gaúcho ou pernambucano e fazer a vida em Roraima. Mas não precisa isolar as comunidades e solapar seus direitos. Outra aspecto precisa ser lembrado: até que saísse a homologação da Raposa, o que demorou anos e anos, muito foi tirado de lá. A sede do município de Uiramutã, com 90% de índios entre seus moradores, foi transferida para fora da área. Estradas federais cortam a reserva, bem como linhas de transmissão elétrica. A rigor, já não é uma terra tão contínua.

O general diz que a política indigenista no Brasil é lamentável e caótica. Concorde com ele?

Partindo dele, a declaração não chega a ser um furo de reportagem. Creio que essa política anda melhor hoje. Em alguns aspectos tem problemas, sim, como nos programas de saúde para populações indígenas, desastrosos desde que passaram para a coordenação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Tem havido desmandos e irregularidades em toda parte. Mas do ponto de vista de relacionamento dos indígenas com os poderes da República, as coisas não estão tão mal assim.

Os índios são instrumentalizados no Brasil?

Que poderes os instrumentalizariam? A Igreja? Hoje não podemos falar só em Igreja, no singular, mas em igrejas. Porque lá estão os católicos e os evangélicos. Sei que a Igreja Católica não tem tido uma relação muito boa com o Exército e com os políticos na região da Raposa, mas isso é superável. Falta, a meu ver, um esforço da própria Igreja para melhorar a visão do problema e ganhar mais senso político. E as ONGs? Instrumentalizam? Hoje quase todo deputado no Congresso tem ONG própria. Então as relações não-governamentais ganharam uma capa sombria, mas o fato é que existe organização de todo tipo, assim como existe cidadão de todo tipo. Há bandidagem na Amazônia? Claro que há. Índio é santo? Claro que não. Mas será que aqueles carros de luxo contrabandeados pelo filho do governador de Rondônia entram pelas áreas indígenas? Tenho minhas dúvidas. Por que o Exército não impede esse contrabando, que também é uma afronta à soberania? Historicamente, seguimos o modelo de colonização segundo o qual é preciso bandido para povoar e defender certas faixas. Fronteira é feita por toda a sorte de gente. E o Estado parece ter um discurso ambíguo: protesta porque tem gente fora da lei na fronteira, mas, ao mesmo tempo, precisa dos fora-da-lei para fazer o que não é possível legalmente.

O índio é imune à bandidagem?

O índio tem a mesma galeria de problemas de qualquer ser humano. E tem, de fato, uma situação especial no Brasil. Porque este país reconhece direitos originários e isso, por si só, é um gesto histórico de proporções imensas. O País reconhece que tem uma dívida para com os índios. Apesar disso, reina uma abissal ignorância sobre a realidade desses povos de quem somos devedores.

Por quê?

O brasileiro vive um complexo que eu chamaria de a nostalgia de não ser europeu puro. Isso também se traduz no medo de ser confundido com índio. É um complexo de inferioridade. Ser "um pouco índio" até cai bem na medida em que existe uma certa simpatia com a idéia de mistura de raças, o que também não deixa de ser ambíguo. Por outro lado, o estereótipo clássico do índio, aquele sujeito de cocar e tanga, cada vez menos espelha a realidade. O caboclo da Amazônia pode ter hábitos tipicamente indígenas, mas é também o sujeito que vê televisão, fala ao telefone, como nós.

Tem-se uma percepção disseminada de que o Brasil foi habitado por índios primitivos, diferentes dos incas, maias ou astecas, cujas civilizações eram até resplandescentes.

Talvez. O México realmente produziu uma forte identificação com povos que foram esmagados pelo colonizador. Aqueles índios fizeram uma civilização mais parecida com a que havia na Europa, com seus palácios, templos, sacerdotes, um aparato que realmente não aconteceu por aqui. Agora, há muito desconhecimento dos índios brasileiros, e isso em parte é culpa nossa, antropólogos, que precisamos demonstrar melhor as soluções originais de vida que esses povos encontraram. Soluções para atingir uma forma de organização social bem-sucedida, no que diz respeito à satisfação de suas necessidades básicas. Não os vejo como índios pobres, mas originais. Considerando a história da espécie humana neste planeta, penso que não estamos em condição de dar lição a ninguém. Nós, os não-índios, tivemos uma capacidade imensa de criar excedentes e uma dificuldade quase congênita de fazer com que sejam usufruídos por todos, de maneira eqüitativa. Articulamos a desigualdade e deixamos para alguém a conta a pagar. Os índios desenvolveram um processo civilizatório mais lento, certamente, mas não deixam a conta para trás. Significa ser primitivo? Eu me pergunto: o que diabos temos a ensinar aos índios se não conseguimos resolver a dengue no Rio? O que temos a lhes mostrar se não damos jeito no trânsito da cidade de São Paulo?

Quando o europeu chegou nas Américas, a população indígena estaria na casa dos 100 milhões de pessoas. Esse dado é razoável?

Ah, esses cálculos variam muito, depende da metodologia empregada. O que se pode afirmar é que, por volta do século 15, a população indígena nas Américas era maior do que a população européia. Havia mais gente aqui do que lá. No Brasil, fala-se numa população pré-colombiana entre 4 e 5 milhões. Houve uma perda de 80% disso, desde então. Em certos momentos, houve um declínio demográfico muito profundo, tanto que, na época do Darcy Ribeiro, quando se fez uma contagem, havia algo como 200 mil índios no País. Hoje estima-se em algo em torno de 600 mil.

O crescimento tem a ver com a aplicação do quesito raça-cor, no censo IBGE, o que levaria mais gente a se declarar índio?

A autodeclaração é um fator importante, mas não o único. Hoje ocorre um número maior de nascimentos.

O grande choque demográfico sobre a população indígena foi de ordem epidemiológica, com as doenças trazidas pelo colonizador. Variola, gripe, sarampo mataram aos milhões. Até pouco tempo, ainda havia epidemias graves em certas áreas. Mas a tendência é que as populações adquiram resistência, atingindo o equilíbrio biológico. As condições sanitárias também mudaram dramaticamente no século 20. Vieram as vacinas, a penicilina, a assistência de saúde melhorou, tudo isso ajudou a recuperar a população. Já o declarar-se índio tem a ver com um fenômeno que se inicia nos anos 70, 80, que foi acentuado pela Constituição de 1988. Falo da recuperação da identidade indígena. Gente que foi "desindianizada" na marra passou a reivindicar sua origem. Em muita comunidade rural por esse Brasil as pessoas foram ensinadas, quando não obrigadas, a dizer que não eram índias. Pararam de falar a língua do grupo, tinham vergonha de seu passado, de seus costumes. Num processo em que ser índio deixa de ser estigma, e ainda confere direitos, essas pessoas que nada tinham na condição de brasileiros genéricos, buscaram o caminho da reetnização. Isso é assim mesmo. E desde quando buscar direito é tirar vantagem? A raiz do problema não está no que o índio ganha, mas em quem perde com isso. Quem perde? Eis a questão.

A desconfiança em relação a possíveis pleitos de autonomia tem a ver com o que se passa na Bolívia, país que mudou a constituição para atender aos índios?

É interessante como se tem invocado a Bolívia ultimamente. A população daquele país é quase toda indígena, enquanto no Brasil falamos de uma minoria irrisória. Zero vírgula zero alguma coisa. Lá é briga de índio. Curioso o Brasil temer virar uma Bolívia, quando uma das tensões sociais que se vê hoje por lá é justamente a presença de brasileiros. São grandes proprietários de terra.

As reivindicações dos índios na Bolívia podem ser imitadas aqui?

Mas o que os nossos índios estão pedindo? Passaporte de outro país? Dupla nacionalidade? Uma bandeira só para eles? Uma outra Constituição? Nada disso. O que eles pedem é justamente maior presença do Estado brasileiro onde vivem, para não depender da intermediação do político local. Isso os constitui como uma nação à parte, no sentido jurídico? Evito esse conceito, porque tudo é nação no Brasil.

Como assim?

Tem nação nagô, nação rubro-negra, nação corintiana. Essa também é uma herança de Portugal, que, no passado, tratava os povos como nações em documentos administrativos. A rigor, nação é uma construção subjetiva, um compartilhamento de sentimentos e cultura. É isso. Mas a turma do discurso do pânico pensa assim: primeiro o índio tinha vergonha de ser índio, depois viu que é bom ser comunidade. Daí ganhou terra, vai querer autonomia e fundar uma nação. Ora, quem diz isso nunca colocou o pé numa terra indígena.

Os afrodescendentes deveriam pleitear os mesmos direitos que os índios?

São situações diferentes. De cara, vou dizer que sou favorável às cotas para negros. Mas os afrodescendentes estão espalhados pelo Brasil e não têm a mesma dinâmica de identidade que os indígenas têm. Um caso à parte são os quilombolas, ao provarem seu vínculo territorial. Veja bem, quando falo de índio, ao longo de toda esta entrevista, falo de populações territorializadas. E, atenção, falo de direitos coletivos, não individuais. Por isso é que o caso dos quilombolas parece guardar certa correspondência. Porque são comunidades rurais descendentes de escravos, que puderam manter uma continuidade histórica e uma certa coesão do ponto de vista patrimonial e demográfico. Por isso é que a Constituição reconhece seus direitos territoriais. São direitos compensatórios, é verdade, mas representam um avanço.

Professor, quem é, afinal, índio no Brasil?

Vamos mudar a pergunta: quem está autorizado a dizer que é índio? Eu não estou. Esse é um problema fundamental: quem está autorizado a dizer quem é quem, quem é o quê. Fazer disso uma questão de peritagem me parece uma coisa monstruosa. Ninguém se inventa índio, ninguém sai por aí reivindicando uma identidade escondida, recalçada, eu diria. Vá ver de perto e descobrirá que é assim que a coisa acontece. Portanto, não é índio quem quer. Mas quem pode. Não é negro quem quer. Mas quem pode.

Como assim?

Se você souber que um grupo de hippies do Embu, em São Paulo, se diz descendente de guarani, muito bem, terão de ver se isso cola. Se colar do ponto de vista social, e não estou falando do ponto de vista jurídico, então colou. Costumo dizer que, no Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é. Quem não quer ser é quem ativamente se distingue. Para facilitar: digo que é índio aquele que pertence a uma comunidade que se pensa como tal. Também não estou levando em consideração o DNA. Mais recentemente, divulgou-se um estudo segundo o qual a presença do negro e do índio é muito mais alta do

que se suponha na média do patrimônio genético brasileiro. Somos algo como 33% de índio, 33% de negro, 33% de branco. O que nos leva a supor que o estupro foi uma prática muito usual. É claro que os genes vieram pelas mulheres negras e índias, submetidas ao homem branco.

Diz-se que 49,5% dos 225 povos indígenas do Brasil são constituídos, cada um, de no máximo 500 indivíduos. Vem daí a idéia de que é pouca gente para muita terra?

Mas no Estado de Roraima há meia dúzia de arroteiros fazendo esse estardalhaço todo. Meia dúzia! Também não é pouca gente? Como é que comunidades tão pequenas podem ameaçar o Brasil? Só se forem criar Estados de Mônaco. Utilizar o índio como modelo de latifúndio, como se tem feito, é um prodígio de má-fé. Índio também vende madeira? Claro que vende. Mas só ele? E os outros?

Desses 225 povos, 36 têm populações parte no Brasil, parte em países vizinhos. Não é um potencial de conflito imenso?

Se algum país está o preocupado com isso, certamente não é o Brasil. O fato de haver guaranis no Brasil e na Argentina é mais problema para o vizinho. Compare as duas populações, compare o tamanho dos países. Ter ianomâmis no Brasil e na Venezuela sempre foi complicado para o lado de lá, porque a Venezuela tem petróleo. Mas agora o Brasil também tem, nem precisamos ficar mais com complexo de inferioridade (risos). Qualquer tentativa de ver um problema aí é artificial. O que se sugere? Que se levante uma cortina de ferro para impedir que os ianomâmis passem de um lado para o outro? Por que índios podem cruzar a fronteira Brasil-Uruguai livremente, e não podem cruzar a fronteira Brasil-Venezuela? Por que temos medo do Chávez? Ter comunidades dos dois lados faz da fronteira uma zona de frouxidão. Será que é isso? A fronteira mais complicada do Brasil, hoje, é com a Colômbia, por causa das Farc, e os índios não têm nada a ver com isso. Aliás, eles atrapalham a guerrilha.

Por quê?

Porque há mais presença do Estado nas áreas onde vivem. Não vejo como os índios possam perturbar a segurança de nossas fronteiras e, lembrem-se, populações binacionais existem em várias partes do mundo. Pensemos também no bilingüismo. Até final século 18 em São Paulo falava-se a língua geral, o nhangatu, uma derivação do tupi. Foi uma língua imposta pelos missionários, até hoje ouvida em alguns locais da Amazônia. Mas ainda ouvimos cerca de 150 línguas indígenas, o que representa uma diversidade incrível. Algumas dessas línguas são tão diferentes entre si quanto o português do russo, até porque pertencem a troncos diferentes. E são faladas por indivíduos bilíngües, que adotam também o português no dia-a-dia.

Digamos que os não-índios deixem a Raposa. Os índios de lá poderão plantar e fazer lucro? Poderiam virar arroteiros?

Sim, podem plantar e vender. Podem até virar arroteiros. Mas terão de produzir dentro de limites muito estritos, sujeitos a leis ambientais severas, não se esqueça de que a reserva integra o Parque Nacional de Roraima. Também não podem explorar o subsolo, a não ser o que há no solo de superfície. Mas francamente acho que a população indígena jamais entrará de cabeça no modo de produção do agronegócio, que eu chamo de modelo gaúcho, porque isso simplesmente não bate com seu modelo de civilização. Por isso insisto tanto em dizer que estas não são terras de índio, mas terras de usufruto dos índios. Nunca houve polêmica sobre a definição de reserva, porque se sabe que o domínio das terras é da União. Isso é inclusive a maior garantia para os índios. No dia em que não houver mais, eles serão invadidos imediatamente. Inclusive pelo Brasil, inclusive pelos arroteiros. Só que no sentido técnico essa invasão já houve. Os índios não têm soberania porque já a perderam e se renderam. Suas populações foram invadidas, exterminadas, derrotadas. O que eles querem é que os direitos de vencidos sejam respeitados. Não se pode infligir uma segunda derrota a eles. Isso é contra as leis, contra tudo.

Ou seja, o que parece privilégio é direito de vencido?

Inimigos muito mais graves foram mais bem tratados, quando vencidos. Veja o que aconteceu com os alemães depois do final da guerra. Com todos os tribunais e punições que se seguiram, o país foi reconstruído das cinzas. E o que dizer da guerra implacável contra os índios? Foram exterminados, tratados como bichos, escorraçados por um discurso de língua de cobra em que metade diz que vai defender a pátria e metade vai colocar o dinheiro no bolso. Não, os índios não estão em guerra com o Brasil. Os da Raposa brigam com meia dúzia de arroteiros que, por sua vez, não representam o Estado brasileiro. Uma coisa me parece estranha: encarregado pela ONU, o Exército brasileiro lidera uma missão militar no Haiti, mas não consegue tirar de uma reserva indígena seis fazendeiros?

A Constituição brasileira está fazendo 20 anos. O que representou para os índios?

Foi um avanço, mas ainda falta regulamentar muita coisa. É impressionante como a Constituição tem inimigos. Todo mundo quer tirar dela uma lasca, com cinzel e tudo. O artigo referente aos direitos indígenas é um dos mais visados. Há pelo menos 70 projetos de lei tramitando no Congresso Nacional, nesse campo específico, e todos pretendem diminuir as garantias do direito às terras. Mais de 30 dessas proposições querem alterar os procedimentos de demarcação. Buscam reverter processos administrativos. Os oito deputados federais do Estado de Roraima apresentaram projetos para suspender a portaria que criou a Raposa Serra do Sol. Toda bancada é contra a reserva. O projeto de regulamentação para mineração, do Jucá, é primor de como se pode erodir direitos, comendo o pirão pelas beiradas. Em compensação, o projeto de lei que substitui o Estatuto do Índio está há 14 anos parado no Congresso. O que existe, claramente, é a tendência de redução de proteção jurídica aos povos indígenas. E, conseqüentemente, de redução da presença e da soberania da União nessas áreas.

O senhor desenvolveu uma teoria conhecida no mundo todo como "perspectivismo amazônico". É vista como uma grande contribuição à antropologia.

Não sou eu quem vai dizer isso...

Mas parece que o senhor conseguiu inverter o ponto focal, digamos assim, dos estudos indígenas. É isso mesmo?

Fiz um trabalho teórico que não é só meu, é dos meus alunos também. Faço uma experiência filosófica que no fundo é muito simples. Temos uma antropologia ocidental, montada para estudar os outros povos, certo? O que aconteceria se vocês imaginassem uma antropologia feita do lado de lá, ou seja, do ponto de vista indígena? Foi isso que me levou a entender que, para os índios, a natureza é contínua, e o espírito, descontínuo. Os índios entendem assim: há uma natureza comum e o que varia é a cultura, a maneira como me apresento. Daí a preocupação de se distinguir pela caracterização dos corpos. E as onças, como se vêem? Como gente. Só que elas não nos vêem como gente, mas como porcos selvagens. Por isso nos comem. Enfim, para os indígenas, cada ser é um centro de perspectivas no universo. Se eles fizessem ciência, certamente seria muito diferente da nossa, que de tão inquestionável nos direciona a Deus, ao absoluto, a algo que não podemos refutar, só temos de obedecer. Os índios não acreditam na idéia de crer, são indiferentes a ela, por isso nos parecem tão pouco confiáveis (risos). No sermão do Espírito Santo, padre Antonio Vieira diz que seria mais fácil evangelizar um chinês ou um indiano do que o selvagem brasileiro. Os primeiros seriam como estátuas de mármore, que dão trabalho para fazer, mas a forma não muda. O índio brasileiro, em compensação, seria como a estátua de murta. Quando você pensa ela está pronta, lá vem um galho novo revirando a forma.

Tags: [Eduardo Viveiros de Castro](#), [Raposa Serra do Sol](#), [índios](#)  [O que são TAGS?](#)

Reservas Indígenas

Dom 27/04/08 22h02 **Elma** , florelma@estadao.com.br, <http://meupedacodechao.blogspot.com>

Acho uma falta de respeito aos nossos indígenas, que foram os primeiros habitantes deste País, quererem tirar suas terras. Se a floresta ainda existe, graças a eles. A permanência deles nas suas terras são mais necessárias para a defesa da Amazônia. Que haja mais policiamento nas fronteiras, isto sim, sem molestar os índios.

Precisa coomeçar do zero

Sáb 26/04/08 09h12 **Washington Luiz Franca** , washingtonlfcp@estadao.com.br

O Sr Viveiros de Castro, professor do Museu Nacional da UFRJ, precisa deixar a vaidade de lado e reestudar a problemática indígena porque não sabe nada. O título dele é ser conhecido de Claude Lévi-Strauss. Precisamos que um estudioso tem algo mais que a admiração de terceiros, ainda por cima se for estrangeiro, precisa saber, conhecer. Seria interessante que nosso professor estudasse um pouco o assunto antes de falar.

[Comente também](#)

Todos os comentários

[Capa de alias](#)

[Capa de Suplementos](#)

[Página Inicial](#)



Conheça nosso
código de conduta

Estadão.com.br: [Anuncie](#) | [Discador](#) |  [RSS](#)

Estadão: [Assinatura](#) | [Portal do Assinante](#) | [Curso de Jornalismo](#) | [Prêmio de Mídia](#) | [Top Imobiliário](#) | [Cannes](#) | [Responsabilidade Código de Ética](#)

ANEXO 3



20.03.2007

Programas

Ações Estratégicas

Povos indígenas

C.N.P.I.

Mapas

-  **Institucional**
-  **Papers**
-  **CTI Info**
-  **Acervo**
-  **Destques**
-  **Galeria de Fotos**
-  **Parceiros**
-  **Revista Marandu**
-  **Links**
-  **Livros on line**
-  **Busca no site**
-  **Mapa da Página**
-  **Fale Conosco**

Terra Indígena Morro dos Cavalos, Palhoça – Santa Catarina – 14 de setembro de 2007.

MANIFESTAÇÃO PÚBLICA PELO FIM DO PRECONCEITO

Nessa primeira quinzena de setembro de 2007 nossa comunidade e nosso povo, Guarani, foram duramente atingidos por manifestações de preconceito, discriminação e ignorância que beiram a xenofobia. Essas manifestações partiram de representantes do poder público e dos trabalhadores da cidade de Gaspar, localizada no Vale do Itajaí. O fato começou quando decidimos comprar um pequeno lote de terra no município pra assentar algumas famílias de nossa comunidade. Assim que a prefeitura municipal tomou conhecimento de que estaríamos comprando a terra, publicou um decreto tornando a terra de utilidade pública. Até esse momento o terreno não estava nos planos da prefeitura, bastou que anunciássemos a compra para que o decreto fosse publicado, ficando claro que o objetivo é impedir nossa presença no município. Em seguida aconteceram diversas manifestações no rádio e jornais locais, como da presidente do sindicato dos trabalhadores rurais que insinua que somos ladrões e preguiçoso:

"Vamos ter moradores novos em Gaspar. Índios. Será que nós merecemos povo gasparense? (...) O que virão fazer os índios em nossa cidade?. Comer o peixe de quem trabalha de que faz uma lagoa? (...) Não queremos isso, queremos políticas de apoio aos agricultores, que trabalham e merecem apoio". Além de pronunciamentos de vereadores e do procurador do município, todos contrários a nossa presença no município.

Lamentamos esse pensamento mesquinho dessas pessoas. Estamos fazendo uma transação imobiliária conforme os costumes dos Juruá kuery/brancos, que é comprar terra, e não conforme nossos costumes, que é fazer nossos tekoa nas terras sonhadas. Mesmo assim não querem permitir. Estamos usando nosso dinheiro, que conseguimos com a indenização da duplicação da BR 101, portanto não estamos pedindo nada a ninguém, queremos nosso direito como todo cidadão brasileiro.

Apesar de a terra ser comprada, vamos usar de nosso jeito tradicional, como nossos velhos ensinaram. Nhanderu/Deus nosso grande pai é quem nos orienta. Começamos pelo respeito a mata, às águas, a terra e a todos os seres que habitam nela. Também aprendemos a respeitar nossos vizinhos. Aprendemos ser tolerantes, partilhar saberes e conhecimentos, nos orgulhamos de ser um povo acolhedor. Em nossas plantações não usamos agrotóxicos ou produtos químicos; as sementes são as verdadeiras, aquelas deixadas por nossos antigos. O rio Itajaí que corta a cidade de Gaspar leva o nome dado por nossos antepassados, será que a prefeitura vai querer mudar também o nome desse rio?

Sabemos que o povo de Gaspar nos acolhe. São algumas pessoas e alguns órgãos públicos que tem pensamento preconceituoso. Como a manifestação de preconceito e racismo é crime vamos solicitar ao MPF que ingresse com uma representação contra essas pessoas, pra que essas atitudes não mais se repitam.

Aveté Katu (Muito obrigado)

Terra Indígena Morro dos Cavalos, Palhoça – Santa Catarina – 14 de setembro de 2007.

[votar](#)

Centro de Trabalho Indigenista - SCLN 210 Bloco C Sala 217 - Brasília/DF cep 70.862-538 Fone: +55 (61) 3349-7769 Fax: ramal 210

Copyright © 2004. Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução do conteúdo deste site desde que citada a fonte.

ANEXO 4.



- inicial
- o jornal
- anuncie
- assine
- contatos
- edições anteriores

classi metas

Edição Nº 426 - 26 a 28/09/2007

Geral

Esqueça o preconceito e conheça nossos possíveis vizinhos

▶▶ 26/09/2007

Imóveis

Veículos

Informática

Emprego

Diversos

horóscopo

Escolha seu signo

Galeria de Fotos

Escolha um álbum

Metas on-line

Links Úteis

Lista Telefônica

Publicidade

colunas

- Pimenta
- Olhar Eletrônico
- Segurança
- Social
- Horóscopo
- Poetizando a Vid...
- Coluna ABC
- Dois Toques

cadernos

Geral

- Esportes
- Cultura e Lazer
- Política
- País/Estado
- Gastronomia
- Comunidade
- Saúde

Opinião

- Carta do Leitor
- Editorial
- Enquete Metas



Julgar alguém sem conhecer é fazer um preconceito e é isso que os Índios guaranis, da Aldeia Terra Indígena do Morro dos Cavalos, estão sofrendo após o anúncio da compra de um terreno, no bairro Macuco, em Gaspar.

Algumas pessoas e entidades destilaram ódio racial contra esses que só querem comprar uma boa terra, direito de qualquer cidadão, para conseguirem viver do alimento que a terra lhes dá.

Desde o início, o **Jornal Metas** vem repudiando essas manifestações xenofóbicas e a todo o momento está sendo um canal para aqueles que estão indignados com tamanho racismo e ignorância que estão sendo verificados nesse caso.

Por isso, o Jornal Metas ao invés de julgar, como alguns fizeram, resolveu mostrar à população e seus leitores quem realmente é esse pacífico povo, que quer fazer parte da sociedade gasparense e nessa entrevista exclusiva com o Cacique, Marcelo Benides, desmistificará essa imagem ruim que alguns tentam creditar a um povo que só busca continuar vivendo em harmonia com a natureza e que dela só extrai o necessário para o seu sustento.



Eles não são selvagens e nem parados no tempo, mas assim como os descendentes de alemães, em Pomerode, que sempre preservaram suas origens e tradições, esses querem o mesmo com sua cultura.

Vivem sobre uma democracia, quem sabe mais justa e organizada que a nossa. Estudam a língua nativa, o Tupi-guarani, até os 10 anos de idade, quando passam a aprender também o idioma de seus colonizadores, o português. Na escola fazem uso da informática, possuem e-mails, um coral que já gravou um cd

e dessa forma acompanham o desenvolvimento da sociedade sem abandonar suas raízes e tradições.



Vivem do artesanato porque as terras, que estão prestes a deixar, caso se concretize a compra do terreno em Gaspar, não lhes são férteis para que possam plantar os alimentos e desenvolver a culinária típica de seus antepassados.

Evitam a entrada de homens brancos na aldeia, não porque são violentos, mas sim para se precaverem de pessoas oportunistas que possam tentar ludibriá-los.



É um povo assim que quer viver em Gaspar e mesmo tendo o dinheiro para adquirir as terras, podem não vir para a cidade por conta do preconceito.

Jornal Metas: Primeiramente o que motivou vocês a comprarem esse terreno no Macuco?

Marcelo Benides: O Pajé, Arthur Benides, meu pai, viu as terras e achou-as boas para o plantio de nossos alimentos típicos e isso foi importante na decisão, porque queremos voltar a nos alimentar apenas com a culinária de nossos antepassados, o que não conseguimos fazer há 20 anos.

J.M: Para esclarecer aos nossos leitores e para toda a população gasparense, como vocês pretendem viver e como irão se manter nessas novas terras?

M.B: Escolhemos essa terra porque ela é boa para plantar nossos alimentos típicos e é disso que iremos viver e também do nosso artesanato.

J.M: A aldeia é aberta à visitação de turistas e pessoas que queiram conhecer a cultura indígena?

M.B: Só pode entrar na aldeia com autorização ou pessoas que conhecemos. Não porque somos violentos, mas por precaução contra pessoas que queiram se aproveitar. A decisão da visita é feita junto com a comunidade. Se ela aprova, a entrada é liberada.

J.M: Em Gaspar a população em geral, turistas e principalmente os estudantes terão acesso à cultura de vocês?

M.B: Pensamos em ter uma casa na entrada da aldeia para vender nossos artesanatos para os turistas e nossos alimentos também. Vamos fazer um resgate da nossa cultura e com isso poderemos fazer uma Casa Cultural, como forma de preservar e propagar nossos costumes, abrindo para a visitação. Isso é importante até mesmo para nossos herdeiros não perderem a identidade.

J.M: Como vocês receberam as manifestações de modo racista contra a vinda de vocês para o município?

M. B: Ficamos muito tristes, pois estes que estão nos discriminando já têm tudo que querem e precisam: carro, casa e terras. Por que não nos deixam em paz? Só queremos uma terra para plantar e manter nossa cultura viva.

ERNESTO
Relojaria & Óptica
Fone: (47) 332-0172
ou 332-1455



Rádio Sentinela do Vale

Vitrinegaspar.com
O Site que dá Prêmios



Raul's
Ambientes apropriados para cada momento
Reservas: (47) 332-3978

Estamos sofrendo muito com isso.

J.M: Por que você acha que eles não estão querendo a vinda de vocês para a cidade?

M.B: Eles pensam até hoje que somos selvagens. Nós, Guaranis nunca entramos em confronto com não indígenas.

J. M: Que medidas serão tomadas contra as manifestações racistas e o decreto expedido pelo Prefeito Adílson Luis Schmitt?

M.B: Vamos esperar uma resposta dele. Ou ele muda de decisão e pede desculpas pela postura adotada ou buscaremos nossos direitos na Justiça.

Agradecimentos

Cacique Marcelo Benides e Adão Antunes - Índios Guarani da Terra Indígena do Morro dos Cavalos

Marina de Oliveira - Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

OUTRAS NOTÍCIAS

- ▶▶ CELESC tem 60 dias para instalar rede elétrica...
- ▶▶ Grande público em evento do PT
- ▶▶ Bunge conquista prêmio
- ▶▶ Auto Viação colhe frutos do cumprimento da Lei
- ▶▶ Fórum elabora plano Municipal de Educação para Ilhota

Copyright © 2005 Jornal Metas. - Todos os direitos reservados. Mais um trabalho **bompraWeb!**

14

GOVERNO DO PT "ABANDONA" ÍNDIOS EM TIJUCAS

Não bastasse os inúmeros escândalos, diários, que acompanhamos no noticiário nacional sobre o Governo Lula e sua gangue, agora podemos conferir bem de perto, aqui na localidade do Timbé, o que estão fazendo com os índios brasileiros.

Retirado de sua terra natal e jogado a própria sorte em um terreno no bairro do Timbé, município de Tijucas, 20 famílias tentam sobreviver alojadas em quatro casas velhas e caíndo, sem banheiro, sem água, sem luz e sem as mínimas condições de higiene.

A FUNAI enviou meia dúzia de ferramentas, alguns sacos de sementes para as plantações que irão estar pronta para colheita no ano que vem.

Os índios vivem de esmolas que pedem na região e da venda de alguns artesanatos também, além da caridade de algumas pessoas que ficam sensibilizadas com a situação. Não há acompanhamento médico aos mais velhos e as crianças vivem sem

escolas e se alimentando precariamente.

Os Vereadores Antonio Policia e Elisabete Mianes, estiveram no local e puderam presenciar ao vivo o estado lastimável em que se encontram os índios.

"O Timbé já é uma comunidade carente que precisa de muito apoio do Poder Público em geral, agora sem mais nem menos o Governo Federal resolve despejar estes pobres coitados aqui, agravando ainda mais a situação do nosso bairro", diz o vereador Antonio Zeferino Amorim, o Tonho Policia.

A Vereadora Bete, observa ainda: "É uma situação crítica e preocupante. Os índios estão amontoados em quatro casas quase caíndo. Não há escola, atendimento médico, alimentação adequada e trabalho para essa gente. O Município de Tijucas terá que arcar com mais esta situação, propiciando infraestrutura para este povo, agravando ainda mais aos nossos moradores que já são bastante carentes".

A aquisição da área onde locaram esta população indígena também gera varias desconfianças e interrogações. Quem

indicou o local? Quem lucrou com a venda? E quem disse que ali os índios poderiam sobreviver condignamente?

Nossa cidade não foi consultada, os poderes Executivo e Legislativo foram pegos de surpresa com esta situação, não puderam discutir da viabilidade da vinda destes índios ou não, simplesmente a coisa foi feita de goela abaixo.

Mas alguns sabiam que eles vinham e tiraram proveito da situação.





Brasil

MADE IN PARAGUAI

A Funai tenta demarcar área de Santa Catarina para índios paraguaios, enquanto os do Brasil morrem de fome

José Edward, da Serra do Tabuleiro (SC)

No período do descobrimento, o litoral de Santa Catarina era habitado por índios carijós, subgrupo do povo guarani. Escravizada pelos colonizadores portugueses, a etnia foi considerada extinta em meados do século XVII, segundo os registros dos historiadores. Essa versão não foi contestada até 1993, quando a Fundação Nacional do Índio (Funai) adotou a tese — controversa — de que ainda havia remanescentes dos carijós. A fundação se baseou num

estudo publicado dois anos antes pela antropóloga Maria Inês Ladeira. Ela defende que alguns dos carijós teriam se refugiado no Paraguai, onde seriam chamados de embiás. Depois que o trabalho foi divulgado, dezenas de embiás paraguaios (e alguns argentinos) sentiram-se legitimados para invadir o parque ecológico da Serra do Tabuleiro, nas imediações de Florianópolis. Os índios se instalaram no Morro dos Cavalos, um dos pontos mais acidentados da região. Invasão consuma-

O vale-tudo da Funai

A Funai usa argumentos duvidosos para criar ou ampliar reservas indígenas. Sete delas somam, no total, mais de 1,5 milhão de hectares, o equivalente à metade do estado de Alagoas

Etnia	EMBIÁ	TUPINIQUIM	PATAXÓ
Localização	Santa Catarina	Espírito Santo	Bahia
Motivo da contestação	A reserva será criada em um parque ecológico e beneficiará índios oriundos do Paraguai e da Argentina	A reserva beneficiará uma etnia dada como extinta já no século XIX	A reserva anexará um patrimônio histórico tombado: Caraiva, o mais antigo vilarejo do país, fundado em 1530

Fontes: Carlos Antônio de Siqueira/Gestar Consultoria Social e Walter Alberto Bensousan/Anropowatch



HEIMES BEZERRA



LUIS CARLOS

A esquerda, embiás, que foram considerados carijós. Ao lado, um grupo de crianças caiabís, tribo que pode ganhar uma reserva para além dos poderes do deus Tupã

um parque ecológico estadual, o processo acabou na Justiça. O Ministério Público catarinense tenta impugnar a demarcação. Na opinião de seus integrantes, Maria Inês Ladeira produziu uma fraude e a Funai embarcou nela. “Os carijós tinham características físicas e culturais distintas das dos embiás e estão extintos”, afirma o promotor José Eduardo Cardoso.

Segundo o Ministério Público, Maria Inês empenhou-se para convencer a Funai de que os embiás são de origem carijó. Na seqüência, a fundação contratou Maria Inês para elaborar o relatório que instrui o processo de demarcação. O promotor Cardoso aponta falhas metodológicas no estudo que transubstanciou embiás paraguaios (e alguns argentinos) em carijós de ascendência brasileira. Segundo Cardoso, a antropóloga baseou a tese no depoimento de uma

da, a Funai planeja transformar o local em reserva indígena. Para brasileiro pagar e paraguaio (e argentino) usufruir.

Muito escarpada, a região é considerada impréstável tanto para a agricultura quanto para moradia. Mas ganhou valor econômico porque o Morro dos Cavalos fica à margem da Rodovia BR-101, que atravessa a maior parte do litoral brasileiro e está sendo duplicada. A pista adicional cortará a área que a Funai quer converter em reserva para os embiás. Com

base nisso, a fundação determinou que o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) construa túneis sob o Morro dos Cavalos para não incomodar os *hermanos* invasores. A obra foi orçada em 150 milhões de reais. Mais: por exigência da Funai, o Dnit terá de pagar uma indenização aos embiás. Ou seja, os paraguaios (e alguns argentinos) serão compensados já por uma reserva que ainda não foi criada. Como o território que a Funai pretende demarcar está dentro de

única família de paraguaios que chegou a Santa Catarina nos anos 60. Em um trecho do trabalho, ela chega a sugerir que alguns carijós teriam permanecido escondidos no Morro dos Cavalos desde o século XVII. Diz Manoel João de Souza, morador da região: “Acho que eles eram invisíveis. Estou aqui há 87 anos e só vi o primeiro índio nos anos 90”.

Ao comentar o assunto, os embiás são de uma objetividade raramente atribuída ao pensamento indígena. “Os antropólo-

CAIOVÁ E NHANDÉVA

Mato Grosso do Sul

A demarcação será feita em áreas produtivas ou destinadas à reforma agrária

CAIABI

Mato Grosso

A reserva será ampliada sobre áreas localizadas a 600 quilômetros do território original da etnia

XAVANTE

Mato Grosso

A reserva será ampliada sobre áreas produtivas onde não há registro de ocupação indígena

CHIQUITANO

Mato Grosso

Os chiquitanos são descendentes de bolivianos e eles próprios não se consideram índios



gos nos incentivaram a vir para cá, dizendo que a terra era nossa”, afirma o paraguaio Augusto Karai Tataendy, que se mudou para o local em 1992. Eles, no entanto, decidiram deixar a Serra do Tabuleiro mesmo que a reserva seja demarcada. Querem usar a indenização do Dnit para recomençar a vida em um lugar menos inóspito do que o Morro dos Cavalos. “Vamos pegar o dinheiro para comprar terras em outro lugar. Aqui não dá para viver”, diz o cacique argentino Artur Benites. Atualmente, os *hermanos* vivem dos repasses do Bolsa Família. Foi por um triz que não receberam a bolada do Dnit em 2005. O departamento estava prestes a começar a duplicação da estrada e, por consequência, a liberar as indenizações, quando o Tribunal de Contas da União (TCU) declarou que a tese de Maria Inês era inconsistente. Procurada por VEJA para explicar seu estudo, a antropóloga enviou uma correspondência na qual esmiúça as leis e os procedimentos burocráticos da Funai, mas deixa de lado as incongruências históricas e antropológicas apontadas pelos promotores e pelo TCU.

Nos últimos vinte anos, a Funai se converteu numa indústria de reservas. O número de áreas demarcadas saltou de 210 para 611. As aberrações na delimitação de terras para índios são corriqueiras. No Espírito Santo, a fundação classificou moradores de Aracruz de tupiniquins, uma etnia extinta há um século. Para tal, desconsiderou um relatório elaborado por funcionários seus em 1982 que apontava

sinais de fraude nesse processo. O documento mostrava como os tais tupiniquins foram inventados por um jornalista e por missionários católicos: “Habitantes da região foram pagos para colocar enfeites de pena na cabeça, usar anzóis adornados à moda indígena e afirmar que moravam em aldeias”, registra o relatório. Em outro caso grotesco, a Funai tentou decuplicar uma reserva caiabi do Centro-Oeste do país. A Justiça bloqueou a ampliação porque o presidente da Funai, Mércio Gomes, incitou os índios a invadir a região.

Imbuída de um voraz espírito demarcatório, a Funai é leniente com os índios que vivem em reservas antigas. O exemplo mais eloqüente do fracasso da política indigenista está em Mato Grosso do Sul. As reservas dadas aos caiovás e nhandevas do estado são um cenário de horrores. Nelas, 30 000 índios moram confinados em 40 000 hectares. Nas aldeias, imperam a prostituição, o alcoolismo e, sobretudo, a fome. Desde 2005, 47 crianças caiovás morreram de desnutrição. Neste ano, já houve seis casos. A degradação é tamanha que, por ano, registram-se sessenta casos de suicídio nessas comunidades. O último ocorreu na semana passada. O sociólogo Carlos Siqueira, que chefiou o setor de indigenismo da Funai entre 1997 e 1998, não tem dúvida de que a fundação precisa sofrer uma intervenção. “A Funai está sendo regida pelos interesses dos antropólogos e das ONGs, e não pelos dos índios”, afirma Siqueira. ■



Índios caiovás, em Mato Grosso do Sul: 47 crianças mortas de inanição



PRIVILÉGIO

Processo trabalhista contra ministro do STF tramitou em segredo de Justiça

No dia 27 do mês passado, o ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello compareceu à 21ª Vara do Trabalho de Brasília para depor como réu em um processo movido por um ex-empregado. Há dois anos, o carpinteiro Aldair Gonçalves dos Santos, 26 anos, sofreu um acidente quando trabalhava em uma reforma na residência do ministro. Ao tentar mover uma viga de madeira de quase 1 tonelada, ele acabou atingido na mão esquerda, perdeu quatro dedos e, hoje, está aposentado por invalidez. O carpinteiro, que ganhava cerca de 1 500 reais por mês para sustentar mulher e dois filhos, sobrevive com uma pensão de 300 reais do INSS. Apesar de ter sido socorrido na hora do acidente, Aldair achou que merecia uma compensação financeira pelos danos sofridos — e ingressou com a ação de indenização contra Marco Aurélio. Até aí, nada de mais. É exatamente para isso que existe a Justiça trabalhista.

O incomum do caso aconteceu depois. O processo, que deveria ser público e aberto à consulta, tramitou em segredo de Justiça. No despacho em que decretou o sigilo dos autos, a juíza Maria Socorro de Souza Pereira justificou sua decisão como uma